

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

ALESSANDRA CAROLINE GHIORZI

**“Dilma, guerreira, da Pátria Brasileira”:
discursos midiáticos sobre a primeira mulher presidenta do
Brasil durante seu processo de Impeachment em 2016**

**Florianópolis, SC
2018**

Alessandra Caroline Ghiorzi

**“Dilma, guerreira, da Pátria Brasileira”:
discursos midiáticos sobre a primeira mulher presidenta do
Brasil durante seu processo de Impeachment em 2016**

Dissertação submetida como
requisito final para a obtenção
do grau de Mestra em
Antropologia Social pela
Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientadora Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi

**Florianópolis, SC
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ghiorzi, Alessandra Caroline
"Dilma, guerreira, da Pátria Brasileira": :
discursos midiáticos sobre a primeira mulher
presidenta do Brasil durante seu processo de
Impeachment em 2016 / Alessandra Caroline Ghiorzi ;
orientadora, Miriam Pillar Grossi, 2018.
227 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. Impeachment. 3. Dilma
Rousseff. 4. Gênero. 5. Política. I. Grossi, Miriam
Pillar. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
III. Título.

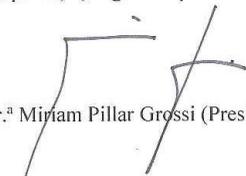
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL.

“Dilma, guerreira, da Pátria Brasileira”: discursos midiáticos sobre a primeira mulher presidenta do Brasil durante seu processo de Impeachment em 2016

Alessandra Caroline Ghiorzi

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Miriam Pillar Grossi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos(as) seguintes professores(as):



Prof.^a Dr.^a Miriam Pillar Grossi (Presidente - PPGAS/UFSC)



Prof.^a Dr.^a Antonella Maria Imperatriz Tassinari (PPGAS/UFSC)



Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)



Prof.^a. Dr.^a. Vânia Zikan Cardoso (Coordenadora do PPGAS/UFSC)

Florianópolis, 09 de março de 2018.

Agradecimentos

Esta dissertação foi produzida a partir da contribuição de várias pessoas e instituições que me apoiaram material e intelectualmente durante todo o processo que envolveu sua produção, desde os suportes para aprovação no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), passando pelo desenho do objeto analítico, à análise dos dados, até a redação da dissertação.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Miriam Grossi, que me acompanhou em todas as dimensões que envolvem o mestrado, ouvindo-me, contribuindo para a articulação das minhas ideias, oferecendo bibliografias, materiais empíricos e análises teóricas. Nossas mais diversas reuniões, trocas de e-mail e seu profundo comprometimento com minha trajetória acadêmica e profissional foram fundamentais para a produção desse texto. Além disso, como sua orientanda, pude participar intensamente dos ricos espaços de formação intelectual feminista e engajada que representa o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS).

Dentro do NIGS, compus alguns projetos de pesquisa e extensão que contribuíram para minha formação em gênero, feminismo, diversidade sexual, educação e políticas públicas. Nesse espaço, pude participar do projeto “Avaliação do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no Brasil”, análise solicitada em chamada aberta pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e do projeto “Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina”, financiado pela FAPESC e pelo CNPq. Além de reconhecer a importância dessas instituições no interesse e financiamento dessas pesquisas, agradeço à professora Tânia Welter, que me guiou mais diretamente em minhas atividades no interior desses projetos.

Durante a produção da dissertação também estive em vários espaços em que pude expor minhas análises preliminares e dúvidas, momentos em que contei com a sugestão de diversas pesquisadoras. Nos “Seminários de Tese”, organizados pela professora Miriam Grossi para suas orientandas, agradeço à contribuição que minhas colegas fizeram para minha dissertação, elaborando ponderações e indicações de bibliografias. São elas: Arthur Novo, Anna Amorim, Carmelita Afonseca Silva, Crishna

Correa, Izabela Liz Schindwein, Jainara Oliveira, Jimena Massa, Lino Gabriel Nascimento dos Santos, Melissa Barbieri e Vitor Lopes. Em especial, agradeço à Anahi Mello, Gabriela Lauterbach, Jeferson Virgílio, Marines Rosa e Mauricio Pereira Gomes, que se disponibilizaram para analisar mais minuciosamente meu trabalho. Também foi de total importância Lino Gabriel Nascimento dos Santos que me sugeriu a ideia de iniciar minha análise pelo pronunciamento de Dilma no Dia Internacional das Mulheres, concedendo naquele momento o fio condutor da pesquisa que daria início a toda a dissertação.

Também participei do Grupo de Estudos do NIGS (GENIGS), para o qual fui convidada para ministrar uma palestra sobre meu tema de pesquisa. Agradeço às coordenadoras do grupo, as professoras Marisa Napolini e Tânia Welter pelo convite, e às participantes do evento que me atentaram para fenômenos da política brasileira e interpretações dos dados que naquele momento eu ainda não podia perceber. Entre todas as contribuições, agradeço às sugestões de Arthur Novo, Laís Eloá Pelegrinello e Natan Kremer.

No decorrer da produção desta dissertação fui convidada por algumas instituições para apresentar as análises preliminares da pesquisa de mestrado. Nesse sentido, realizei uma palestra na disciplina de “Jornalismo e Gênero” do curso de Jornalismo da UFSC a partir do convite de Thaís Ferras, do professor Carlos Locatelli e do “Coletivo Jornalismo Sem Machismo”, aos quais agradeço pelas análises e críticas esboçadas, bem como a todas as estudantes da referida disciplina.

Agradeço também à professora Mareli Graupe por ter me convidado para palestrar e debater no “III Seminário Regional Educação, Gênero e Sexualidades”, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e pelo Grupo Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL) da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), em Lages (SC).

Agradeço às professoras Rozeli Porto e Elisete Schwade, coordenadoras do Grupo de Estudos Gênero Corpo e Sexualidade (GCS), do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que me possibilitaram apresentar o primeiro esboço analítico de meus dados de campo, o que permitiu que eu pudesse desembaralhar e produzir *insights* sobre aquele conjunto aparentemente desconexo de discursos que eu tinha

naquele momento. Nesse dia também, participaram ativamente da discussão, por meio de ideias, interpretações e visões que só percebi a partir de suas contribuições, as colegas Sasha Araújo, Dourian Carvalho, Arthur Novo, Ricardo Ximenes e a professora Angela Facundo.

Agradeço às organizadoras do “13º Mundos de Mulheres” e “Seminário Internacional Fazendo Gênero 11”, que aconteceu entre os dias 30 de julho e 4 de agosto de 2017, no qual apresentei trabalho no Simpósio temático “Mulheres na Política”, quando contei com a contribuição da coordenadora Hildete Pereira de Melo, da debatedora, a professora Lourdes Bandeira e do professor Felipe Fernandes.

Agradeço às organizadoras das “Jornadas Antropológicas” da UFSC, que ocorreu entre os dias 30 de outubro e 1º de novembro de 2017, e às coordenadoras e debatedoras do Ateliê de Pesquisa “Gênero e debates interseccionais”, no qual pude apresentar parte dos dados de minha dissertação, quando também recebi diversas contribuições para a elaboração do texto final. São elas: Jainara Oliveira, Caroline Soares e Nathália Dothling Reis.

Durante toda a produção da dissertação tive a honra de estar em espaços políticos juntamente com mulheres feministas e engajadas, que me ensinaram os desafios e as estratégias das mulheres políticas. Agradeço, assim, a todas as conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) de Florianópolis. Também agradeço ao NIGS e ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG) por terem me possibilitado representá-las nessa instância. Em especial agradeço à Bernadete Oliveira Silva, à Carmem Vera Ramos, à professora Marlene de Fáveri, à Claudia Nichnig, à Sheila Sabag e à Linete Braz Martins pelo acolhimento e disponibilidade em me guiar nesse universo dos movimentos feministas de Florianópolis. Agradeço também à Sheila Sabag pelo convite de participar como relatora da Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina, espaço em que pude aprender sobre as lutas das mulheres do Estado. Agradeço também à Eliana Graça pela oportunidade de ir à Brasília atuar como relatora da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) do ano de 2016.

Nos mais diversos momentos dessa trajetória foram muitas as pessoas que se dispuseram a conversar sobre minha pesquisa, ler fragmentos da dissertação e contribuir para o

desenvolvimento de minhas ideias, que se transformaram em novas teses e linhas argumentativas. Agradeço, assim, a escuta, conversa e leitura de meu pai, Luiz Carlos Ghiorzi, e ao aporte de meus colegas Arthur Novo, Gabriela Lauterbach, Juliana Ben, Jainara Oliveira, Juliana Rosa, Tássia Pacheco, Laís Eloá Pelegrinello, Leonardo Ramos e Natan Kremer. Quero fazer aqui um agradecimento especial ao Arthur Novo que generosamente contribuiu com a revisão final do trabalho.

Além disso, os suportes burocráticos que recebi viabilizaram e facilitaram minha trajetória pelo mestrado. Agradeço ao Diogo França, Lino Gabriel Nascimento dos Santos, Delza da Hora e Gabi Sagaz, que à frente da secretaria do NIGS sempre se dispuseram a me indicar os caminhos burocráticos e cooperar com os mais diversos tramites que a Universidade exige. Nesse sentido, também contribuíram o secretário do PPGAS-UFSC, José Carlos Mendonça e as coordenadoras do Programa, as professoras Vânia Cardoso e Letícia Cesarino.

Também foram fundamentais as contribuições materiais que recebi que possibilitaram a produção dessa pesquisa. Além de reconhecer e agradecer às políticas nacionais que viabilizaram minha bolsa de mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço o apoio financeiro e material que recebi de meu pai, Luiz Ghiorzi e de minhas tias Vera Ghiorzi e Cleodethe Taques.

Mas nada disso teria sido construído se não fosse o suporte que recebi de minhas professoras da graduação, que até os dias atuais seus conhecimentos ainda reverberam em minha caminhada acadêmica. Em especial, agradeço ao meu orientador da graduação, o professor Flávio Tarnovski, e às professoras Sueli de Castro, Débora Leitão e Paulo Delgado.

Resumo

O ano de 2016, no Brasil, foi caracterizado pelo processo de *impeachment* que destituiu a primeira mulher eleita à Presidência da República desse país, Dilma Rousseff. No decorrer desse processo, diferentes atores da sociedade brasileira se mobilizaram nas ruas, no Congresso Nacional e nos meios de comunicação para produzir sua versão do fenômeno, gerando disputas discursivas em torno do tema. Um dos pontos de discussão, nesse período, foi a avaliação sobre a capacidade da presidenta Dilma Rousseff de comandar o Poder Executivo do país, o que produziu discursos sobre sua personalidade e seu caráter, engendrando imagens fixas e discretas de Dilma, as quais a retratavam, por um lado, como uma mulher autoritária, louca e incompetente, e por outro, como honesta e forte. A presente dissertação tem como objetivo identificar e descrever os significados de gênero que contribuíram para a produção dessas imagens, as quais foram identificadas por meio de pesquisa qualitativa em sites de notícias, nos quais recolhi matérias que argumentavam em favor de cada uma dessas imagens. A partir da análise dos discursos coletados foi possível perceber que as imagens de Dilma foram produzidas com base em preceitos de gênero que essencializam e estabilizam a feminilidade nos papéis e comportamentos historicamente atribuídos às mulheres na família: de humildade, afetividade, cuidado, subordinação, de guardiãs da moral, bem como de resistência às violências masculinas. Essas características guardam em seu fundamento a separação historicamente construída pelas repúblicas democráticas, que designa a esfera doméstica como espaço natural de atuação das mulheres, enquanto a esfera pública é reservada aos homens, atribuindo qualidades e características distintas para cada âmbito e gênero.

Palavras-chave: Impeachment. Dilma Rousseff. Gênero. Política. Mídia.

Abstract

The year of 2016, in Brazil, was marked by the impeachment process that has deposed the first woman elected President of the Republic in this country, Dilma Rousseff. In the course of the process, different actors in Brazilian society were mobilized on the streets, at the National Congress and on the media to produce their version of the phenomena, resulting in discursive disputes on the subject. One of the main points of discussion during this period was the evaluation of president Dilma Rousseff's capacity to command the country's Executive Power. The dispute produced discourses about her personality and character, engendering fixed and discrete images of Dilma which portrayed her, on one hand, as an authoritarian and unqualified politician, and on the other, as an honest and strong woman. This dissertation aims to identify and describe the gender meanings that contributed to the production of these images, which were identified through qualitative research carried out on a variety of news websites where were collected the articles that argued in favor of each of these images. Stemming from the analysis of the collected speeches, it was possible to perceive that the images on Dilma were produced from gender precepts that essentialize the femininity of the roles and behaviors historically attributed to women in families: humbleness, affection, the will to care, subordination, the quality of being moral guardians, as well as the capacity to resist the male's violences. These characteristics hold within them the foundation of the historical separation that was built by the democratic republic that designates that the domestic sphere is a natural space for women action, while the public sphere is guarded to men, attributing distinct qualities to each scope and gender.

Keywords: Impeachment. Dilma Rousseff. Gender. Politics. Media.

Lista de abreviaturas e siglas

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
AM	Amazonas
AMT	Ação da Mulher Trabalhista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	Comando de Libertação Nacional
COMDIM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única de Trabalhadoras
DF	Distrito Federal
DOI-CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
ES	Espírito Santo
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FAB	Força Aérea Brasileira
FAPEMAT	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina
FACOM	Faculdade de Comunicação
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FIEC	Federação das Indústrias do Ceará
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GCS	Grupo de Estudos Gênero Corpo e Sexualidade
GEAL	Grupo Gênero, Educação e Cidadania na América Latina
GENIGS	Grupo de Estudos do NIGS
GGN	Grupo Gente Nova
GO	Goiás
IEG	Instituto de Estudos de Gênero
MASP	Museu de Arte Moderna
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MG	Minas Gerais
MME	Ministério de Minas e Energia
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MT	Mato Grosso
NIGS	Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades
ONU	Organização das Nações Unidas
ORM-Polop	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Paraíba
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República

PR	Paraná
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SEMC	Secretaria de Estado de Minas, Energia e Comunicações
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SPM-PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TELERJ	Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro
TO	Tocantins
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Introdução.....	9
1. Tema, objeto e método desta pesquisa.....	13
1.1. O percurso até o objeto de pesquisa: ética e motivações	13
1.2 Os sites de notícias e a pesquisa de campo <i>on-line</i>	17
1.3. O objeto e os objetivos desta pesquisa	25
2. A trajetória política de Dilma Rousseff	33
2.1. O papel de Dilma Rousseff na história da esquerda brasileira.....	33
2.2 O papel de Dilma Rousseff no MDB e PDT	41
2.3. O papel de Dilma Rousseff no Governo Lula.....	45
2.4 Dilma Rousseff: uma mulher na Presidência do Brasil...	48
2.5 As políticas e ações feministas do governo Dilma	54
3. O contexto do processo de <i>impeachment</i> contra Dilma Rousseff	61
3.1 O percurso do processo de <i>impeachment</i> no Congresso Nacional.....	61
3.1.1 A denúncia por crime de responsabilidade	61
3.1.2 Os autores do processo de <i>impeachment</i> : a disputa entre PT e PSDB.....	64
3.1.3 A abertura do processo de <i>impeachment</i> : uma disputa entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha.....	66
3.1.4 Votações e debates nas instâncias do Congresso Nacional	71
3.1.4.1 <i>Impeachment</i> de Dilma: um processo que ultrapassou os crimes de responsabilidade	73
3.1.4.2 A atuação das deputadas e senadoras nas comissões especiais do <i>impeachment</i>	86
3.2 A emergência do ódio e a divisão do país: passeatas pró- <i>impeachment</i> e manifestações contra o “golpe”	89
3.3 As ações de Dilma Rousseff no combate ao golpe.....	92
4 Dilma: “autoritária”, “louca” e “incompetente”	97
4. 1 Pressupostos teóricos: cultura política, gênero e poder .	98
4.2 O argumento do autoritarismo e da loucura.....	101
4.2.1 Ministra Dilma: uma mulher “mandona”.....	102
4.2.2 Presidente Dilma: uma mulher “autoritária”.....	107
4.2.3 De autoritária à louca.....	117
4.3 O argumento da “incompetência”.....	127

4.3.1 “Quem manda é o Lula”: a legitimidade masculina no uso da autoridade.....	128
4.3.2 Definições para a “incompetência” de Dilma	136
5. Dilma: uma mulher “honestas” e “forte”	143
5.1 Uma mulher “honestas”	143
5.2. Uma mulher “forte”	152
Considerações finais.....	167
Referências.....	173
a) Corpus documental.....	173
b) Referências teóricas.....	196
Apêndice – Descrição dos sites de notícias	207

Introdução

No dia 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara Federal, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), colocou na pauta da Casa o processo que pedia o *impeachment* da Presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff (PT). O processo tramitou no Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de 2016, quando o Senado decidiu pela cassação do mandato de Dilma Rousseff, levando o vice-presidente Michel Temer (PMDB) à Presidência do Brasil. Durante esses nove meses, deputados e senadores disputaram o resultado do *impeachment*, na construção e validação de provas e testemunhos. Além do Congresso Nacional, outros espaços da sociedade brasileira contribuíram para a produção do *impeachment*, como as manifestações de rua.

Desde o início de 2015, foram organizadas, principalmente pelo *Movimento Brasil Livre* (MBL) e pelo *Vem pra Rua* diversas passeatas pedindo o *impeachment* de Dilma e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em contrapartida, a partir de dezembro de 2015, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos que apoiavam Dilma, como por exemplo a Marcha das Margaridas, passaram a organizar conjuntamente passeatas contra o “golpe” de Estado, como passou a ser chamado o processo de *impeachment* por parte da população que se opunha a deposição de Dilma. Assim, no decorrer do processo, diferentes atores e instituições da sociedade brasileira se mobilizaram para defender ou se apor ao *impeachment* de Dilma, gerando uma polarização social composta por disputas jurídicas e políticas, que envolveram, entre outros aspectos, a busca por difundir uma versão verdadeira do processo.

Com isso, os grupos das distintas posições se utilizaram dos meios de comunicação para disseminar sua verdade sobre o *impeachment*, circulando na sociedade um fluxo de informações sem precedentes. Canais de rádio e televisão foram acionados para falar sobre o processo, sendo que muitos deles dedicaram programas ou períodos inteiros para transmitir suas versões. Entre todos os meios de comunicação, a internet apresentou uma composição mais plural de posicionamentos políticos, por se tratar de um espaço aberto que exige menos recursos para se divulgar um discurso. Com tal característica, o ambiente *on-line* convergiu parte significativa das disputas discursivas em torno do

impeachment, tornando-se o espaço privilegiado para a realização da pesquisa que fundamenta essa dissertação.

Na internet, naveguei por diversos sites coletando e armazenando os conteúdos sobre a presidenta Dilma Rousseff e o processo de *impeachment*. Na rede social *Facebook*, encontrei páginas que foram criadas para agregar membros a favor ou contra o *impeachment*, nas quais notícias, ilustrações, vídeos e textos foram publicados e compartilhados. Também acessei sites de notícias de diferentes empresas de comunicação e pessoas que criaram seus sites para propagar informações e opiniões sobre o processo, optando por concentrar a análise dos dados nos sites de notícias. Nesses espaços, considerados legítimos divulgadores de informações, encontrei a (re)produção de falas sobre Dilma Rousseff que buscavam defender seu *impeachment*, contrapor-se ao “golpe” ou mesmo apenas para narrar o fenômeno. E nessas construções narrativas, identifiquei a recorrência de certos discursos sobre a presidenta.

Nos sites de notícias que acessei, pude observar que parte das notícias publicadas eram compostas por avaliações e opiniões sobre a personalidade de Dilma Rousseff, variando de forma significativa os autores dessas falas. Além do próprio autor da notícia, havia também a divulgação (sempre reelaborada) das falas de congressistas, manifestantes, figuras políticas, assessores políticos e personalidades públicas. Esses discursos sobre Dilma produziam afirmações que buscavam conter, enquadrar, limitar e fixar características de personalidade e comportamento, engendrando verdades essencialistas sobre a presidenta. Para analisar esses discursos, emprestei o conceito de *imagem*, como explicado por Gabriela Scotto (2004), usado por profissionais do *marketing* político quando buscam construir a apresentação dos políticos durante as campanhas eleitorais. Assim, no decorrer da pesquisa que deu origem a essa dissertação, identifiquei a reprodução de cinco *imagens* de Dilma: mulher autoritária, louca incompetente, honesta e forte. O objetivo principal da presente dissertação é identificar e descrever como os significados de gênero constituíram essas *imagens* de Dilma. Ou seja, buscarei descrever como o que se pensa sobre gênero formou *imagens* essencialistas de Dilma. Esse objetivo foi fundamentado nas teorias feministas.

Desde o século XX, teorias feministas vêm demonstrando como as mulheres enfrentam barreiras para acessar e se manter nos

cargos da política institucional. Essas barreiras são pautadas na crença histórica e politicamente construída de que o local próprio para as mulheres seria o espaço doméstico, na atividade de cuidado do lar, do marido e dos filhos. Apesar dos grandes avanços ocorridos nos dois últimos séculos, que possibilitaram os direitos políticos para as mulheres e a maior inserção delas nos cargos de poder, essa crença que separa os espaços entre privado-mulheres e público-homens ainda opera atualmente, impedindo a paridade de gênero na política e limitando o exercício do poder para aquelas que se encontram no quadro político. Entre outros desafios atuais mapeado por essas pesquisas, as mulheres enfrentam atualmente a formulação de estigmas e estereótipos de gênero que naturaliza as mulheres como seres domésticos, sensíveis, amorosos, cuidadores, éticos e humildes. Como essas características são consideradas essenciais e naturais do feminino, aquelas mulheres que não as apresentam são estigmatizadas. No decorrer da dissertação, buscarei demonstrar como as *imagens* de Dilma reproduzidas durante o processo de *impeachment* estão alicerçadas nesses estereótipos de gênero que têm como parâmetro primeiro a crença de que as atividades domésticas e de cuidado são essencialmente femininas. Para produzir essa análise, separei a dissertação em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, apresentarei o percurso do trabalho de campo *on-line*, estabelecendo uma comparação com a etnografia clássica e urbana. Descreverei meu caminho pelos sites de notícias, tecendo algumas características desses canais de comunicação. Além disso, apresentarei o objeto de estudo, as imagens de Dilma durante o processo de *impeachment*, e a teoria feminista que guiará a análise dos dados.

No segundo capítulo, apresentarei a trajetória política de Dilma Rousseff, com o intuito de inserir a leitora no contexto do que foi dito durante o processo de *impeachment*, posto que grande parte dos discursos sobre Dilma no ano de 2016 fazia referência a sua história de vida.

No terceiro capítulo, buscarei descrever o processo de *impeachment*, expondo alguns dos principais agentes políticos que atuaram no processo, a acusação enfrentada por Dilma Rousseff, os crimes de responsabilidade, os discursos dos deputados e senadores, bem como as ações de Dilma para derrubar o *impeachment*.

No quarto capítulo, descreverei três das imagens de Dilma reproduzidas durante o processo de *impeachment*: “autoritária”, “louca” e “incompetente”. Para analisar a dimensão de gênero contida nessas imagens, utilizarei a comparação com outras pesquisas feministas sobre mulheres e política, que também identificaram a recorrência dessas imagens na produção de discursos sobre mulheres que atuam na política nacional e internacional.

No quinto e último capítulo, descreverei outras duas imagens de Dilma reproduzidas no processo de *impeachment*: “honesta” e “forte”. Buscarei apresentar os pressupostos de gênero que fundam essas imagens, a partir do referencial teórico feminista. Sobre esse capítulo é preciso ainda destacar que foi de onde me inspirei para produzir o título da dissertação. “Dilma, guerreira da pátria brasileira” foi uma das palavras de ordem muito utilizada por parte das apoiadoras de Dilma durante o processo de *impeachment* e que revela um dos discursos mais recorrentes sobre a presidenta, que ela é uma mulher forte.

1. Tema, objeto e método desta pesquisa

O presente capítulo está dividido em três tópicos. No primeiro, apresentarei as motivações políticas para a escolha do tema mulheres e política e as implicações éticas da pesquisa e da escrita da dissertação. No segundo, descreverei os caminhos trilhados na pesquisa de campo *online*, abordando as questões teórico-metodológicas que envolveram a pesquisa em sites de notícias. No terceiro, apresentarei o objeto teórico da pesquisa, o gênero nas imagens de Dilma Rousseff, e os objetivos da dissertação.

1.1. O percurso até o objeto de pesquisa: ética e motivações

A ideia de pesquisar sobre a presidenta Dilma Rousseff surgiu no final de 2014, quando eu ainda era recém graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Naquele período, eu já pesquisava sobre gênero e sexualidade havia dois anos¹, mais especificamente sobre as relações de lésbicas e gays com suas famílias de origem (Ghiorzi e Tarnovski, 2014) e pretendia continuar com a mesma temática no mestrado. Entretanto, pouco antes das eleições presidenciais de 2014, entrei em contato com as análises sobre o governo Dilma realizadas pela professora Miriam Grossi, que na época interessava-se por compreender como o gênero e a sexualidade eram tratados pela primeira mulher a chegar à Presidência do Brasil e como esses temas incidiam nas suas representações nas mídias.

Estudar gênero e política se apresentava para mim como uma estimulante possibilidade de pesquisa, já que convergia dois campos temáticos que sempre me interessei e que estão ligados inextricavelmente na história do feminismo brasileiro, que se constituiu a partir da organização das mulheres reivindicando políticas do Estado e compondo sua burocracia (Pinto, 2003). Considero-me feminista desde muito jovem e me posicionei dentro

¹ Iniciei minha formação prática em pesquisa nas Ciências Sociais na temática de gênero sob a orientação do Professor Flávio Tarnovski por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) em agosto de 2012 e encerrei em julho de 2014, sendo que no primeiro ano fui financiada pelo CNPq e no segundo pela FAPEMAT.

dessa corrente do feminismo estatal, por acreditar que o Estado é um espaço de produção de práticas sociais que deve ser ocupado pelos mais distintos atores da sociedade (Lovenduski, 2005). Assim, acredito que conhecer as dinâmicas sociais que envolvem as relações de poder no campo político seja uma forma eficaz de superar a desigualdade de acesso às tomadas de decisões e escolhas coletivas que concernem a este campo. Já a ideia de pesquisar uma presidenta do Partido dos Trabalhadores (PT) não me aparecia como um fator relevante, apesar de me considerar progressista e ter votado no PT nas últimas eleições presidenciais. Isso por que não acredito estar desenvolvendo um trabalho alinhado aos interesses desse partido, como estou comprometida com as políticas progressistas e as concepções feministas. Assim, pretendo me inserir aqui no grupo de antropólogos apontados por Silvio Coelho dos Santos (1998, p. 88) por produzir uma “antropologia comprometida”: “os antropólogos procuraram [nos últimos 50 anos] contribuir para a eliminação de preconceitos, de estereótipos, de ordem racial, étnica, de gênero, de classe ou de cultura”. Dessas afirmações, depreende-se uma questão ética que influi diretamente no texto elaborado.

Posiciono-me contra o golpe de 2016, que levou à impugnação do mandato de Dilma Rousseff, e a favor de que mais mulheres possam assumir cargos políticos sem que estereótipos de gênero, sejam manipulados por elas ou pelo contexto social, limitem suas possibilidades de ação nesse espaço. Nesse sentido, alinho-me às demandas de autoras como Teresa Caldeira (1988) e advirto a leitora de que tudo que produzi nesta dissertação foi sempre levando em consideração os usos que podem ser feitos de meu trabalho etnográfico e as possíveis consequências políticas que o presente texto pode acarretar para a política brasileira.

Assim, com minha entrada no mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2015, uni-me aos estudos realizados pela professora Miriam Grossi e passei, então, a mapear três frentes de análise: (1) os programas, as políticas e os posicionamentos (não) feministas do Governo Dilma; (2) as relações entre as deputadas federais e a presidenta Rousseff na produção de políticas feministas; (3) e as imagens construídas pelas mídias sobre a Dilma. Na época, eu acreditava que a dissertação seria uma fusão dos dois primeiros recortes. Em busca disso, estive em Brasília no que seria o início da pesquisa de campo em abril de 2015, quando visitei a Secretaria

de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Câmara Federal, ocasião na qual estabeleci contatos, conversas e entrevistas com deputadas, chefes de gabinete, assessoras e servidoras públicas. Tudo indicava que no ano de 2016 voltaria à Brasília para dar continuidade ao trabalho de campo, ou continuaria com as análises das representações de gênero de Dilma nas mídias.

Contudo, o objeto de pesquisa foi reorientado pelo campo no dia 2 de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara Federal, o deputado Eduardo Cunha, acatou o processo que pedia o *impeachment*² da presidenta Dilma Rousseff e o colocou na pauta da Casa³. Mas o que poderia soar apenas como um rompimento político passageiro, mostrou-se iminente dias depois, em 7 de dezembro, quando o então vice-presidente da República Michel Temer enviou uma carta⁴ à Dilma na qual deixava entender que trabalharia a favor do *impeachment* para assumir seu lugar na Presidência. Assim, dois agentes com forte poder político, o Presidente da Câmara e o vice-presidente do Brasil, já se movimentavam para a impugnação do mandato de Dilma.

Naqueles dias de dezembro, eu estava imersa na produção escrita do projeto de pesquisa da dissertação, que seria qualificado no dia 18 de dezembro de 2015. Entretanto, diante do

² Segundo o site do Senado Federal do Brasil, *impeachment* se refere ao “Termo inglês que significa impugnação de mandato. É a destituição legal, por meio de processo no Poder Legislativo, do ocupante de cargo de presidente da República. O impeachment propriamente dito é de responsabilidade do Senado Federal, mas a Câmara dos Deputados precisa autorizar a instauração do processo. Essa autorização precisa ter o apoio de 342 deputados. Se o impeachment for aprovado, o presidente perderá o cargo e ficará inabilitado por oito anos para o exercício de função pública. A aprovação do impeachment precisa do apoio de 54 senadores” (Senado Federal, sem data).

³ Uol, 02/12/2015. CartaCapital, 02/12/2015. O corpus documental utilizado como material empírico desta pesquisa, ou seja, as matérias dos sites de notícias, serão referenciados por meio de nota de rodapé, na qual constará o nome do canal de comunicação seguido da data de sua publicação. Para o acesso a referência completa, ver a subseção “a) corpus documental” da seção “Referências”. Já as referências teóricas da pesquisa, estas serão referenciadas segundo as normas da ABNT no corpo do texto e suas referências completas podem ser encontradas na subseção “b) referências teóricas” da seção “Referências”.

⁴ G1, 07/12/2015.

acontecimento, usando a categoria proposta por Pierre Nora (1995), que se revelava o processo de *impeachment* contra a primeira mulher na Presidência do Brasil, eu e minha orientadora não podíamos nos furtar de nosso papel político e acadêmico de produzir uma análise de gênero desse período, que se mostraria nos meses seguintes, emblemático para o país. Além disso, como um *acontecimento*, nada mais fazia sentido pesquisar sobre Dilma do que o processo de *impeachment*.

Diante disso, decidimos como objetivo do projeto de pesquisa⁵ identificar e descrever o imaginário sobre o gênero mobilizado nos discursos acerca de Dilma Rousseff nas mídias *online* durante o processo de *impeachment*. Para aquele momento, este objetivo se mostrava adequado, pois, como percebi depois, permitiu-me tomar conhecimento de boa parte dos discursos publicados sobre o *impeachment*, proporcionando que, a partir do conhecimento dessa amplidão de falas, eu pudesse recortar mais adequadamente o objetivo da dissertação, agora sim a partir do material que o campo me fornecia. Segundo Claudia Fonseca (1999), essa perspectiva epistemológica é que caracteriza a peculiaridade da antropologia, um estudo que parte do campo para a teoria. Para a autora, a pesquisadora ou pesquisador

Chega ao campo com algumas perguntas ou hipóteses, mas é sabido que estas devem ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados. Muitas vezes o “problema” enfocado sofre uma transformação radical em função de preocupações que só vêm à tona através da pesquisa de campo. (Fonseca, 1999, p. 60).

Assim, conforme realizava o trabalho de campo, porém mais precisamente após a catalogação dos dados, identifiquei que foram construídas *imagens* (Scotto, 2004) de Dilma Rousseff, de maneira que atualizei o objetivo da dissertação para identificar como os significados de gênero incidia na produção dessas *imagens*. O conceito de *imagem* aqui não se refere a fotografias ou a ilustrações, mas a enquadramentos e fixações de características de personalidade em Dilma Rousseff por meio da repetição e

⁵ Atente aqui a leitora que faço uma distinção entre o “objetivo do projeto de pesquisa” e o “objetivo da dissertação”.

difusão de discursos. Identifiquei e analisei cinco *imagens* construídas a respeito de Dilma: as de mulher autoritária, louca, incompetente, honesta e forte. No próximo tópico, apresentarei meu percurso na coleta, catalogação e análise dos dados, expondo o arcabouço teórico-metodológico da pesquisa.

1.2 Os sites de notícias e a pesquisa de campo *on-line*

A internet se configura atualmente como um ambiente de pesquisa tão abundante quanto o é considerado o espaço *off-line*. No caso deste último, esse caráter ilimitado da realidade social vem sendo apontado há tempos por parte dos cientistas sociais que se dedicaram a arquitetar nossa metodologia de pesquisa, partindo da recusa de que a sociedade se apresenta como uma totalidade regida por leis sociais. Já no ano de 1904, Max Weber (2006) afirmou que a pesquisa social é capaz de compreender apenas um fragmento da realidade social, posto que esta é infinita em sua extensão e intensidade. Segundo Weber,

todo conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se no pressuposto tácito de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será “essencial” no sentido de “digno de ser conhecido” (Weber, 2006, p. 44).

A partir da década de 1980, segundo Teresa Caldeira (1988), uma parte da antropologia passou a defender que o trabalho etnográfico é necessariamente fragmentado e diverso, posto que o estudo realizado em uma sociedade não é possível de ser interpretado como o estudo de sua totalidade, já que as sociedades não se apresentam como unidades discretas e acabadas. Na antropologia urbana, a mesma premissa foi defendida por Hélio Silva (2009), que afirmou que a etnografia, longe de pretender abordar análises panorâmicas e gerais da sociedade, é produzida por meio do percurso realizado pelo antropólogo em contextos específicos. De acordo com o autor:

Difícilmente uma cidade se aninha em forma de modelo no cérebro de qualquer estudioso. É espaço sobre o qual se anda e de onde se recolhem, na superfície, sinais

que merecem leitura, ao mesmo tempo, ávida e cautelosa. O conhecimento da cidade é, portanto, um conhecimento produzido pelos percursos. (Silva, 2009, p. 174)

Assim, a análise de uma megalópole, de uma aldeia indígena ou da sociedade trobriandesa não permite a apreensão em sua totalidade, pois além de não poderem ser consideradas como unidades discretas, o produto da pesquisa é sempre retirado de um fragmento produzido por um caminho realizado pela antropóloga ou pelo antropólogo. Do mesmo modo, a internet não pode ser considerada um universo coerente, coeso e total, a partir do qual se pode produzir um estudo holístico. Segundo Jean Segata (2014), a cibercultura, assim como a sociedade, não pode ser interpretada como um sistema fechado⁶. Além disso, como apontou Mariana Conde e Lia Seixas (2016), “o espaço disponível na *web* é potencialmente infinito”. Então, nesse universo aberto, ilimitado e interconectado (inclusive com os espaços *off-line*) passei a tecer meu percurso em busca do que era dito sobre Dilma Rousseff durante o processo de *impeachment*.

Desde o início de 2015, eu passei a coletar notícias que circulavam sobre a presidenta Dilma na internet. Essa coleta foi intensificada e sistematizada a partir do dia 7 de dezembro de 2015, quando estabelecemos que o levantamento de documentos iria até poucos dias após a destituição de Dilma, que ocorreu no dia 31 de agosto de 2016. Ao longo desses nove meses que durou o processo, coletei cerca de 3000 páginas de conteúdos e notícias sobre o *impeachment*.

Em princípio, passei a coletar qualquer informação e conteúdo publicado sobre o *impeachment* no site da rede social

⁶ Jean Segata (2014) aponta inclusive para as limitações do conceito de cibercultura exatamente por dar a entender que se trata de um sistema fechado, chegando a propor o abandono do termo, assim como ocorre com o conceito de sociedade, bem argumentado no texto de Marilyn Strathern (2014).

*Facebook*⁷ e em sites de notícias⁸. Esse procedimento foi importante porque pude conhecer muito do que estava sendo falado sobre o *impeachment*. Mas, conforme fui percebendo a extensão infinita que se constituía o conteúdo sobre o processo, fui delimitando o campo de pesquisa e passei a recolher apenas os conteúdos sobre o *impeachment* que tratassem necessariamente de Dilma, ou seja textos nos quais a presidenta figurava na matéria como uma personagem do processo. Isso porque muito do era dito sobre o *impeachment* não se referia à Dilma, utilizando o nome da presidenta apenas para intitular o processo. Optei por essa escolha porque meu objetivo não era estudar o *impeachment*, mas como Dilma era retratada dentro do processo de *impeachment*. Além desse recorte temático, estabeleci outro, de campo, passando a me dedicar apenas aos sites de notícias.

Identifiquei que o *Facebook* e os sites de notícias possuem linguagens, formatos e interações muito distintas, o que não me permitiria respeitar o limite de uma dissertação. Além disso, eu estava mais interessada em analisar os textos produzidos a respeito de Dilma Rousseff e não as ilustrações, estas se apresentando em abundância no site da rede social. Nesse sentido, o *Facebook* foi o canal de coleta de dados que releguei a segundo plano, passando, com o tempo, a me dedicar exclusivamente aos sites de notícias. Entretanto, o *Facebook* teve um papel primordial no trabalho de campo, sendo importante elaborar aqui uma breve descrição dessa etapa da pesquisa.

No *Facebook*, a partir de minha conta pessoal⁹, passei a acompanhar as publicações de diversas páginas contra e pró-*impeachment*, coletando suas postagens e também as reportagens compartilhadas. A primeira página que tomei conhecimento foi a

⁷ Segundo dados divulgados pelo *Facebook* em 19 de abril de 2016, essa rede social possuía 102 milhões usuários ativos no Brasil (*Facebook*, 19/04/2016).

⁸ Chamo de “sites de notícias” todo website que se proponha a divulgar informações. Entram nesse conjunto os *blogs*, os sites da grande imprensa, da imprensa que se defende posicionada à esquerda no espectro político, e qualquer outro tipo de site que se considere divulgando notícias.

⁹ Endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/ale.ghiorzi>

do *Movimento Brasil Livre*¹⁰ (MBL), grupo que organizou a passeata *pró-impeachment* na cidade de Florianópolis em 13 de março de 2015, quando estive presente e pude ouvi-los anunciar sua página do alto de um dos grandes caminhões portado com alto falantes. De modo similar, conheci a página do *Vem pra Rua Brasil*¹¹, por se tratar de outro grande grupo que organizou as manifestações *pró-impeachment* no Brasil e esteve em destaque nas reportagens sobre esses eventos. Outras duas páginas, eu tomei conhecimento a partir de pesquisa direcionada, nas quais busquei pelas palavras “Dilma” e “PT”, encontrando *Dilma Rousseff, NÃO*¹² e *Partido Anti-PT*¹³. As páginas *A culpa é do FHC*¹⁴ e *Movimento Contra a Corrupção*¹⁵ eu conheci por meio do

¹⁰ O MBL se constituiu como um dos principais articuladores da destituição de Dilma, organizando principalmente as passeatas *pró-impeachment* e mobilizando a população em sua página no *Facebook*, que conta atualmente com 2 milhões 559 mil e 917 de pessoas que curtiram a página. É um grupo político criado em 2014, que, segundo sua página do *Facebook*, defende as liberdades individuais e o livre mercado. É coordenado nacionalmente por Kim Kataguirí e Fernando Holiday, possuindo subgrupos em vários estados do Brasil, um deputado federal eleito, Paulo Eduardo Martins (PSDB-PR), e oito vereadores: Fernando Holiday (DEM-São Paulo, SP); JP Miranda (PSDB-Sorocaba, SP); Carol Gomes (PSDB-Rio Claro, SP); Ramiro Rosário (PSDB-Poro Alegre, RS); Leonardo Braga (PSDB-Sapiranga, RS); Cezar Leite (PSDB-Salvador, BA); Filipe Barros (PRB-Londrina, PR); Homero Marchese (PV-Maringá, PR). Endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/mblivre/>

¹¹ Endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/vempraru.net/>. Segundo informação coletada da página do grupo no *Facebook* em 28 de fevereiro de 2018, 1.706.084 pessoas curtiram essa página.

¹² Informação coletada da página do MBL no *Facebook* em 25 de março de 2017.

¹³ Endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/Partido-Anti-PT-1510625462536589/>. Segundo informação coletada da página do grupo no *Facebook* em 25 de março de 2017, 1.547.937 pessoas curtiram essa página.

¹⁴ Endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/culpaedofhc/>. Segundo informação coletada da página do grupo no *Facebook* em 25 de março de 2017, 130.788 pessoas curtiram essa página.

¹⁵ Endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/MovimentoContraCorrupcao.> Segundo informação coletada da página do grupo no *Facebook* em 26 de janeiro de 2018, 3.553.313 pessoas curtiram essa página.

compartilhamento de postagens desses grupos por alguns amigos do *Facebook*. Essa também foi a forma como conheci as seguintes páginas contra o golpe: *Mulheres pela Democracia*¹⁶ e *Dilma bolada*¹⁷. Como estou inserida em um ambiente universitário pesquisando sobre gênero e feminismos, minha rede de contatos no *Facebook* é composta majoritariamente por esse público, mulheres de camadas médias intelectualizadas (Heilborn, 1996) que se posicionaram contra o golpe.

O conteúdo das postagens de ambos os grupos, pró e contra o *impeachment*, se distingue. Enquanto o primeiro versa geralmente sobre informações contra Dilma, PT e Lula, o segundo produz discursos de apoio à Dilma e contra o golpe. Já a característica do tipo de postagem de ambos os grupos se assemelha, podendo ser classificada em dois tipos: (1) uma imagem de fundo, normalmente uma foto de alguma personalidade política, com frases curtas em primeiro plano; ou (2) o compartilhamento de matérias jornalísticas. Conforme fui reconhecendo a quantidade ilimitada de conteúdo sobre o processo, passei a descartar a coleta das imagens postadas, já que elas exigiriam uma análise de tipo distinto ao dos textos, ultrapassando assim a dimensão de uma dissertação. Já o compartilhamento das reportagens por esses grupos foi de total importância para a pesquisa, pois pude conhecer sites de notícias que de outra forma não conheceria. Enquanto as páginas feministas e contra o golpe veiculavam notícias alternativas à grande mídia, que podem ser vulgarmente classificados como sites de notícias de esquerda; as páginas pró-*impeachment* compartilhavam majoritariamente notícias de *sites fantasmas* (Sakamoto, 2016, p. 92).

O termo *site fantasma* é utilizado pelo cientista político Leonardo Sakamoto (2016) para se referir a sites que possuem estrutura e *layout* de sites jornalísticos, mas que não permitem identificar a equipe editorial responsável pelo conteúdo e nem mesmo os autores das notícias. Na minha experiência com esses

¹⁶

Endereço

eletrônico:

<https://www.facebook.com/mulherespelademocraciabr/>.

Segundo

informação coletada da página do grupo no *Facebook* em 28 de fevereiro de 2018, 6.079 pessoas curtiram essa página.

¹⁷ Endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/DilmaBolada>. Segundo informação coletada da página do grupo no *Facebook* em 28 de fevereiro de 2018, 1.761.675 pessoas curtiram essa página.

canais de comunicação, ainda pude encontrar matérias que não constavam as datas de suas publicações, como é o caso do site *Notícias de Política*¹⁸. Todavia, a principal característica desses sites, segundo Sakamoto, é que eles produzem *fake news*, que em tradução literal significa “notícias falsas”. Um exemplo citado por Sakamoto (2017) é o *Folha Política*¹⁹, um site que por seu nome busca confundir os leitores com o site da *Folha de São Paulo*, que não seria um difusor de *fake news*. Os *sites fantasmas* estão presentes primordialmente em compartilhamentos no *Facebook*, no entanto por se tratar de um fenômeno recente não encontrei pesquisas sobre eles. Mas durante um evento promovido pela Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado (FACOM/FAAP), Sakamoto²⁰ chegou a afirmar que esses sites já podem ser considerados “formadores de opinião”. Segundo o cientista político, “a parte invisível da internet, os sites anônimos, que não têm expediente, que não tem quem assina, já formam opinião tanto quanto a parte visível”.

Sem querer entrar nessa querela jornalística, o que me cabe dizer é que essa classificação dos canais de comunicação – entre o que seriam os sites propagadores ou não de *fake news* e até mesmo a diferença entre sites da grande imprensa e os mais alinhados à esquerda do espectro político – não se apresenta como uma classificação relevante para a presente pesquisa. Isso porque o que pude perceber nesse emaranhado de notícias recolhidas por mim foi que as *imagens* de Dilma que identifiquei foram (re)produzidas nos mais diversos canais de comunicação, com apenas uma exceção, a imagem de “mulher forte”. Os sites que não compõem a grande imprensa e que são conhecidos por produzirem notícias simpáticas a perspectiva de esquerda, além de propagar as mesmas *imagens* de Dilma, inclui uma outra, uma daqueles que eu chamo aqui de “positivas” e que tratarei no terceiro capítulo: a *imagem* de “mulher forte”. Não quero aqui produzir uma teoria sobre isso, porque meu foco não foi analisar o *webjornalismo*²¹, mas sim utilizar os sites de notícias como fonte de discursos para

¹⁸ Endereço eletrônico: <http://www.noticiasdepolitica.com/>

¹⁹ Endereço eletrônico: <http://www.folhapolitica.org/>

²⁰ Rede Brasil Atual, 05/05/2017.

²¹ O termo *webjornalismo* é usado para “designar o jornalismo que utiliza como suporte a *World Wide Web* (WWW)” (Conde e Seixas, 2016, p. 401).

conhecer o que era dito sobre Dilma. E para isso, passei a visitar periodicamente vários sites de notícias. Para uma descrição dos sites de notícias acessados, ver Apêndice A.

A partir de dezembro de 2015, então, passei a entrar periodicamente em alguns sites de notícias, primeiro naqueles mais conhecidos, como *Folha de São Paulo*²² e *Estadão*²³, os quais inclusive tive que realizar uma assinatura. Depois *GI*²⁴, *Uol*²⁵, *Terra*²⁶, *Diário do Centro do Mundo*²⁷, *Brasil 247*²⁸ e *Fórum*²⁹. Também passei a acessar aqueles que conheci pelo *Facebook*, sendo o *Jornal Livre*³⁰ o que mais acessei, que tem suas notícias muito publicadas pelo *MBL*, mas também visitei com certa regularidade o *Diário do Brasil*³¹ e o *Jornal da Mídia*³². Diariamente, eu recolhia notícias nesses sites, copiava-as para um arquivo de *Word* que continha apenas notícias recolhidas naquele dia, no qual incluía também minhas observações, que podem ser aproximadas a um diário de campo, nas quais inseria minhas análises pessoais e teóricas sobre a notícia, além da data de coleta, a data de publicação, o canal de comunicação responsável pela publicação e o *link* para acesso à notícia.

Nesse processo, muitas das notícias que acessei faziam referência, eram reproduções ou adaptações de outras, momento em que pude conhecer outros sites de notícias e também compreender o padrão de reprodução de valores sociais conceituado por Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2011) de *caledoscópio convexo*. Segundo esse conceito, apesar de as notícias parecerem ser uma variedade desconexa, infinita e em constante transformação, elas são formadas “por uma pequena quantidade de fragmentos, multiplicada por um jogo de espelhos que é o próprio sistema na mídia, em que cada veículo ecoa o outro” (Miguel e Biroli, 2011, p. 3). No que concerne aos

²² Endereço eletrônico: <https://www.folha.uol.com.br/>

²³ Endereço eletrônico: <http://www.estadao.com.br/>

²⁴ Endereço eletrônico: <http://g1.globo.com/>

²⁵ Endereço eletrônico: <https://www.uol.com.br/>

²⁶ Endereço eletrônico: <https://www.terra.com.br/>

²⁷ Endereço eletrônico: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/>

²⁸ Endereço eletrônico: <https://www.brasil247.com/>

²⁹ Endereço eletrônico: <https://www.revistaforum.com.br/>

³⁰ Endereço eletrônico: <https://jornalivre.com/>

³¹ Endereço eletrônico: <https://www.diariodobrasil.org/>

³² Endereço eletrônico: <http://www.jornaldamidia.com.br/>

estereótipos de gênero estudados pelas autoras, elas ainda afirmam que: “uma quantidade limitada de padrões [de gênero] é rearranjada, gerando representações que, em sua suposta diversidade, trabalham para confirmar esses mesmos padrões” (Miguel e Biroli, 2011, p. 3).

Assim, utilizei os sites de notícias como fonte de conteúdos para conhecer o que era dito sobre Dilma, de modo que interpreto as notícias produzidas por esses canais como produtos e produtoras da nossa cultura. Ou seja, ao mesmo tempo que revelam, as notícias também produzem valores culturais, normatização das relações sociais e a configuração das relações de poder (Silva, 2014). Com isso, analisar o que era dito sobre a presidenta Dilma durante o processo de *impeachment* nos sites de notícias pode revelar os significados de gênero que compuseram as imagens de Dilma, principalmente porque esse espaço se firmou como o ambiente fulcral do processo, nos quais convergiram opiniões, valores e conceitos que subsidiaram a construção dos sentidos do *impeachment*. Segundo aponta Pierre Nora (1995, p. 181), “para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido” e o caráter do *acontecimento* moderno, segundo esse autor, é justamente sua relação com a mídia de massa, que promove o amplo conhecimento dos *acontecimentos*:

Os mass media [...] tornaram o acontecimento monstruoso. Não porque sai, por definição, do ordinário, mas porque a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente o novo, alimenta uma fome de acontecimentos. Não que os crie artificialmente [...]. Mas o sistema de detecção constituído pelos mass media não pode senão favorecer a eclosão de acontecimentos maciços [...]. (Nora, 1995, p. 183).

O papel das mídias no processo de *impeachment* foi tão intenso que Gustavo Lins Ribeiro (2016, p. 16) o definiu como um “espetáculo” e chegou a dizer que “provavelmente a TV Câmara e a TV Senado nunca tiveram eventos mais assistidos por telespectadores em aparelhos de televisão e na internet do que suas sessões de transmissão do processo”. Nesse sentido, as mídias *online* também se caracterizaram como um espaço profícuo de

discursos sobre o *impeachment*, onde a difusão e troca de informações foi intensa, produzindo um alto volume de conteúdos sobre o processo por diferentes grupos de interesse que atuaram nesse espaço para a produção de uma verdade. Com isso, a ampla atenção destinada ao *impeachment* pela sociedade brasileira encontra sua repercussão nas mídias online, onde os valores sociais sobre gênero podem ser encontrados, principalmente porque, por se tratar de um *acontecimento*, eles “ampliam, focalizam, põem em relevo e justificam o que já é usual nela [na sociedade]”, segundo Mariza Peirano (2002, p. 8). Nessa dimensão analítica, o *impeachment* como um *acontecimento* pode ser comparado às campanhas eleitorais, que segundo Katia Araujo (2006, p. 47)

son momentos de extremado valor para acercarse a las significaciones e imaginarios en torno a los cuales se ordena el campo político en una determinada sociedad. En estas coyunturas, ya sea por omisión o por presencia, los límites y los horizontes, las significaciones y valores, a partir de los cuales de manera compleja una comunidad política se ordena, se hacen visibles.

Por isso, o *impeachment* foi um momento crucial para se estudar os valores da sociedade brasileira, já que estes, naquele momento, se apresentaram mais visíveis, sendo assim mais facilmente identificáveis. Nesse processo de alta profusão de discursos, inúmeras dimensões da vida social brasileira protagonizaram o debate em torno do *impeachment*. O objetivo da presente dissertação é contribuir para a compreensão de um deles, o gênero, buscando entender como o gênero foi significado nas *imagens* de Dilma no processo de *impeachment*.

1.3. O objeto e os objetivos desta pesquisa

No transcorrer do processo de *impeachment*, discursos sobre a presidenta Dilma Rousseff foram tecidos para argumentar em defesa ou oposição a sua destituição. Juridicamente, o que estava em análise era se Rousseff havia cometido *crime de responsabilidade* quando editou créditos suplementares e quando atrasou o pagamento de contas do Estado com o Banco do Brasil. Apesar de as questões técnicas e jurídicas terem sido um ponto de

análise bastante debatido no Congresso Nacional e nas notícias veiculadas pelos canais de comunicação, outro aspecto da realidade social foi utilizado para produzir argumentos pró e contra o impedimento de Dilma: as avaliações sobre sua personalidade e como ela estava relacionada com sua capacidade de gestão.

No percurso percorrido por mim nos sites de notícias, identifiquei um alto volume de matérias sobre o *impeachment* que teceram suas avaliações sobre a personalidade da presidenta a partir da construção de *imagens* de Dilma Rousseff que buscavam essencializar características de personalidade, temperamento, caráter, índole e traços psicológicos em geral e, assim, justificar sua deposição ou sua continuidade no governo. Identifiquei que Dilma foi representada por meio das *imagens* de mulher “autoritária”, “louca”, “incompetente”, “honestas” e “forte”. O conceito de *imagem* é aqui emprestado de seu uso nativo por profissionais do *marketing* político quando estes buscam construir as personalidades de políticos com atributos físicos e psicológicos que atraiam o apoio e voto do eleitorado. Estudando o *marketing político* no Brasil, Gabriela Scotto define:

“trabalhar a imagem”, não significa apenas melhorar os aspectos visíveis de um candidato, ou seja, sua imagem física, mas “adaptar” a presença do candidato ao “imaginário e aos anseios” do eleitorado. No discurso dos que atuam, no campo do *marketing político*, sobre a imagem, características como “histórico de vida”, “honestidade”, “seriedade”, “experiência”, “responsabilidade”, “sensibilidade”, “iniciativa”, “criatividade”, “dedicação”, “competência”, “coragem”, “autoridade”, “carisma”, “simpatia” etc., na atualidade são os atributos que devem ser agregados à “personalidade” do candidato para atrair a simpatia e ganhar a adesão dos cidadãos. (Scotto, 2004, p. 30)

A ideia de que a *imagem* de um candidato deve ser “adaptada” ao “imaginário e aos anseios” dos eleitores (Scotto, 2004, p. 30) revela um dos objetivos do *marketing político*, que se for plenamente alcançado, leva a uma vitória eleitoral. Entretanto, a busca por tecer de sentidos à *imagem* de alguém compõe a

disputa política em seus diversos campos, para além de uma campanha eleitoral. Isso pode ser visto nos esforços de combate às ditaduras no Cone Sul, por exemplo. Cristina Scheibe Wolff (2015), em seu trabalho sobre o tema, demonstrou como o gênero e as emoções foram entrelaçadas por agentes que buscavam findar a ditadura “em uma retórica que apela para os sentimentos da opinião pública com objetivos políticos”. Gênero e emoções foram manipulados para produzir um discurso que se contrapunha às ditaduras, que buscou “humanizar” os militantes de esquerda.

Os governos militares, auxiliados pela imprensa e pelos meios de comunicação como rádio e televisão, criaram imagens desses militantes, associando-os a terroristas, assassinos e comunistas, aproveitando toda a campanha anticomunista, que os considerava [...] totalmente demonizados, desde o início da guerra fria. Os mecanismos para quebrar essa imagem de comunistas “comedores de criancinhas”, que seriam combatidos legitimamente pela “guerra suja”, foram vários, mas convergiram para uma humanização dos militantes. Para isso, foram muito importantes as emoções evocadas por sentimentos como a maternidade, a família, o gênero especialmente os ligados à uma noção de fragilidade das mulheres e das crianças ou à ideia de que elas deveriam ser protegidas e também a sexualidade. (Wolff, 2015, 979).

Do mesmo modo, as disputas pelo resultado do processo de *impeachment* foram constituídas pela manipulação de sentidos para a produção de *imagens* de Dilma “com objetivos políticos”. Dessa maneira, o recorte analítico da dissertação centra-se na dimensão discursiva, ou seja, sobre o que foi dito sobre Dilma, ou ainda, as versões de Dilma produzidas durante o *impeachment*. O discurso político, segundo Céli Pinto (2006, p. 80), é entendido como uma disputa pela fixação de significados no campo da política: “o que é um discurso político, se não uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa?”. E acrescenta:

O discurso existe porque ele é uma tentativa de dar sentido ao real, uma tentativa de fixar sentidos, precária mas exitosa: precária enquanto não essencial e por isso, constantemente ameaçada de ser desconstruída; exitosa porque, no que pese a ameaça, contém uma continuidade histórica. (Pinto, 2006, p. 80).

Da mesma forma, as notícias veiculadas sobre Dilma durante o processo de *impeachment* são interpretadas aqui como discursos em disputa pela significação de Dilma, com o objetivo de defender sua (in)capacidade como governante. Por meio da análise desses discursos, pretendo identificar um dos elementos que compuseram as *imagens* da presidenta: o gênero. Tenho como objetivo desvendar regras, preceitos, normas, símbolos, conceitos e significados de gênero na construção dessas imagens. Ou seja, procurarei identificar e descrever os valores do gênero na sociedade brasileira contemporânea quando nos remetemos às *imagens* de Dilma Rousseff, uma mulher política em processo de destituição. Para isso, parto da definição de gênero promovida por Joan Scott (1995), como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”. Nessa perspectiva, o gênero é um elemento da realidade social que dá sentido a diferença sexual binária. Isto é, a percepção (socialmente construída) de que há dois sexos constrói e é construída por uma série de valores sociais que dividem e significam a sociedade em suas mais distintas dimensões entre feminino e masculino³³. Essa definição de Joan Scott é composta por outros dois elementos que se inter-relacionam: os *símbolos* e os *conceitos normativos*. Para a autora, os símbolos são representações de mulheres e homens

[...] os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditória) – Eva e

³³ É preciso acrescentar aqui que o dimorfismo sexual é uma crença ocidental que se pretende natural e universal. Como apontou a antropóloga Henrietta Moore, etnografias demonstraram a existência de culturas em que mulheres e homens são vistos como seres essencialmente semelhantes, expondo que a “biologia nem mesmo é subjacente às construções de gênero” (Moore, 1997, p. 3). Mas esse argumento não abala a crença ocidental do dimorfismo sexual.

Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental – mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção. (Scott, 1995)

Nesse sentido, um dos objetivos do estudo de gênero seria identificar “que representações simbólicas são invocadas, como e em quais contextos?” (Scott, 1995). Relacionados aos símbolos, Joan Scott define os conceitos normativos, que são construções de sentidos sobre os símbolos:

[...] conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de possibilidades alternativas e, algumas vezes, elas são abertamente contestadas (quando e em quais circunstâncias é a questão que deveria preocupar [...]) (Scott, 1995, p. 87)

Focar o estudo do impeachment na dimensão dos conceitos normativos, símbolos e significados de gênero se torna relevante porque os valores sociais sobre feminilidade e masculinidade estruturam as formas de pensar e agir. Segundo Kathya Araujo (2006):

los ámbitos de los valores, significaciones y representaciones [...] conforman las formas de representación de lo social a partir de las cuales regimos nuestros juicios, evaluaciones, decisiones e actos. [...]. Las opiniones o elecciones están de esta manera vinculadas a formas de representación de lo social que funcionan como evidencias implícitas, motor y justificativo no necesariamente consciente de las

elecciones en apariencia racionales.
(Araujo, 2006, p. 44).

Assim, a presente dissertação tem por objetivo central identificar e descrever os significados, símbolos e conceitos de gênero constituintes das imagens de Dilma Rousseff veiculadas durante o processo de *impeachment*. Como objetivo secundário, buscarei comparar o que é dito sobre Dilma com o que é falado sobre as mulheres políticas a partir da revisão bibliográfica sobre o tema, que aponta para uma representação estereotipada e essencializada das mulheres, fundada na separação entre privado e público concernente das repúblicas democráticas.

A teorização e a implantação de repúblicas democráticas que ocorre desse o século XV no ocidente foi pautada pela separação das esferas privada e pública, divisão que organizou os temas e as pessoas dentro de cada um desses âmbitos da sociedade. Atribuiu-se ao universo privado o espaço da natureza, da emoção, da diferença e das mulheres; enquanto que ao espaço público foi resguardado o exercício da cidadania por homens considerados indivíduos livres, iguais e possuidores de razão. Assim, as mulheres foram excluídas da vida pública e da cidadania, ao mesmo tempo em que se tornaram as responsáveis pelo trabalho doméstico, cuidados do lar, do marido e dos filhos, enquanto aos homens foi reservada a política, a propriedade e o trabalho remunerado (Laqueur, 2001. Scott, 2002. Okin, 2008. Miguel e Biroli, 2010 e 2014. Biroli, 2014. Matos e Paradis, 2014. Somogyi, 2016)

No decorrer do século XX, a partir das lutas feministas (Alves e Pitanguy, 2007. Hahner, 2003. Pinto, 2003), as mulheres conquistaram cada vez mais direitos para atuar nas decisões públicas, mas permaneceu na base da organização política princípios arranjados pelo binarismo de gênero. As compreensões essencialistas de gênero agora definem o lugar das mulheres dentro da política, de modo que é esperado que as mulheres assumam cargos profissionais e políticos bem como desempenham performances consideradas femininas. Nessa ótica, as mulheres devem expressar emotividade, compaixão e benevolência e atuar em áreas da política ligadas ao cuidado, como as políticas sociais. Se antes, elas eram excluídas da política, agora sua inserção ocorre de modo específico, mas também subordinado, posto que expressões emotivas não possuem marcas de poder e os cargos das

políticas sociais são os de menores prestígio e poder político (Freedman, 1997. Lima, 2011. Miguel, 2014. Marques e Teixeira, 2015). No decorrer da dissertação, pretendo apontar como essa separação simbólica da feminilidade e da masculinidade atuou de modo decisivo nas imagens de Dilma Rousseff. Mas antes de adentrar na análise dos dados, é preciso elaborar uma breve descrição da trajetória política de Dilma e, posteriormente, do processo de *impeachment*.

2. A trajetória política de Dilma Rousseff

No presente capítulo descreverei a trajetória política de Dilma Rousseff, apresentando sua inserção nas pautas da esquerda brasileira e sua atuação nos grupos clandestinos de combate à ditadura de 1964. Em seguida, descreverei o papel de Dilma na redemocratização do Brasil, atuando no MDB e contribuindo para a fundação do PDT. Por fim, delinearei a atuação de Dilma no governo Lula e como presidenta do Brasil.

2.1. O papel de Dilma Rousseff na história da esquerda brasileira

O percurso político traçado por Dilma Rousseff a levou desde muito jovem às pautas da esquerda brasileira. Ainda com cerca de 16 anos, ela entrou no Colégio Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Com seu prédio “sem muros”, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o Colégio Estadual era o coração do movimento estudantil do Estado, centro de alta excelência acadêmica, com liberdade cultural e política (Teixeira, 2011). Nesse ambiente intenso de debates políticos e artísticos, Dilma Rousseff se aproximou de leituras marxistas e de esquerda, como Caio Prado Junior, Louis Althusser, Celso Furtado e Karl Marx (Amaral, 2011). Sendo um ambiente da elite intelectual, o Colégio Central também era um espaço ocupado quase totalmente por homens. Na turma de Dilma, por exemplo, havia apenas mais duas meninas (Amaral, 2011), já que o padrão para garotas de classe média era seguir à Escola Normal para tornarem-se professoras. Aleluia Teixeira (2011, p. 102) aponta que, para as meninas, “ser aluna do Colégio Estadual significava uma posição de vanguarda pelo fato de estudar em uma escola mista e também por almejar o curso superior e uma carreira profissional”.

Esse meio de efervescência intelectual e política se contrasta com os espaços católicos e tradicionais para as meninas, que compuseram parte da educação de Dilma até então. Desde os sete anos de idade, Dilma estudou no Colégio Nossa Senhora de Sion, escola católica exclusiva para meninas, onde estudavam as filhas da elite belo-horizontina. Gerido por freiras, a escola contava com aulas de latim, francês, inglês, tricô e crochê. No período em que esteve no Sion, Dilma também realizou sua primeira

comunhão, ocasião em que ficou decepcionada com a roupa do ritual: “o vestido de primeira comunhão era uma simples bata branca [...] e não mais a beleza rendada que a mãe usou em sua época e que Dilminha admirava no álbum de fotografias” (Amaral, 2011, p. 27). A aproximação de Dilma ao catolicismo na infância pode ter sido influenciada por sua mãe, Dilma Jane Rousseff, católica e professora primária. Entretanto, mesmo jovem, Dilma já questionava esse caminho de interpretação de mundo. Com as freiras do Sion, Dilma participava do Grupo Gente Nova (GGN), que fazia caridade em bairros pobres. Sua amiga daquele período, Sônia Lacerda, conta que Dilma, com cerca de 12 ou 13 anos, não acreditava no poder de transformação dessas ações: “Eu me lembro dela [Dilma] dizendo: “isso é muito bom, mas não vai levar a lugar nenhum. Não resolve os problemas reais”. Em casa, Dilma também teve a forte presença do pai em sua educação.

Pedro Rousseff, advogado e imigrante búlgaro que chegou ao Brasil em 1945, saiu da Bulgária, segundo Dilma Jane contou aos filhos, “por razões políticas, ameaçado de morte”, já que era ligado ao Partido Comunista de seu país (Amaral, 2011, p. 24). A influência do pai na formação intelectual e política de Dilma pode ser vista no estímulo a leituras e conversas sobre desigualdade social. Quando ela ainda estudava no Sion e se dedicava a leituras típicas das meninas de seu colégio, seu pai propôs: “‘Te dou dois desses livrinhos [da coleção *Menina e moça*³⁴] se você ler este aqui.’ Era *Germinal*, de Émile Zola, um clássico na iniciação política de muitas gerações” (Amaral, 2011, p. 23). Tempos depois, seu pai negociou novamente a leitura de *Humilhados e ofendidos*, de Fiódor Dostoievski. Ainda na infância, Dilma se “lembra de ter conversado com o pai sobre a miséria em lugares distantes do bairro” onde a família de classe média morava (Amaral, 2011, p. 23).

No entanto, foi no Colégio Central que Dilma se engajou em grupos políticos de esquerda. Ela chegou ao Colégio em março

³⁴ A Coleção Menina e Moça foi publicada pela Editora José Olympio entre 1930 e 1960. O público da Coleção eram meninas entre 10 e 16 anos e as histórias versavam sobre romances que “cumpriam mesmo com os propósitos almejados pela Igreja” (Beltramim, 2013, p. 72): “formá-las para atuarem como boas esposas, mães e donas de casa” (Beltramim, 2013, p. 145), reproduzindo a ideia de que as mulheres são frágeis, dependentes e maternais.

de 1964, duas semanas antes do golpe militar que governaria o Brasil pelos próximos 20 anos. Estreou sua atuação política na Organização Revolucionária Marxista - Política Operária³⁵ (ORM-Polop), onde era responsável pela impressão clandestina do jornal *O Piquete* e pelas finanças da organização, que se mantinha por meio de mensalidades e pelos lucros do bar Bucheco, gerido por Inês Etienne Romeu³⁶. A organização reunia intelectuais da pequena burguesia e, além das publicações clandestinas, fazia pichações em muros com palavras de ordem contra a ditadura. O principal objetivo da organização era a formação ideológica da classe operária. Foi na Polop, na metade de 1965, que Dilma conheceu seu primeiro marido³⁷, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, que foi à Belo Horizonte para reorganizar a Polop, juntamente com os amigos de Dilma, Guido Rocha e Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto.

Diante do avanço das forças militares contra as organizações políticas de esquerda, uma questão foi lançada para os grupos que se posicionavam contra o governo militar: pegar em armas ou não. No IV Congresso da Polop em 1967, do qual Dilma participou, organizado em Campos, no interior do Rio de Janeiro, houve uma disputa sobre o futuro da organização, depois da qual os dissidentes de Minas Gerais montaram o Comando de

³⁵ A Polop foi criada em 1961. “Constituída a partir da fusão de setores da Juventude do Partido Socialista (Seção Guanabara), com intelectuais de São Paulo [...] e com setores do trabalhismo” (Vieira, 2015, p. 151). Também contou com dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Estes grupos se coadunavam por serem adeptos das teorias de Leon Trotsky, Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo, enquadrando-se na tradição do marxismo-leninismo. Fizeram parte da Polop: Vania Bambirra, Michael Lowy, Ruy Mauro Marini, Emir e Eder Sader, Theotônio dos Santos, Guido Rocha, Juarez Guimarães de Brito, Carlos Alberto Soares de Freitas e Inês Etienne Romeu (Amaral, 2011; Vieira, 2015).

³⁶ Além de compor a Polop, Inês Etienne Romeu foi dirigente da VAR-Palmares e da Vanguarda Popular revolucionária (VPR), dois grupos clandestinos de combate à ditadura. Presa em maio de 1971, foi a única sobrevivente da Casa da Morte, o mais violento centro de tortura e execução da ditadura militar. Sua fuga possibilitou que diversos torturadores e vítimas da ditadura que passaram pela Casa da Morte fossem identificados.

³⁷ Dilma realizou seu casamento civil com Cláudio em setembro de 1967, passando a assinar com o nome de Dilma Linhares.

Libertação Nacional – Colina, grupo que se engajaria na luta armada contra a ditadura. A partir da realização de assaltos a bancos³⁸, a Colina tinha como principal objetivo adquirir recursos para construir a revolução a partir da guerrilha no campo. O grupo também realizou diversas explosões de bombas em locais estratégicos, como em frente à casa do delegado do Ministério do Trabalho, Onésio Viana, e no interventor no Sindicato dos Bancários, Humberto Porto. Nesse período, Dilma se mudou, juntamente com seu marido, para um dos imóveis deixados por seu pai, no centro de Belo Horizonte. O apartamento de Dilma, no Condomínio Solares, era um *aparelho*³⁹ da Colina, onde seus membros, vindos de diversas cidades, se reuniam e realizavam reuniões. No início de 1969, os primeiros componentes da Colina foram presos, e nos interrogatórios confrontados com fotos suas entrando e saindo do edifício. Diante disso, Dilma e Carlos saíram do apartamento, voltando apenas para queimar os documentos que poderiam incriminar o grupo, ocasião na qual quase foram presos. Nesses dias de fuga, foi publicado nos jornais um retrato falado de seu marido e apareceu na TV que a polícia havia procurado o casal na casa de Dilma Jane. Na Colina, Dilma também tinha como papel controlar a dimensão burocrática, de infraestrutura e de articulação política do grupo. Esse afastamento de Dilma dos atos armados é descrito pelo seu biografista, Ricardo Amaral (2011), como uma posição pessoal e política escolhida por Dilma. Ele conta que “Dilma só realizou seu treinamento militar em 1969, numa fazenda no Uruguai [...]. Ela contou que aprendeu a montar e desmontar um fuzil ‘de olhos fechados’, mas nunca tentou aprender a atirar por causa da miopia acentuada” (Amaral, 2011, p. 50). Segundo Amaral (2011, p. 54), “Dilma criticava o viés que a luta ia tomando, marcadamente militarista, mas seria acusada de vacilante se abrisse seus receios a qualquer um”.

Em 1969, a Colina passou a articular sua fusão com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nessa junção, Dilma realizou diversas viagens pelo país na busca por articular política e teoricamente a organização. “Com todas as dúvidas, Dilma

³⁸ A Colina realizou assalto à agência do Banco Comércio e Indústria, na avenida Pedro II, e à agência do Banco do Brasil, na Cidade Industrial, ambas na cidade de Belo Horizonte.

³⁹ *Aparelho* é nome dado pelos grupos de resistência à ditadura militar aos seus locais de encontro, reunião e depósito de documentos e armas.

cumpria as tarefas da fusão com aquele grupo marcadamente militarista [VPR]. Recebia companheiros no Rio ou viajava pelo país para discutir as teses da futura organização unificada” (Amaral, 2011, p. 56). A união da VPR e da Colina deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), que teve como uma de suas principais ações o roubo de 2,5 milhões de Ana Benchimol Capriglione⁴⁰. Nessa operação, Dilma foi responsável pela troca de parte do dinheiro em uma casa de câmbio, quando se passou por uma turista, falando em inglês. Logo no primeiro Congresso da VAR-Palmares, Dilma contribuiu para o questionamento da luta armada como única ação de combate à ditadura, o que levou o VPR a deixar o VAR-Palmares. Em entrevista concedida à Judith Patarra, Dilma falou sobre o período: “qual o sentido político da ação? Substituímos a guerra revolucionária por assaltos a bancos. Dizer que somos compelidos a buscar fundos é quase subjetivo. Essencial seria buscar o povo” (Amaral, 2011, p. 64). A partir da dissidência do VPR, Dilma se tornou uma das dirigentes da VAR-Palmares, sendo “escalada para reorganizar a VAR-Palmares em São Paulo” (Amaral, 2011, p. 67), além de ser a responsável por esconder munições, fuzis e pistolas em seu quarto na pensão no Rio de Janeiro.

Foi como dirigente da VAR-Palmares que, no dia 16 de janeiro de 1970, aos 22 anos, Dilma foi presa pela ditadura. Sob a tortura dos militares, um companheiro de Dilma marcou um encontro com ela. Era uma emboscada. Dilma foi levada para o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), a partir de quando passaria dois anos e dez meses presa, sendo que parte desse tempo sofreria tortura com pau de arara, choque, socos, palmatórias e violências psicológicas, que acarretaram a deformação de sua arcada dentária, a perda de um dente e hemorragias uterinas. No relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), grupo responsável pela apuração dos crimes cometidos pelos militares durante a ditadura, constam algumas declarações de Dilma sobre a tortura sofrida. Segundo Rousseff, ela ouviu de um dos torturadores: “Eu vou esquecer a mão em você. Você vai ficar deformada e ninguém vai te querer. Ninguém

⁴⁰ Ana Benchimol Capriglione havia recebido o dinheiro do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros. Os 2,5 milhões se encontravam na casa do irmão de Ana, Aarão Burlamaqui Benchimol, tio de um dos quadros do VPR.

sabe que você está aqui. Você vai virar um ‘presunto’ e ninguém vai saber”⁴¹. Sobre os efeitos da tortura em sua vida, Dilma disse: “As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim”⁴². Mesmo sob tortura, Dilma não entregou os companheiros. “Dilma não revelou o endereço da pensão onde dividia um quarto com uma companheira. Falou apenas de um aparelho desativado, na praia do Suarão, em Santos, onde os agentes acharam pilhas de textos subversivos” (Amaral, 2011, p. 74).

A experiência de Dilma Rousseff na esquerda armada durante a ditadura militar foi constantemente recontada nas mídias durante seu governo e seu processo de *impeachment*. Como teoriza Pierre Bourdieu (1998) em seu conceito de *ilusão biográfica*, é comum que apenas alguns fragmentos e aspectos da vida de uma pessoa sejam acionados na busca por construir uma história coesa e coerente, quando de fato as vidas representam um emaranhado de acontecimentos desconexos e incoerentes. No caso dos discursos políticos que permeiam o objeto de estudo desse trabalho, os elementos escolhidos para dar coerência à vida de Dilma são selecionados a partir das teses que seus opositores e apoiadores querem defender sobre sua subjetividade.

A produção textual dessa dissertação não deixa de fazer o mesmo. Aqui, os elementos selecionados da biografia de Dilma foram as ações e atividades por ela desenvolvidas, já que à luz do conceito feminista, as mulheres são colocadas como coadjuvantes dos fenômenos políticos vivido por elas, processo em que suas agências são retiradas. É de se destacar que encontrei dificuldade para conhecer as atividades desenvolvidas por Dilma ao longo de sua carreira política, já que mesmo suas biografias tendem a colocar as ações de Dilma em segundo plano e as de seus companheiros homens como guias de suas ações. Do mesmo modo, o período de resistência à ditadura foi lembrado por Dilma em certas ocasiões de sua biografia política, tendo certos trechos selecionados, como por exemplo no Congresso Nacional do PT, em 21 de fevereiro de 2010, quando ela foi indicada para ser a candidata do partido à Presidência da República. Seu discurso, nessa ocasião, foi permeado pela experiência em que viveu durante a ditadura e sua trajetória política. Abaixo, seguem alguns trechos.

⁴¹ Comissão Nacional da Verdade, 12/2014, p. 320.

⁴² Comissão Nacional da Verdade, 12/2014, p. 387.

Queridas companheiras,
Queridos companheiros
Para quem teve a vida sempre marcada pelo
sonho e pela esperança de mudar o Brasil,
este é um dia extraordinário.

[...]

Neste momento, ouço a voz de Minas
Gerais, terra de minha infância e de minha
juventude. Dessa Minas que me deu o
sentimento de que vale a pena lutar pela
liberdade e contra a injustiça.

[...]

Eram tempos difíceis.
Ferida no corpo e na alma, fui acolhida e
adotada pelos gaúchos - generosos,
solidários, insubmissos, como são os
gaúchos.
Naqueles anos de chumbo, onde a tirania
parecia eterna

[...]

Eles passaram e nós hoje voamos
livremente.
Voamos porque nascemos para ser livres.
Sem ódio e com serena convicção afirmo
que nunca mais viveremos numa gaiola ou
numa prisão.
Estamos construindo um novo país na
democracia. Um país que se reencontrou
consigo mesmo. Onde todos expressam
livremente suas opiniões e suas idéias.
Um país que não tolera mais a injustiça
social. Que descobriu que só será grande e
forte se for de todos.
Vejo nesta manhã - nos jovens que nos
acompanham e nos mais velhos que aqui
estão - um extraordinário encontro de
gerações. De gerações que, como a minha,

levaram nosso compromisso com o país às últimas conseqüências.

Amadureci. Amadurecemos todos.

[...]

Mas esse amadurecimento não se confunde com conformismo, nem perda de convicções.

Não perdemos a indignação frente à desigualdade social, à privação de liberdade, às tentativas de submeter nosso país.

Não sucumbimos aos modismos ideológicos. Persistimos em nossas convicções, buscando, a partir delas, construir alternativas concretas e realistas.

[...]

Mas não posso deixar de ter uma lembrança especial para aqueles que não mais estão conosco. Para aqueles que caíram pelos nossos ideais. Eles fazem parte de minha história.

Mais que isso: eles são parte da história do Brasil.

Permitam-me recordar três companheiros que se foram na flor da idade.

Carlos Alberto Soares de Freitas.

Beto, você ia adorar estar aqui conosco.

Maria Auxiliadora Lara Barcelos

Dodora, você está aqui no meu coração.

Mas também aqui entre nós todos.

Iara Yavelberg.

Iara, que falta fazem guerreiras como você.

O exemplo deles me dá força para assumir esse imenso compromisso⁴³.

O papel de Dilma Rousseff nas organizações políticas de combate à ditadura militar, seja como dirigente do VAR-Palmares, responsável pelas finanças da Polop ou articuladora política na

⁴³ Estadão, 20/02/2010.

Colina, reproduziu-se também em sua atuação nos partidos políticos legalizados após a ditadura: MDB, PDT e PT, como descreverei nos próximos tópicos.

2.2 O papel de Dilma Rousseff no MDB e PDT

Dilma Rousseff recebeu a liberdade em novembro de 1972, quando foi condenada pelo Superior Tribunal Militar (STM) a dois anos e um mês de prisão e à perda dos direitos políticos por dez anos. Como Dilma já se encontrava presa há dois anos e dez meses, foi solta assim que saiu sua condenação. De volta à liberdade, Dilma se dedicou a passar no vestibular para o curso de graduação em ciências econômicas, agora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na cidade de Porto Alegre, o qual cursou entre 1974 e 1977. Os dois anos que havia cursado na UFMG, entre 1967 e 1968, foram apagados de seu histórico escolar quando os alunos acusados de subversão foram jubilados pelo Decreto-lei 477 da ditadura. No ano seguinte à sua formação, em 1978, Dilma iniciou o curso de mestrado em Ciência Econômica na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a mesma em que iniciou o doutorado em 1998. Ambos os cursos foram interrompidos por Dilma, o primeiro em 1983 e o segundo em 1999, nos quais ela cumpriu os créditos, mas não defendeu os trabalhos finais, a dissertação e a tese. A Escola de Economia da Unicamp constituía no período um dos principais centros de produção intelectual da esquerda brasileira. “Desde sua fundação, posicionando-se à margem esquerda da ordem, a Escola de Campinas fomentou a esperança na capacidade do Estado brasileiro promover a industrialização nacional e construir um Estado de bem-estar social” (Lubliner, 2017, p. 121). Na Unicamp, Dilma foi aluna de Maria da Conceição Tavares, economista, ex-deputada federal e uma importante liderança do PT.

Ainda no curso de graduação em economia, Dilma se reintroduziu na política brasileira, contribuindo com o nascente movimento sindical e com o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), de que sua mãe, Dilma Jane já fazia parte. Entretanto, nesse período a atuação de Dilma ocorria nos bastidores, devido à sua prisão. O mesmo ocorreu com sua atuação na política partidária, que no período ainda contava com apenas dois partidos legalmente autorizados: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A atuação de Dilma

ocorreu dentro do MDB, quando contribuiu na produção do *Panfleto* “Vote Contra o Governo”, material da campanha dos candidatos a vereador de Porto Alegre, Glênio Peres e Marcão Klassmann.

As atividades partidárias oficiais de Dilma Rousseff só iniciaram formalmente a partir da aprovação da Lei de Anistia em 28 de agosto de 1979, que anulou as condenações por crimes políticos instituídas durante a ditadura militar. Também nesse ano de 1979, foi reinstaurado no Brasil o pluripartidarismo, iniciando o processo de redemocratização da política brasileira. Naquele ano, Dilma se filiou ao nascente Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao qual continuou ligada até o ano 2000. Sua contribuição para o PDT foi desde a fundação do partido, passando por assessorias técnicas e construções de campanhas eleitorais até a gestão de secretarias municipais e estaduais. No Rio Grande do Sul, onde a tradição do trabalhismo permanecia forte, o PDT ganhou grande apoio da esquerda local, que via em seu fundador, Leonel Brizola, uma continuação da corrente trabalhista criada pelo ex-presidente Getúlio Vargas em torno do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Vargas foi um importante agente para a implantação das demandas trabalhistas no Brasil, instituindo os principais direitos trabalhistas existentes até os dias atuais, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garante legalmente o salário mínimo, a licença-maternidade, o décimo terceiro salário, as férias, a obrigatoriedade do aviso prévio em caso de rescisão do contrato de trabalho, a licença médica, a jornada máxima de trabalho e outros benefícios trabalhistas. Pertencia também ao PTB o presidente destituído pela ditadura militar em 1964, João Goulart, responsável pela proposição das Reformas de Base, conjunto de medidas legais que pretendiam promover reformas estruturais, como a agrária e a educacional, o que contribuiu para reunir nesse grupo político pós-ditadura o sentimento de resposta contra o golpe militar que interrompeu o processo de desenvolvimento econômico e iniciou o governo ditatorial. Todos esses personagens políticos – Getúlio, Goulart e Brizola – haviam nascido e construído suas carreiras no Rio Grande do Sul, influenciando, com a redemocratização, a reunião das esquerdas desse estado em torno do PDT, que mais tarde perderia sua hegemonia para o PT, como já vinha ocorrendo em outros estados brasileiros.

Em 1979, então, com a rearticulação das esquerdas em partidos políticos, Dilma Rousseff se inseriu no processo de criação do PDT, reunindo-se nesse ano com Leonel Brizola em Lisboa e, no Brasil, com outros líderes políticos do partido, como o antropólogo Darcy Ribeiro, uma importante liderança intelectual e política do PDT, responsável pela coordenação das Reformas de Base do governo de Goulart e da criação dos Centros de Estudo. Nesse período, Dilma foi uma figura importante na articulação do partido juntamente com a direção, sendo vice-presidenta do PDT por dois mandatos. Após a legal fundação do partido, ela se tornou Assessora da Bancada do Partido na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que passou a contar com 13 deputados estaduais que se transferiram do MDB para o PDT⁴⁴. Este número se manteve o mesmo após as eleições de 1982, as primeiras após a aprovação da anistia e do pluripartidarismo, mas a bancada do PDT passou a contar com nomes de antigos presos pela ditadura, como foi o caso de Carlos Franklin Paixão de Araújo, marido de Dilma na época. Até 1985, Dilma foi a responsável pela assessoria técnica dos deputados estaduais, para os quais produzia sínteses com estudos sobre conjuntura econômica e política, que posteriormente era distribuída para todos os eleitos do PDT no Brasil, com o objetivo de unificar o discurso do partido nas diferentes regiões.

No processo de criação do PDT, Dilma também contribuiu para a criação do setor de mulheres desse partido, a Ação da Mulher Trabalhista (AMT), que passou a reunir as filiadas do PDT a partir de 1981. A participação de Dilma pode ser vista no convite para a reunião de criação do diretório feminino⁴⁵, o qual Dilma assina ainda com o sobrenome de seu primeiro marido, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, juntamente com outras três mulheres: a socióloga Lícia Peres; a irmã de Leonel Brizola, Francisca Brizola, e Maria Flor Vieira – todas atuantes na política local que participaram do Comitê Feminino pela Anistia no RS. Na AMT, Dilma ocupou a presidência por duas vezes, segundo informação da atual secretaria do partido no RS. Naquele período, a criação de setores de mulheres de partido foi estimulada pelos partidos de esquerda, como analisa Carla Araújo (2005). A organização das mulheres em um setor próprio representava um

⁴⁴ Para a lista completa, ver: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, sem data.

⁴⁵ PDT, sem data.

esforço para a conquista de maior espaço e poder dentro dos partidos. Apesar da atuação política de Dilma na criação do PDT e do setor de mulheres do partido, a AMT, pouca relevância é dada a essas atividades de Dilma em suas biografias reproduzidas em jornais, revistas e livros. Esses veículos se restringem a descrever as atividades técnicas que Dilma desenvolveu no início de sua carreira política, quando atuou em secretarias e ministérios.

A trajetória de Dilma Rousseff na gestão pública iniciou a partir das eleições de 1986, quando ela participou da campanha do pedetista Alceu Collares para a prefeitura de Porto Alegre, escrevendo a plataforma política de seu governo. Quando eleito, Collares acatou o pedido de Dilma para assumir a direção da Secretaria de Fazenda, angariando o título de “primeira mulher do país a comandar as finanças de uma capital” (Amaral, 2011, p. 265). Apesar da irrisória autonomia municipal na gestão das verbas, a Secretaria de Fazenda se encontra entre as pastas de maior poder de um município, controlando a arrecadação e os pagamentos da prefeitura. Anos depois, em 1990, Alceu Collares foi eleito governador do Rio grande do Sul e indicou Dilma para a presidência da Fundação de Economia e Estatística (FEE), cargo em que ela permaneceu até 1993. A FEE se constituía como a principal instituição de pesquisa do Rio Grande do Sul, fornecendo dados estatísticos sobre a sociedade gaúcha que guiavam as políticas econômicas e sociais do governo. Dilma foi a segunda mulher a assumir a presidência da FEE; os demais oito presidentes na história da instituição até aquele momento foram homens⁴⁶. Além de se tratar de um cargo historicamente gerido por homens, a área temática ao qual a FEE se circunscreve é majoritariamente associada ao campo de ação masculino. Na FEE, Dilma também trabalhou entre 1995 e 1997 como economista e editora da Revista Informe Econômico RS, na qual publicava artigos periodicamente. Além da Secretaria de Fazenda e da Fundação de Economia e Estatística, Dilma também foi comentarista de economia no programa da TV local em Porto Alegre.

Da área econômica, Dilma foi indicada para assumir a política energética do Estado do Rio Grande do Sul, sendo instituída Secretária de Estado de Minas, Energia e Comunicações, primeiro entre 1993 e 1994, na gestão de Alceu Collares, depois entre 1999 a 2002, no governo de Olívio Dutra (PT). No início dos

⁴⁶ Fundação de Economia e Estatística, sem data.

anos 2000, o Brasil vivia o fenômeno do Apagão, devido à falta de produção de energia para servir o país, de modo que o governo federal, gerido por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), obrigava o racionamento de energia em muitos estados brasileiros. Entretanto, no período em que Dilma foi Secretária de Estado, o RS aumentou em 46% a oferta de energia. A partir desse trabalho, o governador Olívio Dutra indicou Dilma para participar da equipe de energia de análise do governo federal de Luis Inácio Lula da Silva e depois, após a vitória presidencial do PT em 2002, ela passou a compor a equipe de transição do governo, também no setor de energia. Todos os outros personagens que trabalharam na equipe de energia com Dilma eram homens, sendo que em sua maioria eram acadêmicos, doutores, com formação em universidades da França e Estados Unidos. Nesse período, Dilma já era filiada ao PT⁴⁷ e seu nome passou a ser cogitado para assumir o Ministério de Minas e Energia. Como o PT gaúcho deveria ter um espaço no Governo Federal, sua indicação estava em disputa com outros nomes de seu Estado, como Olívio Dutra, Tarso Genro, Miguel Rossetto, além daqueles que participavam da equipe econômica.

2.3. O papel de Dilma Rousseff no Governo Lula

Dilma Rousseff ganhou visibilidade no cenário da política nacional em 1º de janeiro de 2003, quando foi nomeada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a chefia do Ministério de Minas e Energia (MME), alcançando o título de primeira mulher a comandar a pasta. No quadro ministerial do governo Lula daquele ano, havia mais quatro mulheres⁴⁸; os outros 31 ministérios eram gerenciados por homens. Elas estavam alocadas em chefias voltadas para as políticas sociais – um conjunto de áreas do Estado conceituado por Marques e Teixeira (2015) como *soft politics* para

⁴⁷ A saída de Dilma do PDT ocorreu no ano de 2001, com mais 382 filiados do PDT do Rio Grande do Sul que se desligaram do PDT por divergências com Leonel Brizola.

⁴⁸ Marina Silva, Ministério do Meio Ambiente (2003-2008), Matilde Ribeiro, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil (2003-2008), Emília Fernandes, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2003-2004) e Benedita da Silva, Assistência e Promoção Social (2003).

denominar os campos da assistência social, direitos humanos e meio ambiente. Enquanto aos homens, foi destinada a responsabilidade pelas *hard politics*, ministérios com maior prestígio e poder, que correspondem aos setores de gestão financeira e política do Estado, como economia, política internacional e segurança pública. Essa segmentação dos ministérios por gênero atua como uma tendência “em reservar os cargos de direção das pastas consideradas mais importantes aos homens e aquelas relacionados às políticas sociais, de cuidado, às mulheres” – segundo os achados de Cleiton de Lima (2011, p. 69) em seu estudo sobre os padrões de nomeação dos cargos do Poder Executivo brasileiro.

Em contraste com essa prática histórica e com as demais ministras do governo Lula, naquele ano de 2003, Dilma foi nomeada para uma pasta que não pertence ao conjunto das políticas sociais. Minas e Energia se trata do setor da administração pública que coordena os recursos energéticos do país, considerado um dos mais importantes para o desenvolvimento econômico de uma nação e de seu poderio internacional na geopolítica. A alta produção energética permite o desenvolvimento da indústria nacional e a exportação de energia, um dos mercados mais valorizados na economia internacional (Castro, 1999. Hage, 2012). Ou seja, como ministra de Minas e Energia, Dilma foi responsável por um ministério de alto prestígio e poder político e econômico no Brasil, que, não por um acaso, foi historicamente administrado por homens, podendo ser alocado como um setor das *hard politics*, já que consiste de temas da economia nacional e internacional. Sabendo da marca original de instituir uma mulher para comandar a política energética, quando Lula apresentou a nova ministra do MME à imprensa, em 20 de novembro de 2002, disse: “havia quem pensasse que esse ministério era coisa de homem. Vamos provar que pode ser liderado por uma mulher” – segundo conta o biografista de Dilma Rousseff, Ricardo Amaral (2011, p. 318).

Como Ministra de Minas e Energia, Dilma ampliou a participação pública na produção de energia, incluindo regulamentações que obrigavam uma participação mínima de empresas e produtos brasileiros, fazendo nascer a plataforma P-51, a primeira semissubmersível “totalmente construída no país, com mais de 75% de conteúdo nacional” (Amaral, 2011, p. 134). Dilma também incluiu um novo critério para aprovar as empresas concessionárias de energia: aquelas que oferecessem o menor valor

para o consumidor. Criou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), instituto de pesquisa sobre energia que fomentaria o governo com dados sobre o campo para a produção das políticas. “Dilma acelerou a interligação do sistema elétrico nacional. Na falta de energia numa região, o abastecimento passou a ser possível com o excedente de outra”. A partir do trabalho desenvolvido por Dilma, “no segundo governo Lula, a oferta de energia crescia em média 4,5% ao ano”. Por fim, criou o Programa Luz para Todos, que possibilitou o acesso à energia elétrica para pessoas que vivem no campo.

Todas essas políticas desenvolvidas no âmbito do MME estão em acordo com o projeto político do governo Lula, que durante os seus oito anos de duração promoveu mudanças na desigualdade social brasileira (Secco, 2015. Ribeiro, 2016). O PT foi fundado no bojo do movimento operário dos anos de 1978 e 1979 por meio da articulação de operários, principalmente, do ABC paulista, região do Estado de São Paulo que se constituía naquele período como o maior complexo industrial brasileiro, abrigando fábricas de automóveis, metalúrgicas, etc. Apesar de contar com os sindicalistas e mulheres eleitas, a elite branca e masculina ainda permanecia maioria na direção e nos cargos eleitos, segundo Lincoln Secco (2015). O PT, desde sua fundação, se constituiu a partir de alianças heterogêneas e com distinções a partir de diferentes regiões do Brasil. No RS, por exemplo, foi fundado por intelectuais, enquanto em SP por operários. Nesse meio, diversos grupos políticos se formaram, como Teologia da Libertação e intelectuais de esquerda. Assim, quando chegou ao comando da presidência, o PT carregava em sua história os signos da esquerda brasileira. Havia nascido no bojo do movimento operário em greves promovidas em um contexto ditatorial, tendo como principal líder um operário, o Lula, contando com outros grupos políticos que se opunham à ditadura, como intelectuais e o movimento Teologia da Libertação, da igreja católica (Secco, 2015).

Entretanto, esse imaginário foi aos poucos sendo questionado por parte da base aliada do governo. Denúncias de corrupção e alianças com políticos que historicamente governaram o Brasil com políticas contrárias aos ideais petistas ocuparam um lugar central nessa reorganização simbólica do PT durante o governo Lula. Foi nesse momento em que o principal nome para suceder ao Lula na Presidência foi descartado. José Dirceu, chefe

da Casa Civil, foi acusado de corrupção, saindo de seu cargo e perdendo a possibilidade de ser o candidato petista à Presidência em 2010. Foi nesse momento que Dilma foi chamada para assumir a Casa Civil.

Em 21 de junho de 2005, o presidente Lula nomeou Dilma para Ministra-Chefe da Casa Civil. Mais uma vez, ela voltou a portar o título de “primeira mulher” a assumir um posto. A Casa Civil, que também compõe o conjunto das *hard politics*, é considerada um dos ministérios mais importantes do Governo Federal, por ser o responsável em promover a articulação da Presidência com os demais ministérios e o Congresso Nacional. A assunção de Rousseff à Ministra-Chefe da Casa Civil já era um delineamento de seu caminho para a Presidência em 2010.

A chegada de Dilma no comando de secretarias e ministérios pertencentes às *hard politics* tenciona um dos principais argumentos que conforma inteligibilidade para as mulheres na política: a ideia de que suas atividades públicas são produzidas pelo interesse materno de cuidar das populações mais desprovidas de recursos sociais e financeiros. Segundo Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2011), o insulamento das mulheres em determinadas temáticas da política é pensado como uma continuidade das atividades que as mulheres brancas e de camadas médias historicamente empreenderam no espaço doméstico, o cuidado do lar e dos mais vulneráveis. Essa justificativa para a presença feminina no espaço político é difundida por diferentes agentes, com díspares objetivos e implicações teóricas diversas, mas que tem em comum o fornecimento, ao longo da história das mulheres na política, de uma verdade que explica e constrói a separação dos espaços e atividades pelo dimorfismo sexual.

2.4 Dilma Rousseff: uma mulher na Presidência do Brasil

No dia 31 de outubro de 2010, pela primeira vez, uma mulher foi eleita para presidir a República Federativa do Brasil. Dilma Vana Rousseff foi empossada como a 36º presidente do país, após mais de um século de governos comandados por homens. Alguns impasses e acontecimentos causados pela presença de uma mulher no cargo mais alto do poder republicano podem iluminar os desafios atuais vividos pelas mulheres em cargos políticos. Além disso, esses episódios, revistos atualmente em retrospectiva, podem ser lidos como indicativos dos desafios

que estavam por vir, quando pouco mais de cinco anos de sua primeira eleição, a primeira presidenta brasileira foi destituída de seu cargo por um processo de *impeachment*. Vários acontecimentos e pronunciamentos ocorridos no decorrer dos dois mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016) expressam que, da originalidade e da singularidade de sua posição emergiram dilemas e alterações nas dinâmicas políticas que envolvem a Presidência.

A originalidade histórica da presença de uma mulher na Presidência do Brasil foi, em vários momentos, enaltecida pela própria presidenta, que enxergou com otimismo e a interpretou como uma conquista democrática. Já em seu discurso na cerimônia de posse na Câmara Federal, em 1º de janeiro de 2011, a primeira frase de Dilma Rousseff foi: “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”. Em um Congresso lotado de pessoas, muitas estando em pé para assistir à cerimônia, sua frase foi seguida por um longo momento de efusivos aplausos, acompanhados com palavras de apoio que chamavam o nome de Dilma. A pesquisadora Irllys Barreira (2006) identifica em sua pesquisa com mulheres políticas que essas enunciações, que ela conceitua de *biografia pioneira da participação política*, estão constantemente presentes nos discursos das políticas em campanhas eleitorais e em declarações públicas, como é o caso de Dilma também. Para a autora, essa forma de se apresentar ao público busca expor que elas superaram os desafios para “chegar lá” e também faz surgir um senso de “responsabilidade” e “homenagem” às demais mulheres da sociedade. Ainda na noite de sua posse, durante outro pronunciamento, Dilma voltou a falar da originalidade histórica de sua vitória eleitoral e acrescentou suas possíveis consequências políticas na organização do gênero na sociedade brasileira, fala que também foi recebida com aplausos. Para Dilma, sua presença poderia contribuir para que mais mulheres assumissem cargos de poder nas instituições brasileiras e inspirar também mulheres e meninas a acreditarem em seus potenciais. Esse otimismo presente nas falas de Dilma e corroborado pela reação das pessoas presentes em seus discursos pode revelar também o ânimo e a esperança que a eleição de uma mulher gerava em parte dos brasileiros em 2011. Segue abaixo os quatro primeiros parágrafos de seu discurso na noite de 1º de janeiro:

Primeiro, eu queria agradecer aos que estão

aqui presentes nesta noite, para mim uma noite, vocês imaginam, completamente especial.

Mas eu queria me dirigir a todos os brasileiros e as brasileiras, meus amigos e as minhas amigas de todo o Brasil. É uma imensa alegria estar aqui hoje. Eu recebi de milhões de brasileiros e de brasileiras a missão, talvez a missão mais importante da minha vida.

E esse fato, para além da minha pessoa, é uma demonstração do *avanço democrático* do nosso país, porque pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto, o meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras para que esse fato até hoje inédito se transforme num evento natural e que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis e nas entidades representativas de toda a nossa sociedade. A *igualdade de oportunidades entre homens e mulheres* é um princípio essencial da democracia.

Eu gostaria muito que os pais e as mães das meninas pudessem olhar hoje nos olhos delas e dizer: ‘Sim, a mulher pode’. A minha alegria é ainda maior pelo fato que a presença de uma mulher na Presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania⁴⁹.

A defesa de Dilma pelo princípio democrático de “igualdade de oportunidade entre homens e mulheres” e sobre a originalidade de sua posição como uma expressão do “avanço democrático do nosso país” se coaduna com a história das lutas feministas. Ao longo de todo século XX no Brasil, as mulheres se organizaram em grupos e redes feministas para conquistar a

⁴⁹ G1, 31/10/2010.

igualdade de direitos políticos, tendo como um de seus principais feitos o acesso ao direito de votar e ser votada em 1932, para parte das mulheres⁵⁰. A luta sufragista foi sucedida por outras agendas feministas que, diante das dificuldades de se efetivar a participação das mulheres na democracia representativa, buscaram implantar outras normas legais para viabilizar o acesso delas à política, tendo como a vitória mais recente dessa luta a implantação da lei de cotas em 1995, que obriga os partidos políticos a conter, pelo menos, 30% de um dos gêneros nas candidaturas para um pleito. A chegada de Dilma à Presidência é aqui interpretada como resultado dessa luta feminista histórica e também como mais um avanço efetivo das conquistas feministas.

A chegada de uma mulher à Presidência, eleita por mais de 55 milhões de votos diretos, também pode ser interpretada como produto das transformações ocorridas nas representações imaginárias da sociedade brasileira. Ou seja, é resultado das transformações ocorridas nos valores sociais sobre os lugares possíveis de serem ocupados pelas mulheres. Para essa interpretação, tomo de empréstimo a análise elaborada pela antropóloga Kathya Araujo quando estudou a eleição de Michelle Bachelet, a primeira mulher a ocupar a presidência do Chile em 2000. Para Araujo (2006, p. 46), “el avance y diseminación en el espacio público de los discursos propuestos por el feminismo y el movimiento de mujeres no es sin consecuencias para la esfera política”. E mais especificamente a eleição de Bachelet “no puede ser tomado sino como el resultado de un largo proceso de transformación de representaciones en la sociedad”. Assim, os significados constituintes das mulheres permitem atualmente que elas intervenham e opinem sobre os assuntos políticos, como defende Araujo:

⁵⁰ Por meio do decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, foi instituído o Código Eleitoral Brasileiro, no qual, pela primeira vez, as mulheres são permitidas de votar e de serem votadas. O direito voltou a ser garantido na Constituição de 1934, segundo a qual apenas as mulheres que exercessem função remunerada teriam direito ao voto. O sufrágio feminino foi reconquistado com a Constituição de 1946. Entretanto, a igualdade entre mulheres e homens só seria legalmente reconhecida na Constituição de 1988, após a luta de mulheres que ficaram conhecidas como a “bancada do batom”. Para mais informações sobre a luta sufragista das mulheres, ver: Hahner, 2003. Vieira, 2015. Pinto, 2003.

[...] la esfera política fue impactada por el empuje de formas de significación y representación imaginarias que legitiman la presencia de las mujeres en el espacio público y su intervención en asuntos de la *polis*, y que las constituyen como sujetos activos con un campo de intereses propios definidos. [...] (Araujo, 2006, p. 46)

Tudo indica que essa transformação nos valores sociais produzida pelo feminismo abarca não apenas o Chile ou o Brasil, mas diversos outros países⁵¹ do globo, que a partir do início do século XXI, passaram a contar com mulheres nas chefias de Estado e de Governo. Segundo dados do “Mapa das Mulheres na política” elaborado pela Inter-Parliamentary Union⁵² e Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2015, dos 193 países, 19⁵³ possuíam mulheres como Chefe de Estado e/ou de Governo, número recorde já alcançado até hoje.

A despeito do avanço que a presença dessas mulheres representa, e mais especificamente o caso de Dilma, o cenário político brasileiro ainda é majoritariamente ocupado por homens. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral⁵⁴, no ano de 2014 no Brasil, 52% das eleitoras brasileiras eram mulheres. Entretanto, este número não acompanhou a quantidade de mulheres eleitas no pleito daquele ano: do total de 27 governadores, apenas uma

⁵¹ Primeiras mulheres eleitas às presidências de seus países: Cristina Kirchner, na Argentina, em 2007 e em 2015; Tsai Ing-wen, no Taiwan, em 2016; Kolinda Grabar-Kitarović, na Croácia, em 2015; Park Geun-hye, na Coreia do Sul, em 2013; Atifete Jahjaga, no Kosovo, em 2011; Dalia Grybauskaitė, na Lituânia, em 2009; e Ellen Johnson-Sirleaf, na Libéria, em 2006. Foram eleitas ainda primeiras-ministras na Letônia, em 2014; na Escócia, em 2014; em Trinidad e Tobago, em 2010; na Dinamarca, em 2011; na Jamaica, em 2006 e na Alemanha, em 2005.

⁵² Inter-Parliamentary Union, sem data.

⁵³ Em 2015, os seguintes países possuíam Chefes de Estado e/ou de Governo: Argentina, Bangladesh, Brasil, República Centro-Africana, Chile, Croácia, Dinamarca, Alemanha, Jamaica, Letônia, Libéria, Lituânia, Malta, Noruega, Peru, Polônia, República da Coreia, Suíça e Trinidad e Tobago.

⁵⁴ Tribunal Superior Eleitoral, sem data.

mulher se tornou governadora⁵⁵; 120 mulheres (11,3%) foram eleitas como deputadas estaduais, enquanto 942 homens (88,7%) se elegeram para o mesmo cargo. Nas eleições de 2012, foram eleitas 666 mulheres como prefeitas em todo Brasil, o que representa apenas 11,9% do total de prefeituras. Até mesmo no Congresso Nacional, a lei de cotas não surtiu o efeito esperado, já que no ano de 2015 as duas Casas contavam com apenas 10,77% de mulheres, isto é, das 594 cadeiras, 64 eram preenchidas por mulheres.

Analisando os fatores que acarretam a baixa participação das mulheres na política brasileira, Luis Felipe Miguel (2014) identifica essa desigualdade numérica, entre outros fatores, em um conjunto complexo de fenômenos sociais que se constituem em obstáculos na carreira das mulheres políticas: (a) o “insulamento na vida doméstica” faz com que as mulheres tenham maior dificuldade para estabelecer uma rede de contatos, fator necessário para a construção do capital político; (b) a “dupla jornada de trabalho”, que leva as mulheres a se ocuparem do trabalho doméstico depois do trabalho fora de casa, diminui o tempo disponível para elas se dedicarem às atividades políticas, o que poderia ser reduzido caso houvesse uma política de creches, por exemplo; e também (c) os “padrões diferenciados de socialização”, que faz com que o interesse e as habilidades exigidas no universo político sejam fomentados apenas na educação dos homens.

Longe de esgotar toda a complexidade que o autor expõe em seus longos estudos sobre o tema, uma das conclusões apresentada por Miguel (2014) é que esses fatores são fundados pela histórica separação entre público e privado. Essa divisão, fundante da democracia liberal, guarda em sua base a oposição correlata entre masculino e feminino. O modelo político moderno atribuiu ao universo privado o espaço da natureza, da emoção, da diferença e das mulheres; enquanto que ao espaço público foi resguardado o exercício da cidadania por homens considerados indivíduos livres, iguais e possuidores de razão (Miguel e Biroli, 2010). De modo similar, Joan Scott (1995) identificou que, historicamente, a teoria política construiu o sentido do *poder* a partir de analogias e relações diretas com o imaginário de gênero, um campo da vida social tido como natural, fixo, imutável e, por

⁵⁵ O Estado de Roraima elegeu Suely Campos do Partido Progressista (PP).

isso, inquestionável. O próprio conceito de *alta política*, segundo Joan Scott (1995), tem o seu significado e a razão de seu poder superior pautados na exclusão das mulheres de sua participação e, em última instância, na hierarquização entre feminino e masculino. Nesse sentido, para Jane Freedman (1997), a origem da baixa participação das mulheres no espaço político se encontra nas limitações simbólicas do poder nas representações de feminilidade. Ou seja, a exclusão das mulheres do poder ocorre devido a uma não-coincidência entre as representações da feminilidade e do poder.

2.5 As políticas e ações feministas do governo Dilma

Na contramão dessa tradição histórica-política, Dilma Rousseff construiu seu governo com o maior número de ministras: 18 no total durante todo o período em que governou⁵⁶. Quando foi eleita, em outubro de 2010, algumas mídias⁵⁷ anunciaram que Dilma reservaria uma “cota” para mulheres na direção dos ministérios, o que seria um esforço da presidenta para reparar a desigualdade entre os gêneros na política. Então, em 1º de janeiro de 2011, quando assume seu primeiro mandato e designa os nomes ministeriais, do total de 37, nove foram mulheres, número jamais alcançado por qualquer governo brasileiro, apesar de representar ínfimos 24%⁵⁸. Ainda em seu primeiro mandato, com as primeiras alterações nos ministérios, Dilma nomeou Gleisi Hoffmann para ministra da Casa Civil (que permaneceu no cargo entre junho de 2011 e fevereiro de 2014), pasta que só havia sido chefiada por outra mulher além da própria Dilma: a Erenice Guerra (entre 30 de março e 16 de setembro de 2010).

⁵⁶ Seguida do presidente Lula, com 11 mulheres (2003-2010), e duas mulheres nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Itamar Franco (1992-1994) e uma ministra nomeada por Fernando Collor (1990-1992).

⁵⁷ CartaCapital, 07/12/2010.

⁵⁸ No início do Governo Dilma, as mulheres comandaram as seguintes pastas: Políticas para as Mulheres (Iriy Lopes), Igualdade Racial (Luiza Helena Bairros), Direitos Humanos (Maria do Rosário), Desenvolvimento Social (Tereza Campelo), Planejamento (Miriam Belchior), Informação (Helena Chaga), Meio Ambiente (Izabela Teixeira), Pesca (Ideli Salvatti) e Cultura (Anna de Holanda).

Em fevereiro de 2012, Dilma também nomeou a socióloga e feminista Eleonora Menicucci para gerir a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), escolha que, segundo a *Agência Patrícia Galvão*⁵⁹, foi “recebida com muito entusiasmo e grande expectativa pelos movimentos de mulheres”. A *Agência* e o site de notícias *Viomundo*⁶⁰ repercutiram as manifestações de apoio das representantes dos principais grupos feministas no Brasil, como Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Articulação de Mulheres Brasileiras; Marcha Mundial de Mulheres; Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras; União Brasileira de Mulheres; e Liga Brasileira de Lésbicas. Em uma dessas falas, a Angela Freitas, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras na região do Rio de Janeiro, descreveu:

Motivo de alegria a nomeação de Eleonora Menicucci para a SPM. Seu comprometimento histórico com a luta contra o autoritarismo, pelos direitos reprodutivos, contra a criminalização das mulheres que abortam, seu interesse acadêmico pelas questões do trabalho e da violência contra as mulheres, são parte do currículo com que se apresenta ao aceitar o convite de Dilma Rousseff. Eleonora sabe que traz consigo uma legião de colaboradoras/es e militantes que apostam em seu sucesso à frente da SPM⁶¹.

Assim como Angela Freitas, várias feministas lembraram a trajetória de Menicucci, destacando-a como uma “feminista histórica”, que compartilha em sua trajetória algumas das faces que compõem os feminismos no Brasil, aliando atuação acadêmica e ativismo feminista após participar do combate à ditadura em movimentos de esquerda nas décadas de 1960 e 1970. Na

⁵⁹ Agência Patrícia Galvão, 08/02/2012.

⁶⁰ Viomundo, 06/02/2012.

⁶¹ Viomundo, 06/02/2012.

academia, Menicucci é professora em Saúde Coletiva⁶² e desenvolve pesquisas nas áreas de gênero, combate à violência contra as mulheres e direito reprodutivos; no ativismo feminista, é cofundadora da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e foi sua representante no Conselho Nacional de Saúde entre 1990 e 1994. No período da ditadura, foi torturada e presa no Presídio Tiradentes, onde foi companheira de cela de Dilma Rousseff.

No entanto, o pronunciamento dessas lideranças também foi de cobrança, principalmente no que se refere às feministas lésbicas e negras, que lembraram a importância de o governo promover políticas públicas “que respeitem a diversidade”, o que “pressupõem combater as desigualdades de classe, gênero, raça/etnia e orientação sexual”, como falou Maria de Lourdes Rodrigues⁶³, da Liga Brasileira de Lésbicas. Nesse sentido também falou Simone Cruz⁶⁴, secretária executiva da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, defendendo a promoção de políticas “para as mulheres que garanta a inclusão das mulheres negras, a fim de que possamos diminuir os dados das desigualdades de gênero e raça em nosso país”.

A entrada de Menicucci na SPM aponta para uma resposta às demandas dos movimentos feministas por incorporar no aparato estatal mulheres que compartilhem dos ideais feministas para promover a igualdade gênero como política pública. A partir da década de 1990, segundo Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2011), há uma busca dos movimentos feministas, assim como dos movimentos de esquerda em geral, que passaram tempo lutando pela mudança estrutural do sistema democrático, em assumir posições no Estado para mudança social. A criação da SPM, assim como das diversas políticas e leis que vieram a surgir nos últimos

⁶² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Livre Docente em Saúde Coletiva pela Faculdade de Saúde Pública da USP, professora Titular em Saúde Coletiva na Universidade Federal de São Paulo e pesquisadora 1B do CNPq. (<http://lattes.cnpq.br/4159353159721979>)

⁶³ Agência Patrícia Galvão, 08/02/2012.

⁶⁴ Agência Patrícia Galvão, 08/02/2012.

anos são reflexo dessa virada feminista para o Estado, segundo Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014).

Desde o início do mandato de Dilma Rousseff, havia uma expectativa sobre as políticas feministas que ela, enquanto primeira mulher a presidir o país, iria promover; e durante os cinco anos e meio em que esteve no poder, essa foi um tema em discussão. No dia 1 de setembro de 2016, um dia após a saída definitiva de Dilma, alguns veículos de comunicação se interessaram em investigar o impacto que a primeira presidenta possa ter deixado nas políticas para as mulheres. A *BBC Brasil* buscou representantes dos movimentos sociais e pesquisadoras da área para responder à pergunta: “qual foi, de fato, o legado que a primeira 'presidenta' deixou para as brasileiras?”. Participaram da reportagem Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, Jacira Melo, diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão, Maria do Socorro Braga, professora de Sistemas Democráticos e Teoria Política Democrática da UFSCar, e Nalu Faria, da coordenação nacional da Marcha das Mulheres. Em resumo às respostas dadas por essas mulheres, a *BBC Brasil* apontou que foram descritos “principalmente avanços na questão do combate à violência doméstica, da representatividade na política e da independência financeira da mulher. As maiores críticas ficaram por conta de dois temas polêmicos: os direitos reprodutivos e a questão da diversidade sexual”.

Outra medida tomada no Governo Dilma que contribuiu para marcar a política de signos femininos, foi a composição da guarda de Dilma na cerimônias de posse em 2011 e em 2015, composta por mulheres que acompanharam o carro de Dilma. Além disso, Dilma também instituiu o emprego do termo “Presidenta” nos documentos oficiais e no cotidiano das relações políticas. Segundo notícia do site *Brasil 247*⁶⁵, publicada em 8 de abril de 2012, “Desde que tomou posse no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff vem pedindo gentilmente que os veículos de comunicação se refiram a ela como ‘presidenta’. Alguns adotaram a nova ortografia, outros, não”. Apesar de a palavra “presidenta” ser prevista no dicionário, a maioria dos veículos de comunicação não aderiram ao termo e muitos atores desse universo usaram o termo para elaborar piadas sobre a capacidade intelectual de Dilma. O argumento recorrente dos

⁶⁵ Brasil 247, 08/04/2012.

opositores do termo é que assim como não existe “dentista”, não existe “presidenta”, como o exposto por Ruy Castro no site da *Folha de S. Paulo*⁶⁶

Pela novilíngua da presidenta, o sindicalista Lula teria sido um sindicalista. Luiz Carlos Prestes, um comunista. Millôr Fernandes, um humorista. Luizinho Eça, um pianista. Guimarães Rosa, um romancista. O cego Aderaldo, um repentista. Ayrton Senna, um automobilista.

Dilma acha pouco ser presidenta. Quer ser também linguista.

Outras piadas foram inventadas, como o uso recorrente de “presidAnta” para se referir a Dilma, como o empregado para nomear um grupo de Facebook “Presid’Anta”⁶⁷. Aqueles que consideram a existência do termo, descartam-na pela estética da palavra. A querela da presidenta foi uma das mais comentadas durante todo Governo Dilma.

Outros acontecimentos recorrentes relatados nas mídias apontam para as dificuldades das mulheres políticas. Na posse do segundo mandato, por exemplo, diversos sites de notícias comentaram sobre o vestido de Dilma Rousseff, que chegou a ser comparado com uma capa de botijão⁶⁸. Além disso, no decorrer de sua presidência, Dilma teve seu corpo, maquiagem, peso e família constante comentados. Um exemplo dessa insistência de se tratar da vida pessoal e do corpo de Dilma foi identificado pela pesquisadora Rayza Sarmento (2013) durante entrevista da presidenta à jornalista Patrícia Poeta no programa *Fantástico*, em setembro de 2011. Nessa ocasião, a apresentadora demonstrou interesse em conhecer os cuidados que Dilma tem com sua aparência, perguntando quem escolhe suas roupas e quem a maquia diariamente.

A chegada de Dilma Rousseff à presidência também gerou mudanças na organização dos protocolos da política brasileira. Talvez a mais mensurável de todas esteja ligada ao fato de ela não possuir cônjuge, o que promove alterações no protocolo cerimonial

⁶⁶ Folha de São Paulo, 27/04/2012.

⁶⁷ Endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/presianta/>

⁶⁸ G1, 01/01/2015.

e diplomático da Presidência. Em viagens internacionais, por exemplo, é corrente a elaboração de duas agendas, uma para o presidente e outra para sua esposa que será recebida pela primeira-dama. O mesmo ocorre nos jantares oficiais, que, para a montagem dos lugares, também se espera que o presidente seja acompanhado, o que no caso de Dilma exigiu uma modificação na composição da mesa para que não ficasse uma cadeira vazia ao seu lado. Na própria cerimônia de posse dos dois mandatos de Dilma, em 2011 e em 2015, ela foi acompanhada por sua filha, Paula Rousseff. Apesar de outros presidentes brasileiros já terem assumido o cargo sem a presença de uma primeira-dama, esse fenômeno é mais recorrente entre as mulheres eleitas. Como exemplos mais próximos temos as presidentas do Chile e da Argentina.

A presidenta Dilma também inaugurou pronunciamentos presidenciais no Dia Internacional da Mulher, em 2012, no segundo ano de seu primeiro mandato. Desde então, seguiram-se três outros pronunciamentos: nos anos de 2013, 2014 e 2015. Os três primeiros discursos apresentam semelhanças, abordando principalmente as temáticas de: presença das mulheres na economia brasileira e de combate à violência contra as mulheres. Entretanto, há algumas distinções, sendo a principal delas o fato de que apenas em 2012 este momento foi utilizado para tratar de temáticas exclusivamente femininas e feministas. Já em 2013, o tema sobre os direitos do consumidor foi incluído neste discurso. E em 2014, o discurso presidencial foi centrado nos avanços globais do governo a partir da demonstração da presença feminina nestes progressos. Já no pronunciamento de 2015, a presidenta Dilma promoveu uma ruptura com os discursos anteriores. Além de ser o pronunciamento mais longo – durou cerca de quinze minutos, enquanto os anteriores duraram oito (2014), onze (2013) e dez (2012) minutos – pouco se falou sobre a questão feminina ou feminista. Apenas quarenta segundos foram utilizados para anunciar a lei que torna crime hediondo o feminicídio. O restante do tempo foi utilizado para falar sobre o ajuste fiscal anunciado por seu governo no início do ano e que sofreu fortes críticas. De certa maneira, essa mudança no discurso do Dia Internacional da Mulher foi acompanhada por uma mudança nas políticas feministas do Governo de Dilma.

No decorrer de seu governo, Dilma mudaria algumas práticas políticas com as quais entrou. No que diz respeito a presença das mulheres em ministérios, no segundo mandato de

Dilma, o número de ministras caiu de nove para seis⁶⁹, número que representa 15% de mulheres em ministérios. No que tange às políticas para as mulheres, a SPM sofreu algumas alterações, sendo a principal delas em outubro de 2015, quando ocorreu a unificação dos ministérios das mulheres, da igualdade racial, dos direitos humanos e da secretaria-geral da Presidência. Todos eles foram unificados em um só ministério: o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, para o qual Nilma Lino Gomes foi instituída Ministra.

Como busquei demonstrar no presente capítulo, a trajetória política de Dilma Rousseff foi atípica mesmo para as mulheres políticas, posto que participou de grupos clandestinos contra a ditadura e se inseriu em atividades e postos políticos historicamente ocupados por homens. Essa inovação nas ações de Dilma irá atuar de modo central durante o processo de *impeachment*, como buscarei delinear nos capítulos seguintes.

⁶⁹ Tereza Campello, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Izabella Teixeira, no Ministério do Meio Ambiente; Ideli Salvatti, na Secretaria de Direitos Humanos; Nilma Lino Gomes, na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e Eleonora Menicucci, na Secretaria de Políticas para as Mulheres.

3. O contexto do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff

No presente capítulo, apresentarei o contexto do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Para isso, dividi o texto em quatro seções temáticas. Na primeira, tratarei do trâmite do processo no Congresso Nacional, apresentando o objeto da denúncia contra Dilma, os fundamentos apresentados para os crimes de responsabilidade, bem como os principais agentes envolvidos na disputa e seus discursos. Na segunda seção, descreverei brevemente as passeatas *pró-impeachment* e as manifestações contra o “golpe”, buscando apresentar a polarização a qual chegou o país no período. Por fim, na terceira parte, apresentarei as estratégias da presidenta Dilma para barrar o *impeachment*.

3.1 O percurso do processo de *impeachment* no Congresso Nacional

No dia 31 de agosto de 2016, a presidenta da República do Brasil Dilma Rousseff foi destituída de seu cargo após um processo de *impeachment* que durou cerca de nove meses. A partir do dia 2 de dezembro de 2015, o Poder Legislativo brasileiro autorizou, avaliou, investigou e julgou a denúncia de crime de responsabilidade contra a presidenta da República. O processo passou por diversas instâncias do Congresso Nacional, sendo composto por debates e disputas argumentativas *pró* e *contra* o *impeachment*, as quais descreverei na sequência.

3.1.1 A denúncia por crime de responsabilidade

A partida institucional do *impeachment* foi inaugurada em 2 de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), recebeu e colocou na pauta da Casa a denúncia de que a Presidenta Dilma Rousseff havia cometido crime de responsabilidade⁷⁰. O texto da denúncia focalizava a acusação em três conjuntos de práticas atribuídas à

⁷⁰ O crime de responsabilidade é o único meio legal de destituição presidencial, tipificado na Constituição Federal de 1988, na Lei 1.079 de 1950 e na Lei Complementar 101 de 2000.

Presidenta Dilma: (1) improbidade na administração, popularmente conhecida como corrupção⁷¹; (2) a abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso⁷²; (3) o atraso no repasse de verbas aos bancos públicos administrados pela União com o objetivo de forjar um maior saldo nas contas públicas, prática popularmente conhecida como *pedaladas fiscais*. Apesar de esta última ação não ser tipificada como crime, ela pode passar a ser considerada caso o atraso no repasse da verba seja interpretado como uma operação de crédito da União para com o banco público⁷³. Apesar de a denúncia, integralmente, contar com essas três frentes de acusações, o Presidente da Câmara acatou apenas as duas últimas e aquelas referentes aos atos praticados no mandato atual de Dilma, ou seja, a partir de 2015. Para justificar a recusa da primeira acusação, ele escreveu em seu parecer:

⁷¹ Esta acusação foi tipificada nos itens 3 e 7 do artigo 9º da Lei 1.079/50: “Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração: [...] 3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição; [...] 7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo” (Câmara dos Deputados, 10/05/1950).

⁷² Esta acusação foi tipificada nos itens 4 e 6 do artigo 10º da Lei 1.079/50: “Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária: [...]. 4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária. [...]. 6 - ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal [...]” (Câmara dos Deputados, 10/05/1950).

⁷³ O empréstimo efetuado pelo Governo Federal com bancos públicos é uma transação proibida pelo artigo 36 da Lei Complementar 101 de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal: “Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo” (Presidência da República, 04/05/2000). Essa também é uma transação proibida pelos itens 2 e 3 do artigo 11, da Lei 1.079/50: “Art. 11. São crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos: [...]. 2 - Abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais; 3 - Contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal [...]” (Câmara dos Deputados, 10/05/1950).

Não há dúvida de que todas as acusações formuladas pelos DENUNCIANTES são gravíssimas, mas, por outro lado, é igualmente certo também que muitas delas estão embasadas praticamente em ilações e suposições, especialmente quando os DENUNCIANTES falam da corrupção na PETROBRÁS, dos empréstimos do BNDES e do suposto *lobby* do ex-Presidente da República LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA.

Não se pode permitir a abertura de um processo tão grave, como é o processo de *impeachment*, com base em mera suposição de que a Presidente da República tenha sido conivente com atos de corrupção⁷⁴.

Assim, estava fora do processo de *impeachment* qualquer análise que tratasse de corrupção ou improbidade administrativa. A perda do cargo de Dilma Rousseff por crime de responsabilidade dependeria, então, no caso dessa denúncia, da comprovação de determinadas ações de Dilma que atentem contra as normas de gestão no orçamento do Estado, mais especificamente a criação de seis créditos suplementares sem autorização do Congresso, que juntos ultrapassaram em quase 100 bilhões o orçamento de 2015, e a abertura de créditos com bancos públicos por meio de práticas conhecidas como *pedaladas fiscais*: “[...] o Poder Executivo, comandado pela DENUNCIADA, administrou o orçamento de 2015 como se a situação fosse superavitária, quando o déficit estimado pode chegar a R\$ 100.000.000.000,00 (cem bilhões de reais)⁷⁵”. Na busca por refutar ou comprovar essas ações, parlamentares do Congresso seguiram, pelo menos em parte, a formalidade do processo de *impeachment*, iniciado pela submissão da denúncia por agentes contrários ao governo Dilma, como demonstrarei a seguir.

⁷⁴ Câmara dos Deputados, sem data, p. 15, grifo do original.

⁷⁵ Câmara dos Deputados, sem data, p. 19, grifo do original.

3.1.2 Os autores do processo de *impeachment*: a disputa entre PT e PSDB

A denúncia foi protocolada na Câmara Federal no dia 15 de outubro de 2015 por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, mediante o direito instituído pela Lei 1.079/50, que prevê em seu artigo 14 que “É permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados”. Hélio Pereira Bicudo é Procurador de Justiça Aposentado e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual se manteve filiado até o ano 2005, quando passou a declarar apoio a candidatos de outros partidos políticos, como José Serra (PSDB), em 2010, e Marina Silva (PSB), em 2014⁷⁶.

Miguel Reale Júnior é advogado, Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP) e foi Ministro de Justiça no ano de 2002 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao qual foi filiado até o ano de 2017⁷⁷. Sua saída ocorreu após o PDSB decidir continuar na base aliada do governo Temer, mesmo após a delação premiada dos empresários Wesley e Joesley Batista, donos do frigorífico JBS, ter revelado uma gravação⁷⁸ realizada no Palácio Jaburu, sede oficial da vice-Presidência, em que Temer aparece concordando com a “mesada” recebida por Eduardo Cunha para que ele não denunciasse outros políticos.

Paschoal não é filiada a nenhum partido, é advogada e professora de Direito na USP e, entre os três autores, foi quem teve maior visibilidade durante todo o processo, ocupando o cargo de advogada de acusação na Comissão do Impeachment do Senado. Segundo Paschoal, o texto da denúncia que deu origem ao processo de *impeachment* foi inicialmente produzido por ela e seu orientador de doutorado, Miguel Reale Junior, a partir de pedido do PSDB para produção de um parecer sobre gestão de Dilma. Para este trabalho, Paschoal recebeu 45 mil reais, enquanto Reale Júnior não foi remunerado devido a sua ligação política com o PSDB, segundo palavras de Paschoal⁷⁹. Inicialmente, apenas Paschoal e Bicudo

⁷⁶ El País, 15/09/2015.

⁷⁷ Folha de São Paulo, 13/06/2017.

⁷⁸ O Globo, 17/06/2017.

⁷⁹ Revista Fórum, 25/04/2016.

integraram a autoria de uma primeira denúncia contra Rousseff, protocolada na Câmara em setembro, já que nesse período Reale Júnior ainda defendia que os crimes praticados por Dilma deveriam ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF)⁸⁰. Apenas na segunda proposta de denúncia, esta protocolada em outubro, os três figuraram como denunciante. Alguns sites de notícias afirmaram que a versão final enviada à Câmara teve uma revisão elaborada pelos assessores de Eduardo Cunha, presidente da Câmara, para que ela conseguisse se alinhar às exigências processuais e assim ser mais efetiva em seu objetivo de destituir Rousseff.

Além de financiar a produção da denúncia de crime de responsabilidade contra Dilma, o PSDB já havia tentado destituir a presidenta logo após ela ser eleita em 2014, quando este partido entrou com um pedido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para realizar uma auditoria sobre a contagem dos votos do segundo turno⁸¹. Além disso, segundo a imprensa, o PSDB passou a publicar diversas postagens nas redes sociais questionando a validade das votações a partir do argumento de que o PT havia fraudado a contagem de votos. Após a investigação realizada pelo PSDB com autorização do TSE, em outubro de 2015, o partido concluiu⁸² que a eleição ocorreu de acordo com a legalidade do processo. Entretanto, a afirmação de que Dilma havia fraudado as eleições compôs o discurso de vários adversários, propagando-se nas mídias e em manifestações pró-*impeachment*.

A busca do PSDB por destituir Dilma pode ser interpretada como uma expressão da rivalidade entre os dois partidos, que desde as eleições de 1994 disputam a Presidência do Brasil. O primeiro e único Presidente do PSDB eleito foi Fernando Henrique Cardoso em 1994, que foi reeleito em 1997. Nas eleições seguintes, ocorridas em 2002, 2006, 2010 e 2014, diferentes candidatos desse partido concorreram e perderam no segundo turno para o PT, criando uma rivalidade cada vez mais polarizada no país. Além do PSDB, outro agente político protagonizou o

⁸⁰ Segundo o artigo 86 da Constituição Federal, inciso 1, item I, no caso de infrações penais comuns cometidas pelo Presidente da República, o julgamento da denúncia é de responsabilidade do Supremo Tribunal Federal (STF). O Congresso Nacional julga apenas quando são crimes de responsabilidade (Presidência da República, 1988).

⁸¹ Estadão, 30/10/2014.

⁸² Estadão, 11/10/2015.

impeachment de Dilma, o deputado Eduardo Cunha, na época presidente da Câmara Federal.

3.1.3 A abertura do processo de *impeachment*: uma disputa entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha

Segundo o regimento da Câmara Federal⁸³, o único agente político permitido a colocar na pauta dessa Casa um pedido de *impeachment* contra um presidente da República é o presidente da Câmara Federal. Desse modo, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) teve um papel central na abertura do processo contra Dilma Rousseff, que viria a culminar em sua destituição. Antes de Janaina Paschoal e seus colegas protocolarem a denúncia contra a presidenta Dilma Rousseff, outras 48 já haviam sido submetidas para avaliação do presidente da Câmara Federal, sendo três na presidência do deputado Marco Maia, do PT do Rio Grande do Sul (17/12/2010-04/02/2013), 11 na presidência de Henrique Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte (4/02/2013-1/2/2015), e 34 na presidência de Eduardo Cunha, do PMDB do Rio de Janeiro (1/2/2015-5/5/2016). Entre todas essas denúncias contra a presidenta Dilma, apenas a 48ª foi aceita pelo presidente da Câmara. A descrição das justificativas proferidas por Dilma e por Cunha para o recebimento dessa denúncia, bem como a descrição de seus embates públicos, podem elucidar, em partes, as divergências e disputas desse campo político que levou à destituição de Dilma⁸⁴.

⁸³ Câmara dos Deputados, 2014.

⁸⁴ Os presidentes da República anteriores à Dilma também haviam sido denunciados, sendo que Fernando Henrique Cardoso (1995-2001) recebeu 14 denúncias, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2009) recebeu 34. Em nenhum desses casos os presidentes da Câmara haviam acatado uma denúncia. Apenas outro presidente da República havia tido uma denúncia acatada pelo presidente da Câmara: Fernando Collor de Melo, que foi o 32º Presidente do Brasil (1990-1992), sendo o primeiro eleito por voto direto após a Ditadura Militar (1964-1985). Collor renunciou antes que fosse julgado pelo Senado.

Eduardo Cunha iniciou seu mandato como deputado federal⁸⁵ no ano de 2003, sendo eleito à Presidência da Câmara Federal em 1º e fevereiro de 2015. De religião evangélica, Cunha frequentou a igreja Sara Nossa Terra, passando depois para a Assembleia de Deus. Durante seu mandato, propôs Projetos de Lei (PL) que coadunavam com essa perspectiva religiosa, como o que busca instituir o “Dia do Orgulho Heterossexual⁸⁶”, a criminalização com pena de até dez anos de prisão para pessoas que auxiliem ou contribuam com a prática de aborto⁸⁷ e a busca por penalizar a discriminação contra heterossexuais⁸⁸.

Durante seu mandato como deputado federal, Eduardo Cunha também participou da campanha presidencial de Dilma, acompanhando-a ao culto na Assembleia de Deus Ministério de Madureira, no Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 2014⁸⁹. Essa aliança política pode ser interpretada pela coligação realizada por Dilma entre o PT e o PMDB, quando lançou como vice-presidente o peemedebista Michel Temer. Entretanto, essa aliança entre a petista Rousseff e o peemedebista Cunha foi marcada por uma série de divergências políticas, entre elas descreverei apenas uma, aquela que culminou na abertura do processo contra Dilma.

Desde o dia 28 de outubro de 2015, tramitava no Conselho de Ética da Câmara Federal a acusação de que Eduardo Cunha havia mentido na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras⁹⁰ ao negar ter contas no exterior. Segundo as diversas

⁸⁵ Antes do mandato federal, Cunha foi deputado estadual no Rio de Janeiro pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) entre 2001 e 2003. Também foi Presidente da Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (TELERJ) entre 1991 e 1993, subsecretário de Habitação do Rio de Janeiro em 1999 e Presidente da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB) entre 1999 e 2000. Eduardo Cunha é formado em Economia pela Universidade Candido Mendes e casado com a jornalista Claudia Cruz, que foi apresentadora de diversos programas da Rede Globo.

⁸⁶ Câmara dos Deputados, 28/06/2011.

⁸⁷ Câmara dos Deputados, 27/02/2013.

⁸⁸ Câmara dos Deputados, 25/05/2010.

⁸⁹ Folha de São Paulo, 08/08/2014.

⁹⁰ El País, 19/10/2015.

matérias publicadas no período⁹¹, Eduardo Cunha pedia os votos de petistas que compunham a Comissão, para assim poder arquivar o processo contra ele. Em troca, o presidente da Câmara arquivaria os pedidos de *impeachment* contra Dilma. Como os deputados do PT votaram a favor das investigações contra Cunha, o presidente da Câmara acatou um dos pedidos de *impeachment* de Dilma, dando início ao que viria a ser a destituição da presidenta. A justificativa escrita no parecer pelo presidente da Câmara para o recebimento da denúncia e que foi também repetida à imprensa foi que:

O momento político atual é notoriamente grave. Nunca, na história da República, houve tantos pedidos de impeachment contra a Presidente da República. A economia não vai bem e a desconfiança em relação ao país já atravessou as fronteiras. Sem contar o parecer do Tribunal de Contas da União que, a unanimidade, recomenda a rejeição das contas do Governo.⁹²

Em contrapartida, no mesmo dia em que o Presidente da Câmara acatou a denúncia contra Rousseff, a presidenta, em pronunciamento no Palácio do Planalto, se referiu, de modo indireto, às possíveis motivações que levaram Eduardo Cunha a aceitar a denúncia, iniciando ali a tessitura do argumento que se desenvolveria nos próximos meses. Segue abaixo o pronunciamento de Dilma.

Boa noite a todos. Eu dirijo agora uma palavra de esclarecimento a todas as brasileiras e a todos os brasileiros.

No dia de hoje, vocês viram, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei que atualiza a meta fiscal, permitindo a continuidade dos serviços públicos fundamentais para todos os brasileiros. Ainda hoje, eu recebi com indignação a decisão do Senhor Presidente da Câmara

⁹¹ Folha de São Paulo, 01/12/2015; O Globo, 01/12/2016; Estadão, 02/12/2015; Valor Econômico, 02/12/2015; Folha de São Paulo, 02/12/2015.

⁹² Câmara dos Deputados, 02/12/2015.

dos Deputados de processar pedido de impeachment contra mandato democraticamente conferido a mim pelo povo brasileiro. São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam esse pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim. Não paira contra mim, nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo conta no exterior, nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas na busca de satisfazer meus interesses. Meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e coisa pública.

Nos últimos tempos, em especial nos últimos dias, a imprensa noticiou que haveria interesse na barganha dos votos de membros da base governista no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Em troca, haveria o arquivamento dos pedidos de impeachment. Eu jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha, muito menos aquelas que atentam contra o livre funcionamento das instituições democráticas do meu País, bloqueiam a Justiça ou ofendam os princípios morais e éticos que devem governar a vida pública.

Tenho convicção e absoluta tranquilidade quanto a improcedência desse pedido bem como quanto ao seu justo arquivamento. Não podemos deixar as conveniências e os interesses indefensáveis abalarem a democracia e a estabilidade de nosso país. Devemos ter tranquilidade e confiar nas nossas instituições e no Estado Democrático de Direito. Obrigado a todos vocês e muito boa noite⁹³.

⁹³ EBC na Rede, Youtube, 02/12/2015.

No quarto parágrafo do pronunciamento de Dilma Rousseff, ela faz referência às inúmeras matérias⁹⁴ que relataram as negociações entre o Deputado Eduardo Cunha e a Presidência da República para arquivar o pedido de *impeachment* em troca do arquivamento da denúncia contra Cunha no Conselho de Ética da Câmara Federal. A reportagem da *Folha de São Paulo*, publicada no dia 1 de dezembro de 2015, é um exemplo da forma como essa negociação estava sendo tratada pelas mídias:

Com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ameaçando deflagrar processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff caso o PT não ajude a salvar o mandato dele, os petistas, que vinham sinalizando votar contra Cunha, discutem a possibilidade de, “em nome da governabilidade”, rever a posição e votar para enterrar o processo de cassação.⁹⁵

Já no dia 2 de dezembro de 2015, às 14h08, a *Folha de São Paulo* anunciou que o PT havia decidido votar pela admissibilidade do processo contra Cunha:

Após uma longa negociação de bastidores com Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a bancada do PT na Câmara dos Deputados cedeu à pressão de sua militância e do presidente da legenda, Rui Falcão, e decidiu no início da tarde desta quarta-feira que irá votar pela continuidade do processo de cassação do presidente da Câmara.

[...]

Apesar da inclinação de petistas da Câmara para embarcar nesse acordo, metade da bancada de 60 deputados se posicionou contra. Pressionado pela militância do partido, o presidente da legenda, Rui

⁹⁴ O Globo, 01/12/2016; Estadão, 02/12/2015; Valor Econômico, 02/12/2015.

⁹⁵ Folha de São Paulo, 01/12/2015.

Falcão, também se manifestou a favor da continuidade do processo.⁹⁶

Nesse mesmo dia 2 de dezembro, por volta das 18 horas, Cunha anunciou⁹⁷ aos jornalistas que havia acatado o pedido de *impeachment*. Com isso, iniciou um processo que só finalizaria em 31 de agosto de 2016, quando Dilma Rousseff foi destituída da Presidência. Entre essas duas datas, o Congresso Nacional trabalhou de modo intenso, com disputas políticas e discursivas que mobilizaram deputados, senadores, advogados, assessores e a sociedade civil. No próximo tópico, buscarei descrever o trâmite do processo no Congresso Nacional e os discursos de deputados e senadores.

3.1.4 Votações e debates nas instâncias do Congresso Nacional

Apesar de o presidente da Câmara ter aberto o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff em 2 de dezembro de 2015, o debate nessa Casa só iniciou com a instalação e a constituição da comissão especial em 17 de março de 2016, devido ao recesso do final de ano. Assim, entre o 17 de março e 17 de abril de 2016, foram realizadas mais de dez reuniões e sessões, que juntas somaram mais de 70 horas de debates, acusações, defesas e votações na comissão especial do *impeachment* e no plenário da Câmara. No Senado, a intensidade do debate se repetiu. Entre os dias 18 de abril e 31 de agosto de 2016, ocorreram mais de 30 reuniões e sessões na Comissão Especial e no Plenário, com mais de 200 horas de trabalho, sendo que a sessão final durou seis dias. Além disso, muitas dessas sessões e reuniões foram realizadas durante a madrugada, nas segundas-feiras, sextas-feiras e nos finais de semana, horários e dias em que normalmente o Congresso Nacional não trabalha. Segundo uma matéria da *BBC*⁹⁸, o presidente da Câmara foi o responsável por acelerar o processo, “convocando sessões plenárias também às segundas e sextas-feiras – o que é incomum no Congresso, que em geral funciona de terça a quinta”. Segue abaixo as instâncias percorridas pelo processo de *impeachment*.

⁹⁶ Folha de São Paulo, 02/12/2015.

⁹⁷ G1, 02/12/2015; Estadão, 02/12/2015.

⁹⁸ BBC, 26/03/2016.

	Tramite do processo de <i>impeachment</i> no Congresso Nacional	Período de atuação
CÂMARA FEDERAL	Presidente da Câmara Eduardo Cunha acata a denúncia de crime de responsabilidade contra a presidenta da República	02/12/2015
	Comissão especial do <i>impeachment</i> na Câmara Federal analisa a denúncia de crime de responsabilidade contra a presidenta Dilma Rousseff	17/03/2016 a 11/04/2016
	Comissão especial do <i>impeachment</i> na Câmara Federal aprova por 38 votos a favor e 27 contra o relatório do deputado Jovair Arantes que defende a continuidade do processo contra a presidenta Dilma Rousseff	11/04/2016
	Debate no plenário da Câmara Federal para deputados se posicionarem sobre o relatório do deputado Jovair Arantes	15/04/2016 a 17/04/2016
	Votação no plenário da Câmara Federal autoriza a continuidade do processo de <i>impeachment</i> pelo Senado por 367 votos a favor e 137 contra.	17/04/2016
	SENADO FEDERAL	Comissão Especial do <i>impeachment</i> no Senado debate relatório do deputado Jovair Arantes
Comissão Especial do <i>impeachment</i> aprova o relatório do deputado Jovair Arantes por 15 votos a favor e 5 contra, enviando-o para o plenário do Senado		06/05/2016
Debate no plenário do Senado para senadores se posicionarem sobre o relatório do deputado Jovair Arantes		09/05/2016 a 11/05/2016
Votação no Plenário do Senado decide pela continuidade do processo com 53 votos a favor e 21 contra, afastando Dilma Rousseff da Presidência por até 180 dias		12/05/2016
Votação na comissão especial do <i>impeachment</i> aprova por 14 votos a favor e 5 contra o parecer do senador Antonio Anastasia que afirma que Dilma cometeu crime de responsabilidade		04/08/2016

Votação no plenário do Senado aprova por 59 votos a favor e 21 contra o parecer do senador Antonio Anastasia e decide que Dilma deve ser julgada	10/08/2016
Julgamento de Dilma no Senado presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)	25/08/2016 a 31/08/2016
Votação final no Senado decide pela destituição de Dilma da Presidência	31/08/2016

Segui o trâmite do *impeachment* no Congresso Nacional por meio das páginas da *Câmara dos Deputados*⁹⁹ e do *Senado Federal*¹⁰⁰ no *Youtube*. A partir desse acompanhamento, pude perceber, em primeiro lugar, que as sessões e reuniões em muitos momentos foram marcadas por debates e argumentações que ultrapassaram a avaliação dos decretos de crédito suplementar e a inadimplência do governo com bancos controlados pela União. Em segundo lugar, identifiquei que as falas nesses espaços eram permeadas por palavras de ordem, comemorações por vitórias, com deputados e senadores levantando folhas com palavras que buscavam defender seu posicionamento. Por fim, também observei o papel destacado das mulheres deputadas e senadoras nos debates das Casas. Os dois tópicos seguintes serão destinados para tratar dessas três dimensões que compuseram o tramite do processo no Congresso Nacional.

3.1.4.1 *Impeachment* de Dilma: um processo que ultrapassou os crimes de responsabilidade

O objetivo do Congresso foi, em suas diferentes etapas, analisar e julgar se Dilma Rousseff havia cometido crime de responsabilidade quando editou decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso e quando atrasou o pagamento de contas do Estado com bancos públicos. Muito do que foi dito durante essas diferentes etapas tratou dos crimes de responsabilidade, sendo que as sessões foram permeadas por falas técnicas sobre economia. Na sessão do dia 31 de março de 2016,

⁹⁹ Endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/channel/UC-ZkSRh-7UEuwXJQ9UMCFJA>

¹⁰⁰ Endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/user/TVSenadoOficial>

por exemplo, quando a comissão especial da Câmara recebeu o Ministro de Estado da Fazenda do Brasil Nelson Barbosa e o professor de Direito Financeiro da UERJ, o doutor Ricardo Lodi Ribeiro, a fala de ambos foi altamente técnica e de difícil compreensão para pessoas que não são da área econômica. Entretanto, nem todos os agentes respeitaram o objeto jurídico em análise – os crimes de responsabilidade – e quando o fizeram, os deputados e os senadores trataram de assuntos estranhos à matéria. Como escreveu Gustavo Lins Ribeiro (2016, p. 15) no período: “os conflitos de interpretação se multiplicam, mesclando tecnicidades jurídicas e posicionamentos políticos”.

Durante os debates no Congresso Nacional, muitas falas foram pautadas em temas como corrupção, governabilidade, crise econômica, má gestão financeira de Dilma e também o gênero, sendo que na maioria dos casos, esses objetos foram utilizados para justificar o *impeachment* de Dilma. Entre todos esses temas, a corrupção foi recorrentemente mencionada, como demonstra, por exemplo, a fala do deputado do Paraná Evandro Romano, líder do PSD, na reunião do dia 4 de abril de 2016, na qual ele defende o juiz Sergio Moro e busca afirmar que a corrupção também é um tema que faz parte do processo de *impeachment*:

[...]. Eu gostaria de iniciar com uma fala de Giovanni Falcone, que foi o juiz italiano assassinado pela máfia, onde ele diz em uma das últimas falas dele “que se a máfia existe, ela tem uma história e se tem uma história, teve um começo e terá um fim”. É desta forma que nós entendemos que o momento dessa comissão é o momento que nós temos que agirmos e fortalecermos cada vez mais esse herói nacional chamado Sergio Moro que tem nos dado realmente e clamado por justiça e tem tido o apoio da população. [...]. E eu ouvi muito aqui que foi falado por várias vezes de que não há crime, de que o que está ocorrendo é uma ação em cima apenas das pedaladas. [...]. Mas nós temos também a corrupção da Petrobras, que se vocês buscarem na página quatro fala sobre, na denúncia apresentada que está sendo trabalhada neste momento. Fala também dos empréstimos sigilosos do BNDES [...] para outros países, como

Cuba, Angola, por exemplo. Fala do envolvimento de Erenice Guerra no caso Zelotes, página oito. Diz também o processo do não afastamento de diversos agentes públicos próximos a ela acusados de corrupção, página oito também. [...]. O que se ouve muitas vezes é a questão de se colocar, Sr. Presidente Rogério Rosso, de que não há crime e de que há apenas um item que está sendo colocado. E isso é uma inverdade, nós temos que saber que a população clama e clama muito por justiça. E este é o momento. [...].¹⁰¹

O documento citado pelo deputado Evandro Romano (PSD-PR) é a denúncia integral submetida por Janaina Paschoal e seus colegas. Entretanto, como descrevi anteriormente, nem todo o conteúdo da denúncia foi aceito pelo presidente da Câmara, de modo que as acusações de corrupção foram todas retiradas do processo. Essa confusão do deputado se repetiu diversas vezes entre seus colegas, como quando o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) afirmou que os atrasos de pagamento aos bancos públicos, as chamadas pedaladas fiscais, foram resultado da corrupção e também da má gestão de Dilma. Segue um trecho da fala do deputado:

Desviou tanto dinheiro do país¹⁰² e aí sim a origem, desviou tanto dinheiro, se roubou tanto, se gastou tão mal, se mentiu tanto nos programas que foram lançados, PAC, Copa do Mundo, Petrobras [...] a falta de gerência que existe, que aí sim faltou dinheiro para pagar esses programas e pra atender alguns compadrios, inclusive no BNDES. E que aí precisou buscar dinheiro nos bancos públicos, usar, estourar o seu limite, usar o dinheiro dos correntistas e de outros programas para poder bancar a má gestão da presidente Dilma. [...]. O impeachment vai ocorrer porque a maior parte da população brasileira [...] não

¹⁰¹ Câmara dos Deputados, Youtube, 04/04/2016, 1:24:50.

¹⁰² Todos os grifos em citações no decorrer da dissertação são da autora.

aguenta mais o sofrimento de tanta mentira, de *tanta corrupção*, de tantos desmandos e de tantos ataques à inteligência dos brasileiros que os petistas todos os dias fazem.¹⁰³

O próprio relatório do deputado Jovair Arantes, relator do processo na Câmara, tratou das questões de corrupção, como pode ser lido no trecho a seguir:

A condição de Presidente do Conselho de Administração da Petrobras entre os anos de 2003 e 2010 não permitiria que a Denunciada negasse saber da *corrupção* existente, principalmente quando, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Petrobras, cláusula 3.1.3, é responsabilidade dos conselheiros realizar a fiscalização da gestão dos diretores, lembrando que foram em duas diretorias que os *desvios* ocorreram de forma contundente e vultosa.¹⁰⁴

Mas essas falas não ocorreram sem reação de deputados e deputadas que buscaram apontaram para a ilegalidade do debate e do relatório. A deputada Jandira Feghali (PCdoB), por exemplo, afirmou, na sessão do dia 8 de abril de 2016, que o presidente da Câmara havia arquivado a parte da denúncia em que fala sobre corrupção, de modo que o relatório do deputado Jovair Arantes é “ilegal” e “inconstitucional”, posto que destina uma parte significativa para tratar dos temas arquivados pelo presidente da Casa. Segue um trecho da fala da deputada: “O relatório do deputado Jovair Arantes não poderia sequer analisar uma denúncia arquivada, não poderia dispor em 12 páginas [...] situando item a item da parte arquivada da denúncia”¹⁰⁵.

O mesmo tratamento se repetiu na comissão especial do Senado. Entretanto, é preciso considerar que nessa instância do Congresso houve muito mais debate para tratar dos crimes de responsabilidade concernentes à denúncia acatada pelo presidente

¹⁰³ Câmara dos Deputados, Youtube, 04/04/2016, 2:10:37.

¹⁰⁴ Câmara dos Deputados, 06/04/2016, p. 10-11.

¹⁰⁵ Câmara dos Deputados, 08/04/2016, 1:28:15.

da Câmara, o que pode ser visto na sentença emitida pelo Senado no dia 31 de agosto de 2016, destituindo Dilma da Presidência:

O Senado Federal entendeu que a Senhora Presidente da República DILMA VANA ROUSSEFF cometeu os crimes de responsabilidade consistentes em contratar operações de crédito com instituição financeira controlada pela União e editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional [...].¹⁰⁶

Apesar disso, muitos senadores no decorrer da análise da denúncia contra Dilma utilizaram seu tempo de fala para tratar de assuntos distintos dos decretos de crédito suplementar e da inadimplência do governo com os bancos públicos. Um exemplo é a fala do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), na sessão do dia 28 de abril de 2016 na comissão especial do impeachment no Senado, na qual ele elenca uma série de “crimes” cometidos por Dilma que deveriam ser julgados, entre eles a corrupção:

[...] se esgotou o modelo de 13 anos que foi implantado. A Constituição daqui e as de outros lugares são muito sábias ao proibirem a reeleição mais de uma vez, mas o Lula, que teve a sabedoria de não querer um terceiro mandato – que teria conseguido –, deu um truque, deu um nó e teve o terceiro e o quarto mandato através da Presidente Dilma. Cansou, esgotou.

E aí dá para fazer uma lista de crimes do ponto de vista do parlamentarismo. Há, sim, um crime de desarticulação da economia, e basta ver a manchete de hoje da Folha. Há um crime do abismo da dívida; do golpe de mentiras eleitorais; de mentiras durante o mandato: o pré-sal vai resolver a educação; a classe média brasileira tem hoje milhões de pessoas; a culpa da crise é da oposição; acabou a pobreza. A *corrupção* foi um crime, sim, com essa corrupção sistêmica. O caos na saúde é um crime! Ter deixado de lado investimentos

¹⁰⁶ Senado Federal, 31/08/2016, p. 6.

no saneamento, e agora estarmos vivendo o problema dos mosquitos, foi um crime! Há a vergonha na educação, que continua; o aparelhamento e a privatização do Estado; o desastre nas contas públicas; a desarticulação da máquina estatal, que não está funcionando; a cooptação dos movimentos sociais; a conivência com corruptos, incluindo o Sr. Eduardo Cunha; a decadência; a desmoralização no exterior! São muitos os crimes, mas nós vamos votar por esses dois crimes.¹⁰⁷

No Senado, essas falas foram muito mais proferias no plenário da Casa. Antes de toda votação no plenário, seja na Câmara seja no Senado, é reservado um momento, que no caso do *impeachment* podia durar dias, para que os senadores (ou deputados) expressem sua opinião sobre a matéria a ser votada. Assim, no Senado, foram nesses momentos que temas distintos ao processo de *impeachment* foram levantados por senadores para fundamentar o *impeachment* de Dilma. Um exemplo disso é a fala do senador Paulo Bauer (PSDB-SC) no dia 10 de maio de 2016. Depois de deixar claro que acredita que houve crime de responsabilidade por parte da presidência de Dilma no que concerne ao orçamento do Estado, o senador busca destacar outras questões que são relevantes para o afastamento de Dilma: inflação e corrupção.

Eu já me manifestei aqui em outra ocasião, explicando, como contador que sou, como auditor que fui, no exercício dessas profissões, a minha visão a respeito da questão denominada pela imprensa e pela classe política de pedaladas fiscais. [...]. Deixo aqui muito claro a todos e a cada um: sem dúvida nenhuma, os atos praticados são atos de crime de responsabilidade.

[...]

¹⁰⁷ Senado Federal, 28/04/2016.

Ademais, é preciso observar e registrar: *o Brasil quer mudança*; o Brasil quer viver um novo tempo. Não há mais condição e possibilidade de convivermos com inflação superior a 10%, com quase 12 milhões de desempregados, com obras públicas que não andam, não evoluem e não são nunca concluídas, como muitas que nós temos, Senador Dário Berger, em Santa Catarina, como é o caso da BR-470, da BR-280, da BR-101, do aeroporto de Florianópolis, de tantas obras que se encontram paradas, quase que em um estado de calamidade pública, contra os interesses do nosso Estado e da nossa gente.

Portanto, o povo brasileiro não suporta mais desemprego, inflação, falta de atitude e de decisão política, falta de ação governamental e tampouco aceita e admite o que nós estamos vendo e observando todos os dias, que é essa *corrupção* desenfreada existente na Administração Pública Federal.

[...]

Portanto, como o povo brasileiro pede e clama por isso, é óbvio que nós amanhã votaremos dentro do que prescreve a Constituição, a legislação e a determinação do Supremo Tribunal Federal. *Mas não deixaremos de, na hora de votar, também pensar que os brasileiros querem uma nova história*, um novo momento, um novo começo para a vida pública do País. Espero que tenhamos amanhã a possibilidade de realizar essa grande e importante tarefa.¹⁰⁸

Cabe também citar a fala do senador Alvaro Dias (PV-PR), em 10 de maio de 2016:

¹⁰⁸ Senado Federal, 10/05/2016.

É bom dizer que os pressupostos indispensáveis para o processo de impeachment foram atendidos na preliminar. O primeiro deles, já que se trata de um julgamento político, essencial, o apoio popular. E foi imenso, multidões que foram às ruas manifestando indignação, revolta e exigindo o impeachment da Presidente Dilma.

Portanto, há razões de natureza jurídica que foram ressaltadas durante os debates dos últimos anos, que foram debates elucidativos. E há razões de natureza política que não podem ser ignoradas, porque esse é um julgamento político, que dizem respeito àquilo que nós chamamos, sim, reiteradamente de *conjunto da obra*, já que, nesse conjunto da obra, nós não podemos ignorar os crimes estorcedores que foram revelados pela Operação Lava Jato.

[...] nos últimos anos, nós vivenciamos escândalos em Brasília que confortam a nossa consciência no momento do voto “sim”. E a Operação Lava Jato revela crimes perversos contra o povo brasileiro, porque, certamente, o sacrifício maior vivido hoje pelos brasileiros é imposto pela corrupção. E é preciso até legislar nesse campo. Corrupção é golpe. Corrupção na administração pública é golpe contra as instituições e contra o povo do País.¹⁰⁹

Além do tema da corrupção, também houve falas diversos deputados e senadores defenderam o *impeachment* a partir da justificativa de que o PT, um partido que tinha instaurado a corrupção no Brasil, tinha como interesse acabar com a “família” inserindo a “ideologia de gênero¹¹⁰” na escola e em outros

¹⁰⁹ Senado Federal, 10/05/2016.

¹¹⁰ Para conhecer melhor o debate sobre a “ideologia de gênero”, ver Carvalho e Sívori, 2017.

ambientes sociais. Uma fala que expressa em partes essa ideia foi a proferida pela deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO), a qual afirmou que o PT havia implantado a divisão do país em classes, regiões e gêneros:

[...]. Acredito que golpista eu poderia me considerar se a partir do momento eu aceitasse esse governo terminar o seu governo até o final do mandato. Talvez estaríamos chegando numa condição de nem ter mais Brasil e nem ter mais país por que da forma que as coisas caminham, a gente percebe que só pioram a cada dia. A *corrupção* só vem cada vez mais atingindo a vida da nossa população. Esse discurso de *separação de classe, de regiões e de gêneros quem plantou e quem fez com o nosso país foi o Partido dos Trabalhadores* [...].¹¹¹

No Senado, essa fala foi proferida pelo senador Magno Malta (PR-ES), na sessão do dia 05 de maio de 2016 na Comissão Especial do Impeachment, na qual ele afirma que Dilma é “abortista” e o PT “atacou os valores de família”.

[...] eles [o PT] atacaram valores de família. Se essa senhora [Dilma] não tivesse feito nenhum mal – ela que é abortista assumida –, a sociedade cristã deste País, que é majoritariamente cristã, só a famigerada Lei da Palmada já seria suficiente, para mim, incluir no conjunto da obra.¹¹²

Essa fala foi rebatida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), defendendo que foi um desrespeito com a presidenta e pedindo que seja retirado dos anais, repetindo algumas vezes “Isso é um desrespeito. Eu peço que retire dos Anais”. Mais tarde, em sua fala, a senadora aponta que os discursos que visam defender o *impeachment* de Dilma são pautados em temas bem distantes dos decretos de crédito suplementar e da inadimplência com bancos públicos, entrando no que chamam de “conjunto da

¹¹¹ Câmara dos Deputados, Youtube, 04/04/2016, 1:47:53.

¹¹² Senado Federal, 05/05/2016.

obra”, o que incluiria também tratar a “presidenta com o mais completo desrespeito”:

Aí vem alguém aqui querer tratar a Presidente com o mais completo desrespeito, Sr. Presidente? Chamar a Presidente de abortista? [...]

Olha, eu aprendi muito cedo na minha vida que o crente não é aquele que vai à missa todos os domingos. O crente é aquele que procura fazer o bem no dia a dia, Sr. Presidente, e ter a sua vida baseada na verdade, e não baseada na mentira.¹¹³

A referência de Grazziotin ao “crente” é uma alusão ao senador Malta, que sempre cita a bíblia em seus discursos. O auge desse desvio do tema central ocorreu na votação final da Câmara Federal ocorrida no dia 17 de abril de 2016, quando a maioria dos deputados votaram a favor do *impeachment* em nome de suas famílias e de Deus. Nas palavras de Gustavo Lins Ribeiro:

O ritual na Câmara dos Deputados foi, para os brasileiros, uma triste revelação radiográfica da qualidade dos seus políticos. Esquecidos dos motivos que levavam ao pedido de impeachment da presidente – editar decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso e usar verbas de bancos federais em programas do Tesouro, as chamadas “Pedaladas Fiscais” –, muitos aproveitaram o momento extremo de poder e visibilidade para fazer *declarações em nome de Deus, suas famílias, seus eleitores e de suas convicções*. (Ribeiro, 2016, p. 15)

A partir de todos os debates que pude acompanhar, acredito que a justificativa elaborada pelo deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA) na sessão da Câmara do dia 17 de abril de 2016, quando ele votou a favor do *impeachment*, resume adequadamente o que vários outros deputados falaram durante toda o processo de *impeachment*:

¹¹³ Senado Federal, 05/05/2016.

Sr. Presidente, *em nome do meu filho Éder Mauro Filho, de 4 anos, e do Rogério, que junto com minha esposa formamos a família no Brasil*, que tanto esses *bandidos* querem destruir com proposta de que *criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas* com seis anos de idade, em nome de todo o povo do Estado do Pará, eu voto sim!¹¹⁴

O deputado Éder Mauro conseguiu conjugar em sua fala aquilo que muitos outros deputados e atores sociais defendiam: a necessidade de resguardar sua “família”, como representante da “família brasileira”, dos “bandidos” do PT que queriam ensinar as crianças a “trocar de sexo”. Assim, família, corrupção e gênero se alinharam em defesa do impedimento de Dilma. Igor Machado (2016), em sua análise do processo de *impeachment*, defendeu que uma série de valores foram associados ao PT e contribuíram para a produzir o impedimento de Dilma. Por meio de uma “conversão simbólica”, o racismo de parte da população brasileira foi transferido para um ódio ao PT, que passou a congregiar simbolicamente as mais diversas diferenças sociais: classe, cor, gênero. Com isso, de forma simples e direta, foi atribuída a origem de todo mal da sociedade brasileira ao PT: corrupção, beneficiários de programas sociais e diversidades sexual e de gênero.

Essa sessão do dia 17 de abril de 2016 na Câmara Federal também foi emblemática, pois se tratou de um momento em que os deputados lotaram o Plenário da Câmara, levando também suas famílias. Muitos ainda apareceram com adereços em verde e amarelo ou com a bandeira do Brasil envolta do corpo. A cada voto “sim”, um coro de aplausos e gritos de comemoração tomava conta do Plenário. De modo distinto, quando um deputado votava contra a abertura do processo de *impeachment*, ouviam-se vaias. Foi em um desses momentos que o deputado Jean Willys (PSOL-RJ), após votar contra o *impeachment*, foi xingado de “viado”, “boiola” e “queima-rosca” pelo deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), e respondeu com um cuspe em direção a Bolsonaro¹¹⁵. Saliento que essa dinâmica de comemorações e hostilidades não foi exclusiva

¹¹⁴ Câmara dos Deputados, 17/04/2016.

¹¹⁵ Huffpost, 17/04/2016.

da votação final na Câmara. Ela deu o tom de todo o trâmite do processo.

Na sessão do dia 30 de março de 2016, por exemplo, dia em que a advogada Janaina Paschoal compareceu à comissão especial da Câmara para esclarecer os dados técnicos de sua denúncia contra Dilma Rousseff, muitos congressistas se levantaram após a sua fala e chacoalharam uma folha aparentemente de tamanho A4, vermelha, com a frase “Impeachment Já” escrita em branco. Essas expressões também ocorreram durante a fala de Miguel Reale Junior, que aconteceu no mesmo dia. Assim que o advogado foi chamado para falar, grande parte dos deputados se levantaram e em coro repetiam “impeachment”, levantando o mesmo papel “Impeachment Já”. Em número bem abaixo, outros deputados levantaram uma folha amarela com os escritos em verde “Impeachment sem crime é golpe”.

Mais folhas voltaram a aparecer na reunião do dia 4 de abril de 2016, quando o Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo, apresentou a defesa da presidenta Dilma Rousseff. Ao fim da reunião, os congressistas a favor do *impeachment* se levantam com folhas A4, agora verdes com os escritos em amarelo: “Impeachment Já”. Nesse momento, os opositores do *impeachment* respondem em coro: “Não vai ter golpe!”.

Com mais intensidade, essas manifestações ocorreram na nona reunião, realizada no dia 06 de abril de 2016, quando o relator leu seu parecer defendendo a admissibilidade de processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma. Ao final de sua fala, congressistas que apoiavam a saída de Dilma se levantaram sacodindo as folhas A4 com o escrito “Impeachment” e outras com “Fora Dilma”, começando a entoar o hino nacional. Nesse momento, muitos deles estavam filmando com seus celulares. Aparecem também algumas poucas folhas pretas com escritos em branco: “Não vai ter golpe”. Ao fim da primeira parte do hino, ouve-se alguém falar “acabou PT” e as falas se sobrepõem: enquanto alguns comemoram gritando “Fora PT”, outros gritam “Fora golpista” e depois iniciam o coro “golpistas, fascistas, não passarão!”.

Segundo Gustavo Lins Ribeiro (2016), as manifestações desses deputados explicitavam que o cerne do processo de *impeachment* era fundamentalmente a disputa por um projeto político, econômico e social entre o bloco progressista e o

conservador, sendo que este último, no final de 2015, se aliou em torno do *impeachment* de Dilma para reestabelecer o seu programa econômico e político. Segundo Curado (2017), os governos petistas realizaram investimentos no desenvolvimento das indústrias nacionais e estatais. Além disso, programas de inclusão social e política de populações marginalizadas foram criados e ampliados, como por exemplo a elevação anual do salário mínimo, as Conferências¹¹⁶, a criação de ministérios e secretarias próprias para a produção de políticas de combate ao racismo, ao machismo e à homofobia¹¹⁷ e o Programa Bolsa Família, este último responsável por retirar o Brasil do Mapa da Fome em 2014 (Curado, 2017). Segundo Gustavo Lins Ribeiro (2016, p. 12), os 15 anos em que o Governo do PT geriu o país representaram a ascensão de “um bloco histórico progressista”, que promoveu “um governo de inclusão de milhões de brasileiros a certo bem-estar e a uma dignidade cidadã”.

No dia 12 de maio de 2016, o Senado aprovou o início das investigações contra Dilma Rousseff, levando ao comando do Brasil o Vice-Presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No pouco mais de um ano que Temer está na presidência, ele conseguiu aprovar, entre outras medidas, uma reforma que retira direitos trabalhistas, como a legalização de acordos coletivos mesmo quando estes se opõem a legislação trabalhista. Nesse sentido que, para Gustavo Lins Ribeiro, o *impeachment* de Dilma estabeleceu

[...] um remake da hegemonia do bloco histórico conservador sempre interessado na manutenção e exploração da desigualdade e no alinhamento automático do país com o imperialismo americano e com os interesses do grande capital (Ribeiro, 2016, p. 17).

Esse *remake* não ocorreu sem disputas e resistências, sendo que uma as principais características desse debate foi a

¹¹⁶ As conferências municipais, estaduais e federais são espaços democráticos de participação da sociedade civil e governo para discussão e propostas de políticas públicas.

¹¹⁷ Para uma análise das políticas anti-homofobia na área de educação implementadas no Governo Lula, ver Fernandes, 2011.

participação das mulheres no Congresso Nacional, como descreverei a seguir.

3.1.4.2 A atuação das deputadas e senadoras nas comissões especiais do *impeachment*

As Comissões, seja na Câmara seja no Senado, foram compostos majoritariamente por homens¹¹⁸. Na Câmara foram designados 62 deputados e 3 deputadas¹¹⁹ indicados pelos seus partidos para participar da Comissão. No Senado, foram indicados 16 senadores e 5¹²⁰ senadoras, também indicadas pelos partidos. Como as comissões foram espaços de disputas por falas, essa configuração foi percebida com incomodo pela deputada Shéridan Oliveira (PSDB-RR), de modo que a sua única fala na Comissão da Câmara foi dedicada para falar dessa dificuldade:

[...] Só que muitas vezes aqui, muitos colegas não entendem a importância desse respeito e em cima do grito, da mão, da porrada, do empurra empurra que as coisas têm acontecido. Semana passada, eu me submeti a uma cena super delicada, desnecessária, aonde vários colegas, e eu

¹¹⁸ Os componentes das comissões especiais foram indicados pelos líderes de partido em número proporcional a quantidade de cadeiras que cada partido possuía em cada Casa. Na Câmara, foi eleito como presidente o deputado Rogério Rosso (PSD-DF) e como relator o deputado Jovair Arantes (PTB-GO). A eleição foi realizada por chapa única e não teve nenhum voto contrário, mesmo deputados do PT votaram pela eleição de Rosso e Arantes. No Senado, foi indicado para a presidência o senador Raimundo Lira (PMDB-PB) e para a relatoria o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), este segundo enfrentando forte oposição das senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que afirmaram que Anastasia já havia defendido a destituição de Dilma.

¹¹⁹ As mulheres que compuseram a comissão especial na Câmara são: Shéridan Oliveira (PSDB-RR), Zenaide Maia (PR-RN), Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Para conhecer a lista completa de deputados na comissão, ver: Câmara Notícias, 17/03/2016.

¹²⁰ As mulheres que compuseram a comissão especial no Senado são: Rose de Freitas (PMDB-ES); Simone Tebet (PMDB-MS); Gleisi Hoffmann (PT-PR); Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM); Ana Amélia (PP-RS). Para conhecer a lista completa de senadores na comissão, ver: Senado Notícias, 19/04/2016.

não estou aqui generalizando, mas vários colegas de apoio a base do Governo, me agrediram não só fisicamente, porque eu sou uma mulher e são dez, quinze homens encima empurrando, mas também verbalmente. Então eu acho que aqui a natureza da nossa discussão vai muito além do que enfiar a mão na mesa, levantar a voz e porque se é muito macho, é muito mulher aqui, sai gritando para conseguir o seu espaço. (Deputada Shéridan, 1:11:00¹²¹)

O episódio ao qual a deputada faz referência é o momento em que se disponibiliza a lista que organiza a sequência das falas dos deputados e deputadas na comissão. Quando a lista é disponibilizada, aqueles que a assinarem primeiro terão o direito de falar primeiro na comissão, de modo que a sequência das falas obedece a essa lista. A problemática apontada pela deputada Shéridan é que, assim que a lista é disponibilizada, os deputados homens, maiores do que ela, empurram-na, impossibilitando que ela possa assinar a lista e assim ter o direito de fala na comissão. Esse fato pode explicar a baixa participação das mulheres nas falas das comissões. Apesar disso, algumas mulheres conseguiram falar nas comissões, constituindo-se como importantes porta-vozes de seus partidos e grupos políticos, seja a favor do *impeachment* ou contra o “golpe”.

A principal personagem feminina na comissão especial da Câmara foi sem dúvida a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que fez inúmeras intervenções para destacar a ilegalidade do processo de *impeachment* e questionar os posicionamentos de seus colegas deputados. Suas intervenções ocorreram principalmente por meio de pedidos de “questão de ordem”, que pode ser feito por qualquer deputado, a qualquer momento e tem prioridade de fala, posto que se trata de dúvidas ou demandas para que o tramite do processo obedeça ao regimento interno ou à Constituição Federal.

Já no Senado, mais mulheres utilizaram da fala, sendo que as senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) se destacaram na defesa da presidenta Dilma Rousseff. Um exemplo foi o caso já citado anteriormente, no qual a senadora Grazziotin responde às ofensas proferidas por Magno

¹²¹ Câmara dos Deputados, Youtube, 04/04/2016.

Malta quando chama Dilma de “abortista”. Já um exemplo da atuação da senadora Gleisi Hoffmann foi a fala proferida por ela no plenário do Senado no dia 30 de agosto de 2016, um dia antes de Dilma ser destituída:

Mais do que a defesa da senhora presidenta Dilma que fiz insistentemente nesses últimos três meses, eu quero deixar aqui registrada a minha indignação com esse momento pífio do parlamento brasileiro e fazer um desabafo. Um desabafo presidente que começa pelo destino. Quis o destino, conspiraram as circunstâncias para que a primeira presidenta da República brasileira fosse uma mulher com a história de vida de Dilma Rousseff. [...]. Ao mesmo tempo não há como negar a forte dose de misoginia que perpassa a oposição à presidenta. Sentimentos machistas não suficientemente domados afloram e engrossam o coro contra Dilma. [...]. Ao longo dessas sessões de julgamento, todas as teses que sustentavam haver crimes em ações e decisões da presidenta foram pulverizadas, estilhaçadas, dissolveram-se no ar. Ainda assim, irritantemente essas argumentações já esmigalhadas foram repetidas uma, duas, mil vezes. Falas as vezes agressivas, deselegantes, irônicas ou até mesmo cínicas. Não teria sido diferente o comportamento da maioria se invés de uma presidenta estivéssemos julgando um presidente? Como mulher, senadora e ex-ministra de Dilma sou tentada a responder que sim, seria diferente. Temos então dois fatos: uma presidenta fora do círculo dominante, de esquerda, portanto desajustada a normalidade que vem desde 1989 e ainda por cima mulher e sem marido.¹²²

Em oposição à Dilma, as mulheres também se destacaram. Entre todas, a figura central foi a advogada Janaina Pascoal, que,

¹²² PT, 30/08/2016b.

como advogada de acusação no Senado, proferiu diversos discursos no decorrer do processo, além de responder às perguntas dos congressistas pró e contra o *impeachment*. Mas uma senadora da oposição também teve destaque, Simone Tebet (PMDB-MS), que foi chamada de “heroína da direita” pelo *Diário do Centro do Mundo*¹²³, devido ao papel importante que a senadora teve na defesa do *impeachment*. Segue um trecho da fala de Tebet no plenário do Senado no dia 9 de agosto de 2016:

Os fatos existiram, os decretos e as pedaladas. A Autoria se faz presente da senhora presidente da República por ação e por omissão dolosa. Voto pelo conjunto da obra, voto sim, porque esse é um julgamento político e eu tenho o direito de fazê-lo. É por tudo isso que eu entendo e a presidente da república tem que ir à julgamento¹²⁴.

Em paralelo com os embates que ocorreram no Congresso Nacional, o Brasil viveu no ano de 2016 uma disputa que permeou diversos campos da vida social, fazendo emergir hostilidades e violências, como buscarei descrever a seguir.

3.2 A emergência do ódio e a divisão do país: passeatas pró-impeachment e manifestações contra o “golpe”

O processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff se configurou como um momento em que diferentes programas políticos, visões de mundo e valores sociais se encontraram em disputa em âmbito nacional. Essa disputa se constituiu como a questão nacional de maior debate no ano de 2016, englobando diferentes instituições políticas, sociais e econômicas, que atuaram para produzir o *impeachment* e se manifestaram sobre o tema de modo intenso, efusivo e muitas vezes violento, produzindo um *acontecimento*. Segundo Pierre Nora (1995, p. 187), “o acontecimento é sempre revolucionário, o grão de areia na máquina, o acidente que transforma e prende inesperadamente”. Como descreveu Rosana Pinheiro Machado (2016, p. 21) sobre o

¹²³ Diário do Centro do Mundo, 03/05/2016.

¹²⁴ Senado Notícias, 09/08/2016a.

impeachment: “das instituições democráticas às relações interpessoais, a sociedade brasileira vê-se diante de um colapso. O país atravessa uma crise profunda, que nos afeta enquanto sujeitos coletivos e pessoa moral”. Para a antropóloga, o *impeachment* foi um fenômeno permeado pela “emergência do ódio, da fúria e da intolerância” (Machado, 2016, p. 25), chegando a provocar rompimentos, como os expostos por Gustavo Lins Ribeiro (2016, p. 17), nos quais “amizades foram desfeitas, conflitos intrafamiliares se estabeleceram ou se agudizaram numa expressão deprimente da polarização a que havia chegado a sociedade brasileira”. Dessa crise, participaram ativamente o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e pessoas que se manifestaram na internet e nas ruas. Assim, a complexidade do *impeachment* é dada por ter sido um *acontecimento* que envolveu um conjunto inextricável de instituições e fenômenos sociais.

Além da dedicação integral que o legislativo brasileiro consagrou ao tema, outros espaços teceram esse fenômeno, contribuindo para o seu resultado. Entre eles, a ocupação das ruas por manifestantes com diferentes posicionamentos políticos. Por um lado, desde 2015, ocorreram manifestações organizadas principalmente pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que chegaram ao seu auge em 13 março de 2016, quando reuniram 500 mil pessoas na cidade de São Paulo. O perfil dos participantes foi formado majoritariamente por pessoas que se declararam brancas (77%), do sexo masculino (57%), com uma idade média de 45,5 anos e com ensino superior (77%). 15% se declararam pardos e 4% pretos (Datafolha, 2016a). Por outro lado, ocorreram também manifestações contra o *impeachment*, ou melhor, contra o que nomearam de golpe parlamentar, midiático e jurídico articulado por uma elite financeira guiada principalmente pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)¹²⁵. Essas manifestações ocorreram em diversos momentos do processo de impeachment e alcançaram também um grande número de participantes. Em São Paulo, foram às ruas 95 mil pessoas no dia 18 de março de 2016. Desse total, 58% se declararam homens, a idade média dos participantes foi de 39 anos, 78% estudou até o ensino superior,

¹²⁵ A FIESP é uma entidade que reúne indústrias e sindicatos patronais do Estado de São Paulo, buscando efetivar os interesses dessa classe. Para mais informações, ver: <http://www.fiesp.com.br/>.

62% se declararam brancos, 20% pardos e 14% pretos (Datafolha, 2016b).

Além dos protestos de rua, apoiadores de Dilma organizaram diferentes eventos abertos, como shows, piqueniques e saraus. Um exemplo desse tipo de intervenção foi a Ocupação Música Pela Democracia¹²⁶, realizada entre os dias 10 e 17 de abril de 2016 em São Paulo, reunindo uma programação de shows e debates políticos. Outra ação semelhante foi organizada no Museu de Arte de São Paulo (MASP)¹²⁷, em 30 de março de 2016, quando grupos de teatro e músicos se reuniram para realizar apresentações teatrais e musicais.

Além de entidades da sociedade civil e movimentos sociais, artistas nacionais e estrangeiros se pronunciaram contra o golpe, como Chico Buarque, que chegou a ir juntamente com Dilma no dia de seu depoimento no Senado. Outras celebridades e figuras públicas que se pronunciaram a favor de Dilma foram as atrizes brasileiras Elisa Lucinda, Camila Pitanga e Letícia Sabatella, a atriz estadunidense Susan Sarandon e os atores brasileiros Wagner Moura e Matheus Nachtergaele. Essas personalidades públicas postaram vídeos, deram entrevistas e se manifestaram publicamente sobre o *impeachment*. Do outro lado da disputa, também houveram artistas que se posicionaram a favor do *impeachment*, como as atrizes Regina Duarte e Juliana Paes, o jogador de futebol Ronaldo “fenômeno”, a atriz Suzana Vieira e o ator Humberto Martins. Sem querer esgotar todas as manifestações que houveram em torno do *impeachment*, o que resta dizer é que elas demonstram a efervescência que se encontrava o Brasil naqueles meses de 2016.

Antes de concluir este capítulo, quero dedicar um último tópico para descrever as ações e estratégias de Dilma para articular apoio no Congresso e para mobilizar a opinião pública a seu favor, posto que, como demonstrei anteriormente, grande parte dos discursos difundidos na sociedade brasileira durante o seu governo e no curso processo de *impeachment* visavam retirar-lhe a agência. Em alinhamento com os fundamentos teóricos com os quais venho sustentando meus argumentos até aqui, reitero que enfatizar a agências das mulheres políticas nos acontecimentos dos quais participam na esfera pública é fundamental para refutar as

¹²⁶ Exame, 31/03/2016.

¹²⁷ Folha de São Paulo, 30/03/2016.

narrativas convencionais que há décadas omitem seu protagonismo nos processos históricos.

3.3 As ações de Dilma Rousseff no combate ao golpe

No dia 22 de março de 2016, a Presidenta da República Dilma Rousseff declarou¹²⁸ que o processo de *impeachment* que corria contra ela na Câmara Federal era, na verdade, um “Golpe de Estado”, já que ela não havia cometido “crime de responsabilidade”, única acusação constitucional passível de impugnação de um presidente. “Devido à ausência de base legal”, o *impeachment* tratava-se, por isso, de um “crime contra a democracia” já que promoveria uma quebra nos preceitos constitucionais e republicanos brasileiros. Segundo Dilma, o golpe de Estado estava sendo efetuado pelo Congresso Nacional por meio de um processo de *impeachment* que, apesar de estar seguindo o rito e a forma processual, não respeitava a investigação da matéria a ser analisada, levando a presidenta a defender que sofria um golpe parlamentar. O golpe, como passou a ser nomeado por parte das pessoas que se opuseram ao *impeachment*, era então, segundo Dilma, uma ferramenta de ascensão ao poder para aqueles que não haviam ganhado nas urnas as eleições de 2014. Segundo Dilma, para evitar uma ruptura na democracia brasileira era preciso iniciar em 2016 uma “Campanha pela Legalidade”, similar a realizada por Leonel Brizola em 1964, que efetivou a posse do Vice-Presidente Jânio Quadros após a renúncia do presidente João Goulart, como previa a Constituição brasileira de 1946.

Assim, a partir do dia 22 de março de 2016, a Presidenta Dilma Rousseff passou a organizar no Palácio do Planalto diversos eventos que reuniram diferentes setores da sociedade para se manifestarem contra o golpe e a favor da democracia em uma “Campanha pela Legalidade”. Profissionais do campo jurídico, artistas, intelectuais e movimentos sociais ligados às lutas pela terra, educação, moradia e igualdade de gênero foram recebidos no Planalto¹²⁹, proferindo discursos contra o golpe e palavras de

¹²⁸ TVNBR, YouTube, 22/03/16.

¹²⁹ Alguns dos movimentos sociais que participaram dos atos no Planalto são: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (LGBT), Marcha das Margaridas, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento

ordem como a famosa “Não vai ter golpe” e outras como “no meu país eu boto fé, porque ele é governado por mulher”, “Dilma, guerreira, da pátria brasileira” e “fica, querida”¹³⁰. Nessas ocasiões, Dilma conseguiu dar visibilidade a sua versão do processo, estabelecendo o discurso de que o *impeachment* é golpe, por meio da demonstração do apoio recebido de parte da sociedade brasileira e contando com a cobertura dos principais veículos de comunicação do país, por se tratarem de eventos oficiais do Governo. Depois que Dilma foi afastada da Presidência, novos espaços foram ocupados por ela para se defender contra o golpe, como o Palácio do Alvorada e eventos políticos em diversas cidades do país.

No Palácio do Alvorada, residência oficial da Presidenta da República, Dilma montou uma equipe com cerca de 30 pessoas, entre assessores e secretários. Nesse espaço, continuou realizando reuniões com seus apoiadores, como a do dia 17 de agosto, por exemplo, quando se encontrou com mulheres que apoiavam seu mandato¹³¹. Também concedeu entrevistas, principalmente, a veículos de comunicação estrangeiros¹³², ampliando para fora do país sua versão do processo político brasileiro.

A partir do 12 de maio de 2016, Dilma também passou a realizar eventos em diversos Estados do Brasil, entre eles Rio Grande do Sul, São Paulo, Piauí, Pernambuco e Rio de Janeiro. Essas viagens foram em parte financiadas por uma campanha no

dos Pequenos Agricultores (MPA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Central Única de Trabalhadoras (CUT). Entre os intelectuais e artistas, participaram: Márcia Tiburi, Leticia Sabatella, Anna Muylaert, Beth Carvalho, Fernando Moraes, Antônio Pitanga, Osmar Prado, Sérgio Mamberti, Antônio Carlos dos Santos e Raduan Nassar.

¹³⁰ “Fica, querida” foi uma resposta dos apoiadores de Dilma ao “Tchau, querida”, que se tornou um mote dos defensores do *impeachment*, estampando de capas de revista a placas portadas por deputados em algumas sessões de discussão do processo na Casa. O “Tchau, querida” se popularizou após a divulgação, em 16 de março de 2016, de uma conversa entre Lula e Dilma, gravada por grampo telefônico autorizado pelo juiz Sérgio Moro, na qual Lula se despedia de Dilma com essas palavras. Ver Meio&Mensagem, 11/05/16.

¹³¹ Estadão, 17/08/2016.

¹³² El País, 13/05/2016.

site *Catarse*¹³³ criada em 29 de junho por duas amigas e apoiadoras de Dilma, Guiomar Silva Lopes e Maria Celeste Martins, que conheceram Dilma durante a ditadura. Essa campanha *on-line*, que recolheu quase 800 mil reais, foi necessária, porque o presidente em exercício Michel Temer, no dia 3 de junho, vetou¹³⁴ o uso das aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) por Dilma para além do trajeto entre Brasília e Porto Alegre, esta última a cidade onde se localiza a residência de sua filha. Com isso, as campanhas de Dilma contra o *impeachment* em outros estados brasileiros foram dificultadas.

Além da restrição do uso dos aviões, o Governo Temer retirou¹³⁵ do site do Planalto a agenda presidencial de Dilma, cortou¹³⁶ a produção do *clipping* de notícias sobre Dilma, cortou¹³⁷ o cartão de crédito responsável pela compra de alimentos para o Palácio do Alvorada e reduziu¹³⁸ o salário, as diárias e a equipe de assessoria de Dilma no Alvorada. Temer também foi acusado de ter cortado a energia elétrica do Alvorada¹³⁹. Por outro lado, houve uma ofensiva de apoiadores de Dilma, que tem talvez a sua principal expressão no fato de que o *Twitter* oficial do Palácio do Planalto¹⁴⁰ foi hackeado no dia 12 de maio, de modo que só foi recuperado pela atual Presidência no mês de fevereiro de 2018. Com isso, é possível perceber que as disputas por efetivar ou barrar o *impeachment* percorreram dimensões materiais e discursivas que buscavam influenciar no resultado do processo.

Como acredito ter demonstrado até aqui, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi uma disputa política complexa que envolveu múltiplos fatores inextricáveis, com atores políticos e agentes da sociedade civil se mobilizando nas ruas, no Congresso e na internet para defender seu posicionamento e assim construir o processo. Descrevi as disputas entre Dilma e outros políticos, como Eduardo Cunha e Michel Temer, bem como as divergências entre o PT, PMDB e PSDB. Demonstrei também as interpretações

¹³³ Para mais informações, ver: <https://www.catarse.me/Dilma>.

¹³⁴ G1, 10/06/2016.

¹³⁵ Planalto, 13/05/2016.

¹³⁶ Época, 09/06/2016.

¹³⁷ Uol, 04/06/2016.

¹³⁸ O Globo, 11/06/2016.

¹³⁹ Plantão Brasil, 08/06/2016.

¹⁴⁰ Disponível em <https://twitter.com/planalto>.

de que o *impeachment* é um “golpe” que busca devolver o poder a um grupo político que geria o Brasil até a ascensão do PT. Por outro lado, também descrevi os crimes de responsabilidade que foram utilizados para justificar o processo de *impeachment* contra Dilma, bem como os argumentos de que o “conjunto da obra”, ou seja, a corrupção, o gênero e a crise econômica, foram fatores acionados pelos deputados e senadores que pediam a deposição de Dilma.

Diante dessa complexidade que foi o processo, o objetivo da presente dissertação é descrever apenas um desses fatores que atuaram no *impeachment*: os significados de gênero acionados para construir as qualidades, habilidades e defeitos atribuídos à presidenta Dilma Rousseff. Como já defendi no primeiro capítulo, tecer a imagem de alguém com significados a partir de adjetivos fixos e essenciais é uma estratégia para alcançar objetivos políticos. Assim, nos próximos dois capítulos descreverei cinco das imagens construídas sobre Dilma durante o processo: “autoritária”, “louca”, “incompetente”, “honesto” e “forte”.

4 Dilma: “autoritária”, “louca” e “incompetente”

No presente capítulo, buscarei descrever três discursos reproduzidos durante o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff: um que retrata Dilma como “autoritária”, outro que a classifica como “louca” e um terceiro que a constrói como uma gestora “incompetente”. Meu argumento é que estas imagens de Dilma foram acionadas recorrentemente para legitimar o *impeachment*. Para fundamentar minha tese, no primeiro subtópico apresentarei os pressupostos teóricos e os antecedentes históricos das qualificações acionadas para significar a atuação de mulheres na política.

Analisarei, em seguida, as falas que defendem que Dilma é uma mulher “autoritária”, a começar pelos discursos sobre sua personalidade que circulavam quando ainda era ministra do Governo Lula, avançando posteriormente para as publicações referentes ao processo do *impeachment*. Demonstrarei como essas reportagens atribuem à Dilma a característica de não se comunicar com os demais políticos, decidindo sozinha e de forma agressiva o projeto do governo, o que, na opinião das matérias recolhidas, demonstra falta de habilidade política para promover alianças e negociações, algo que teria contribuído para a instabilidade política que levou a presidenta ao *impeachment*. Em seguida, descreverei como essa imagem de mulher “autoritária” se transforma na de mulher “louca”. Buscarei defender que a recorrência dessas imagens de Dilma como uma mulher autoritária e louca está fundada na dificuldade que esses políticos e agentes da mídia enfrentam para reconhecer a autoridade de Dilma Rousseff, uma mulher na Presidência da República.

Argumentarei, então, que a autoridade que deveria ser atribuída à presidenta Dilma é direcionada ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que buscarei demonstrar como, para políticos e agentes da mídia, a autoridade é um atributo masculino. Nesse sentido, ao longo desta pesquisa, identifiquei que uma das razões para a dificuldade de se atribuir autoridade à Dilma está relacionada à crença de que ela não possui competência para gerir economicamente o país, posto que seu lugar por excelência é o lar, na atividade de cuidado de seus netos. Descreverei, por fim, os discursos que constroem a imagem de Dilma como uma mulher “incompetente” na gestão econômica do país.

4. 1 Pressupostos teóricos: cultura política, gênero e poder

A autoridade das mulheres para intervir no espaço político foi construída, ao longo do século XIX e XX no Brasil, a partir de alusões e associações aos papéis tradicionalmente desempenhado por elas na família. Isto é, as mulheres adquiriram legitimidade para exercer autoridade nos assuntos públicos a partir da importação de sua autoridade como mãe, esta já historicamente estabelecida no universo privado (Hahner, 2003; Vieira, 2015). Na luta das mulheres pelos direitos políticos no Brasil, as sufragistas reivindicaram acesso à política por possuírem características que os homens não possuem, já que, por serem mães, esposas e donas de casa, as mulheres conquistaram atributos mais dignos para atuar na esfera pública e construir uma sociedade mais justa: altruísmo, benevolência, abnegação, generosidade, senso de justiça, conduta moral inquestionável e consciência de sua responsabilidade social (Vieira, 2015).

Segundo Kathya Araujo (2007), esses traços de personalidade ainda hoje são largamente utilizados para defender a presença de mais mulheres na política, visto que nas últimas décadas houve um grande movimento de crítica aos modos tradicionais de se fazer política, estritamente ligados às práticas verticais, impositivas, centralizadoras e bélicas, não por um acaso conceitos associados ao modo masculino de gerir. De acordo com Kathya Araujo (2007, p. 3), esse movimento, que ocorre em diversos países, busca por líderes mais “carismáticos”, “sensíveis”, “humildes”, “espontâneos”, “vinculados à vida cotidiana e a gestão do privado” – “todas características que son asociadas con lo femenino”. Assim, a autoridade as mulheres para falar e intervir nos assuntos públicos está baseada na esperada sensibilidade feminina. De fato, segundo Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2011), no decorrer dos séculos XX e XXI, a legitimidade da autoridade feminina no universo político a partir da vertente materna se acentuou:

Pesquisas feitas nos Estados Unidos sobre a presença de lideranças femininas nos noticiários e sobre campanhas políticas de mulheres apontam para o fato de que as próprias candidatas lançam mão dos estereótipos para obter sucesso nas urnas e galgar posições tanto na mídia quanto na

política [...]. O mesmo se vê no Brasil, quando candidatas e detentoras de mandatos indicam as características convencionais da feminilidade como diferenciais que as valorizam diante do público (Miguel e Biroli, 2011, p. 184).

Entretanto, defender a legitimidade das mulheres na política pela vertente materna guarda uma contradição entre autoridade e sensibilidade, que atuou de modo decisivo no processo de *impeachment*. Ao mesmo tempo em que as mulheres são aceitas na política por possuírem habilidades diferenciadas, essas habilidades as colocam em desvantagem nas disputas do espaço político, posto que segundo Luiz Felipe Miguel e Flávia Biroli (2011) a esfera política é regida por regras masculinas de hierarquia, disputa, competição, agressividade, - nada compatíveis com o altruísmo, a sensibilidade, a emotividade, a afetividade e a humildade esperadas para o gênero feminino.

A expectativa de que as mulheres devem ser mais conciliadoras e menos agressivas na perseguição de seus interesses, impondo ônus simbólicos àquelas que se comportam de forma desviante, contribui para tolher esse avanço [das mulheres às posições políticas de maior prestígio e poder] (Miguel e Biroli, 2011, p. 103).

Com isso, as mulheres são levadas a uma situação paradoxal: se demonstram combatividade e agressividade são consideradas desviantes e masculinizadas, e se demonstram conciliação e afetividade não alcançam poder para influenciar as decisões políticas. Segundo Luis Felipe Miguel:

As marcas de feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino (Miguel, 2014, p. 106-107).

Parafraseando Miguel, diria que “a *humildade* excessiva não é pertinente num político, mas a *autoridade* não cabe para o

sexo feminino”. Análise similar consta na obra de Jane Freedman, que aponta que “La combativité, [...] une qualité tout à fait désirable pour un homme politique, est perçue chez les femmes politiques comme l’évidence d’une anormalité” (Freedman, 1997, p. 284-285). Esse paradoxo foi bem identificado por Céli Pinto (2014) quando estudou as relações de poder que envolviam a primeira deputada estadual do Rio Grande do Sul, Suely de Oliveira, que teve seu mandato entre 1950 e 1974. A autora identificou que o traço mais associado à deputada era o de “recato”. Significando o termo a partir do dicionário Aurélio, Céli Pinto o associa às características de “cautela; prudência; resguardo; modéstia; simplicidade; pudor”, afirmando ainda que os valores que constituíam a Assembleia Legislativa tornavam este um lugar “onde a mulher deveria ser *humilde* e antes de tudo dona de casa”. Assim, as vezes em que a deputada ganhava o debate diante de outros homens, “o restante dos parlamentares tinha que baixar a crista, gerando uma situação não bem aceita”, segundo um dos interlocutores da pesquisadora. Com isso, para Céli Pinto, “a presença de Suely abalava o cenário da Assembléia, criando tensões nitidamente decorrentes das relações de gênero” (Pinto, 2014, p. 576).

A análise de Céli Pinto (2014) e das demais autoras citadas anteriormente revelam alguns discursos e expectativas com relação às mulheres políticas. Em primeiro lugar, espera-se que elas sejam humildes, altruístas, generosas, sensíveis, conciliadoras, afetivas – todas características fundadas na crença da naturalização da maternidade nas mulheres. Em segundo lugar, as mulheres que não demonstram esses atributos, mas ao contrário, exibem competitividade, combatividade, agressividade e frieza são consideradas desviantes e masculinizadas, apesar de possuírem mais chances de alcançar posições de poder e prestígio dentro da configuração do espaço político, posto que esses atributos fazem parte do jogo da política.

A autora Jane Freedman (1997) em sua pesquisa sobre a representação midiática das mulheres políticas, identificou que as mulheres que demonstram os atributos concernentes ao campo da política são percebidas pejorativamente como “agressivas et battantes” (Freedman, 1997, p. 167). Segundo Freedman (1997, p.163), “La culture politique masculine ne peut pas comprendre les femmes que possèdent de l’autorité, du pouvoir”. Uma das interlocutoras de Freedman, aponta:

Toute manifestation d'autorité venant d'une femme sera mal venue pour des hommes qui se sentent eux-mêmes une vocation dirigeante ; une femme qui exerce un quelconque pouvoir sera estimée autoritaire, dure (Freedman, 1997, p. 174).

É dentro dessa literatura feminista sobre mulheres e política que interpreto os discursos sobre a presidenta Dilma Rousseff durante seu processo de *impeachment*. No meu percurso pelos sites de notícias, identifiquei que a recorrência de discursos que defendiam que Dilma é uma mulher autoritária e arrogante estão pautados na dificuldade que políticos e agentes da mídia têm para legitimar o poder de autoridade das mulheres nessa esfera. Essa tese pode ser percebida pelas recorrentes acusações de que Dilma é soberba, centralizadora, autossuficiente, detalhista, controladora e possui temperamento difícil. Mas também pelas dicotomias expostas por alguns textos, que deixam a entender que Dilma ao invés de ser ríspida e não ouvir ninguém, deveria demonstrar “carinho”, “atenção”, “diálogo” e “humildade”.

4.2 O argumento do autoritarismo e da loucura

Desde que Dilma Rousseff era Ministra no governo Lula, primeiro no comando do Ministério de Minas e Energia (2003-2005) e depois na gestão da Casa Civil (2005-2010), seu comportamento era descrito nos canais de comunicação como autoritário, arrogante, agressivo e ríspido. Esses discursos afirmavam que Dilma era uma gestora que “falava duro” e “batia na mesa”, decidindo tudo a sua maneira, de forma arrogante, impositiva e centralizadora, sem querer ouvir a opinião de outros políticos, ministros e assessores. Durante a primeira campanha presidencial de Dilma, em 2010, Rousseff contrapôs essa sua imagem afirmando que seu papel no governo era como o das mães na gestão da casa: era preciso cobrar tarefas e exigir resultados. Ao mesmo tempo, Dilma buscava revelar que essa imagem construída sobre ela é um reflexo do machismo na sociedade brasileira. No decorrer do processo de *impeachment*, essa disputa por significar o comportamento da presidenta na gestão do governo continuou. De um lado, Dilma defendia sua firmeza em analogia ao papel materno e buscava afirmar que essas acusações eram machistas; de

outro, grande parte dos sites de notícias continuavam repercutindo suas posturas como uma expressão de autoritarismo e arrogância. A partir de pesquisa realizada nos sites de notícias nos anos de 2015 e 2016, identifiquei que a imagem de Dilma como uma mulher autoritária e arrogante se estabeleceu nesses canais e foi acionada como um dos motivos centrais para levar a presidenta ao *impeachment*.

4.2.1 Ministra Dilma: uma mulher “mandona”

Como discuti antes, a partir de 2003 Dilma Rousseff ocupou dois dos cargos mais prestigiados e de maior poder do governo federal, no período de presidência de Lula: foi Ministra de Minas e Energia e Ministra-Chefe da Casa Civil. Na atuação como ministra, Dilma geria assessores e secretários, escolhia diretores de estatais, participava da formulação do projeto político e econômico do governo e mantinha relação com ministros, deputados, senadores, governadores e os demais políticos brasileiros. As pesquisas que se dedicaram a compreender as representações midiáticas de Dilma Rousseff no período em que ela esteve no *staff* do Governo Lula identificaram o delineamento de uma personalidade séria e austera, com atitudes enérgicas durante disputas políticas na administração do Estado.

As pesquisadoras Leila Barbara e Maria Carmen Aires Gomes (2010, p. 77), por exemplo, analisaram 304 matérias publicadas sobre Dilma nos sites das revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* entre 2003 e 2009, identificando que a Dilma-Ministra foi majoritariamente retratada como uma pessoa “agressiva”, “rígida” e “austera”, com atitudes de “comando” e “controle”. Segundo as autoras, “A imagem de austeridade é uma construção que se coloca como consensual, ou pelo menos não contradita, de Dilma como ministra; muito rígida, em suas opiniões, condutas e caráter”. Ao longo do artigo publicado pelas autoras, elas trazem vários exemplos de matérias que afirmam que Dilma deu “socos na mesa” e “gritou” (Barbara e Gomes, 2010, p. 83). Entre os exemplos, consta a matéria publicada pela *Época* que trata de um episódio em que Dilma, enquanto Ministra-Chefe da Casa Civil, “exigiu” que os ministros gastassem o recurso liberado pela área econômica do governo. Segue um trecho da matéria: “A ministra *muniu-se* de gráficos e tabelas e *partiu para cima* dos ministros que estavam gastando menos. Fez isso no melhor *estilo Dilma*:

falando duro. Queria saber por que não eram gastos os recursos que, segundo a área econômica, já estavam liberados”. Outro exemplo destacado pelas autoras é referente a uma matéria publicada também pela *Época*: ““Dilma é muito democrática, desde que você concorde 100% com ela”, diz um deputado petista de São Paulo. ‘Ela é *mandona* mesmo, chega a ser *chata*’, diz um ministro com quem Dilma já teve atritos”. Esses exemplos revelam que a Ministra Dilma era vista como uma pessoa que “mandava” por meio de falas “duras” e agressivas, sem abrir possibilidade para o diálogo.

Em outra pesquisa, essa realizada por Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2011) em telejornais e revistas nos anos de 2006 e 2007, os autores também identificaram que Dilma é descrita como uma pessoa “dura” nos seus tratamentos. Segundo os autores, Rousseff “foi caracterizada negativamente pela ‘dureza’ e pela ‘secura’ masculinas no trato” (Miguel e Biroli, 2011, p. 183). Mais à frente, os autores ainda falam: “Dilma Rousseff aparece como uma mulher de ‘temperamento forte’, tida como uma ‘negociadora intransigente e técnica’ [...]”. (Miguel e Biroli, 2011, p. 190). As pesquisadoras Elizabeth Lima e Ana Paula Costa (2012, p. 25), estudando a campanha presidencial de 2010, também afirmaram que Dilma possuía uma “imagem de mulher autoritária e arrogante”:

Assim que seu nome foi cotado para a disputa eleitoral, diversas críticas foram feitas pela imprensa a respeito de seu possível “*temperamento forte*”. A polêmica de que até mesmo Ministros teriam se queixado ao ex-presidente Lula quando Dilma era ministra da Casa Civil, reforçou essa representação de “*mandona*”. (Lima e Costa, 2012, p. 25).

As autoras ainda trazem um trecho de uma entrevista de Dilma falando sobre isso, na qual a presidenta afirma que essa imagem que construíram sobre ela é um preconceito por ela ser mulher, posto que o mesmo não é dito sobre os homens. Nas palavras de Dilma:

O *preconceito* no Brasil é uma coisa engraçada. Por exemplo, você estava falando dessa mulher dura, mandona. Você já viu algum homem ser chamado de

mandão e durão? Eu fico sempre intrigada por que os homens são sempre meigos, bonzinhos, delicados. Outro dia o Paulo Bernardo (ministro do Planejamento) ria muito porque ele falou que é o meigo-amor. Eu nunca vi, no Brasil inteiro, dizer que havia um homem duro. (Lima e Costa, 2012, p. 25).

Outra resposta de Dilma, esta em entrevista ao *Jornal Nacional*, da Rede Globo, foi identificada na pesquisa de Fernanda Mota e Flávia Biroli (2014) sobre a campanha presidencial de 2010. Nessa ocasião, a âncora Fátima Bernardes, após afirmar que Dilma era reconhecida por possuir um “temperamento difícil” e “duro”, perguntou à candidata se isso não iria interferir no bom andamento de seu governo. Em resposta, Dilma buscou afirmar que seu posicionamento “firme” é resultado de sua convicção política. Entretanto, Bernardes não se satisfaz com a resposta, questionando Dilma novamente, ao ponto que Dilma se utiliza de uma analogia com a atividade materna, momento em que o “temperamento difícil” de Dilma foi prontamente compreendido pela apresentadora. Segue abaixo o trecho da entrevista:

Fátima Bernardes: Alguns críticos, muitos críticos, e alguns até aliados, falam que a senhora tem um *temperamento difícil*. O que se espera de um presidente é que ele, entre outras coisas, seja capaz de fazer *alianças*, de *negociar*, ter *habilidade política* para fazer *acordos*. A senhora, de que forma pretende que este *temperamento*, que dizem ser *duro*, *difícil*, não interfira no seu governo, caso eleita?

Dilma Rousseff: (...). Eu acho que têm visões construídas a meu respeito. Eu acho que eu *sou uma pessoa firme*. Acho que em relação aos problemas do povo brasileiro *eu não vacilo* (...).

Fátima Bernardes: Talvez seja a forma da senhora se comportar. O próprio presidente Lula esse ano (...) chegou a dizer que achava até natural haver queixas contra a senhora (...) que ele recebeu vários colegas

na sala dele que iam lá se queixar que *a senhora maltratava eles*.

Dilma Rousseff: Fátima, é o seguinte. No papel, sabe *dona de casa*? No papel de cuidar do governo é meio como se a gente *fosse mãe*, tem uma hora que você tem de cobrar resultado (...). Então tem uma hora que é “*quinem*” você imagina lá na sua casa (...).

Fátima Bernardes: *Como mãe eu entendo* (...). (Mota e Biroli, 2014, p. 220-221).

Pela leitura da entrevista, é possível perceber que a estratégia de Dilma em elaborar uma analogia entre as atividades maternas e as de gestão do país para justificar sua postura “firme” demonstrou ter grande capacidade de interpelação, posto que foi rapidamente compreendida pela interlocutora de Dilma. No entanto, segundo as autoras Fernanda Mota e Flávia Biroli (2010) tanto as acusações contra Dilma sobre sua postura dura e seu temperamento difícil quanto a estratégia de Dilma em associar a atividade materna à gestão do Estado se apresentam como um reflexo da naturalização nas mulheres dos valores maternos. Isto é, feminilidade e maternidade se fundem. Para as autoras essas falas têm como “*pano de fundo* estereótipos convencionais [de gênero]”, segundo os quais “*a ‘dureza’ [nas mulheres] desperta estranhamento e pode ganhar o sentido de ‘desvio’*”, posto que se espera delas “*tolerância, sensibilidade e capacidade para ouvir que supostamente seriam maiores nos casos das mulheres*”, devido à associação com a maternidade (Mota e Biroli, 2010, p. 220).

Todas as pesquisas citadas anteriormente chegaram a resultados similares, defendendo que Dilma foi representada como uma mulher dura, mandona, autoritária e arrogante posto que os comportamentos e as personalidades esperados das mulheres estão associados à maternidade e, por isso, à sensibilidade, à afetividade e à ternura. Assim, quando Dilma não demonstra esses últimos atributos maternos, ela é caracterizada dentro do campo masculino de ação e por isso se apresenta como um desvio. Elizabeth Lima e Ana Paula Costa (2012), por exemplo, apontaram que durante a campanha eleitoral de Dilma em 2010, a candidata teve que ser adaptar às expectativas esperadas para o seu sexo e “*desconstruir*

a imagem de mulher autoritária e arrogante”: “suas aparições em programas de TV e no HPGE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral) buscavam mostrar uma Dilma mais calma, simpática e delicada, características compatíveis com a sensibilidade e a tranquilidade que uma mulher ‘deve’ ter” (Lima e Costa, 2012, p. 25). De modo semelhante, Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2011) afirmaram que o “temperamento forte” atribuído à Dilma bem como a ideia de que ela é uma “negociadora intransigente e técnica” “são significados como o oposto do feminino – nas palavras do então ministro da Cultura, Gilberto Gil, ela tem “um lado macho na forma de imprimir gestão” (Miguel e Biroli, 2011, p. 190). Mais à frente, os autores ainda falam que há

uma expectativa de que as mulheres sejam mais “suaves” e mais honestas do que os homens [...]. Rupturas com esse padrão são anotados [...]. Uma política que lute para obter posições de poder é digna de nota – embora este seja o comportamento esperado dos políticos em geral (Miguel e Biroli, 2011, p. 194).

Por fim, as autoras Leila Barbara e Maria Carmen Aires Gomes (2010) também apontam que a base da problemática de Dilma está no fato de que ela ultrapassa os limites da feminilidade. Segundo as autoras, as opiniões recolhidas sobre Dilma:

se associam não as características sócio-culturais tradicionalmente atribuídas à mulher (doação, sacrifício e afetividade), mas às do homem (competição, luta e racionalização/tecnicismo) e talvez seja esse deslocamento que cause estranhamento àqueles que a representam como uma mulher política austera, reforçando a imagem de mulher-política: combatente, “sargentona”, mandona, chefe.

Sensibilidade, ternura, emoção pureza não surgem como atributos e qualificadores da “natureza” feminina de Dilma Rousseff-ministra, mas sim traços de rispidez, austeridade e agressividade, caracterizando uma imagem de sujeito-político-mulher

com potencialidades masculinas (Barbara e Gomes, 2010, p. 76).

Assim, quando Dilma expressa comportamentos e personalidades de comando, de competição e de luta, característicos do espaço político, ela entra em uma esfera de atuação masculina, causando estranhamento às pessoas que compõem os noticiários, posto que não são expressões esperadas para o gênero feminino, que tem suas características assentadas na maternidade, o que exige sensibilidade, ternura e afetividade. Ao longo do processo de *impeachment*, as interpretações de que Dilma é uma mulher autoritária e arrogante voltaram a atuar e foram utilizadas para justificar a sua destituição. O temperamento difícil atribuído à Dilma foi percebido como uma falta de habilidade política para estabelecer acordos, o que a levou a um isolamento político. No próximo tópico, buscarei descrever esse discurso sobre Dilma, explicando a sua incidência a partir da crença de que as mulheres devem ser afetivas, conciliadoras e sensíveis.

4.2.2 Presidente Dilma: uma mulher “autoritária”

No decorrer do processo de *impeachment*, diversos sites de notícias publicaram textos afirmando que a presidenta Dilma Rousseff é autoritária e arrogante com deputados, senadores, empresários, assessores, ministros e demais políticos. Caracterizada por ter um temperamento difícil, Dilma era descrita como uma pessoa de pouca habilidade política para negociar e dialogar, sempre se exaltando e decidindo sozinha o projeto do governo. Na versão das matérias recolhidas durante a pesquisa, essa característica de Dilma a levou a ter muitos inimigos no Congresso Nacional, isolando-se politicamente, o que resultou no processo de *impeachment* e em sua destituição. Esses discursos foram corroborados por matérias em sites de notícias que reafirmaram que o *impeachment* de Dilma estava sendo causado pela sua “falta de habilidade política”, esta gerada pelo seu temperamento difícil. No presente tópico, buscarei descrever esses discursos sobre Dilma. Ao mesmo tempo, pretendo destacar que eles são gerados por uma expectativa de que Dilma se comporte dentro do padrão feminino maternal, que pressupõe diálogo, afetividade e colaboração.

No dia 21 de março de 2016, o *Correio Popular*¹⁴¹ publicou uma matéria na qual defendia que Dilma deveria renunciar à Presidência. Na concepção do autor, a presidenta deveria “pensar e agir mais como mulher, mãe e avó. E decidir afetuosamente, pelos milhões de brasileiros que equivalem a seus filhos”. Para elucidar sua tese, Motta trouxe dois exemplos que deveriam servir de guias para Dilma:

Rita Lee profetizou que o mundo seria muito melhor se fosse governado por mulheres. Elas evitariam guerras, competições desnecessárias e promoveriam o amor.

Amir Klink indicou que se um homem estivesse em risco de naufrágio, necessitaria de uma mulher, pois, ao invés de competir com o mar, como faria o homem, a mulher acharia um jeito paciente e competente de contornar as águas revoltas. Está na hora da nossa mulher mais importante fazer algo nobre, afetuoso e dignificante: sair do governo.

Para Motta, as ações de Dilma não estavam se enquadrando no papel esperado para uma “mulher, mãe e avó”; faltava para Dilma “afetuosidade”, já que a postura corrente de Dilma estava pautada em uma “autoridade obstinada”, que não seria apropriada para esse momento político. Na percepção de Motta, Dilma “se esforça, empenha-se de várias formas [...], só se dedica ao trabalho de se manter no cargo”, mas o que ela precisa é “expandir os horizontes e sair um pouco desse escafandro de *guerrilheira* e *autoridade* obstinada”. Com isso, Motta contrapõe a ideia de “afetuosidade” e de “pensar e agir mais como mulher, mãe e avó” à postura de “*autoridade* obstinada”; isto é, não se pode ser “mulher” e possuir “autoridade”. Esse foi o único discurso encontrado sobre a imagem de Dilma como uma mulher autoritária que fez alusão direta ao papel materno e feminino para defender a saída de Rousseff da Presidência. Entretanto, a imagem de Dilma como uma mulher autoritária, ainda assim, guardou pressupostos de gênero, como buscarei demonstrar a seguir.

¹⁴¹ Correio Popular, 21/03/2016.

Os agentes mais importantes que contribuíram para a reprodução da imagem de Dilma como uma mulher autoritária foram os deputados e senadores do Congresso Nacional, posto que esta foi a instância onde o julgamento da presidenta ocorreu, de modo que a opinião desses políticos revela que a análise da personalidade de Dilma era um fator determinante para sua destituição. Essa constatação também foi percebida por Jane Freedman (1997, p. 181) em sua pesquisa sobre as mulheres políticas francesas e inglesas, apontando que “dans les représentations journalistiques, les femmes politiques se trouvent souvent décrites davantage par rapport à leurs qualités personnelles que par rapport au travail qu’elles fournissent”. Um exemplo disso foi a fala do relator deputado Jovair Arantes (PTB-GO) durante a sessão na Comissão Especial do Impeachment do dia 11 abril de 2016:

[...] não há mais clima para esse governo, não há base política de sustentação, não há mais credibilidade, ninguém mais acredita nesse governo. Como disse um líder da base governista durante os debates aqui, esse governo *não sabe dialogar*, é um governo *arrogante e autoritário*, que não aceita posição divergente¹⁴².

A fala do deputado Jovair Arantes possui um peso político grande, pois ele foi o responsável pela produção do relatório na Câmara Federal sobre o processo de *impeachment* de Dilma, de modo que ele poderia produzir um relatório favorável ou não ao impedimento. O fato de o relator utilizar como um de seus argumentos em defesa do *impeachment* a alegação de que a gestão de Dilma não deve continuar por se tratar de um “governo arrogante e autoritário” que “não sabe dialogar” revela como esse argumento se tornou central para produzir a destituição da presidenta, ultrapassando os debates sobre crime de responsabilidade. Essa fala de Jovair ainda foi repercutida por alguns sites de notícias. Nesse mesmo dia, a *Folha de São Paulo*¹⁴³, publicou uma matéria intitulada “Relator diz que ‘não há mais clima para ‘arrogante’ governo Dilma”, na qual há a seguinte frase: “Segundo o deputado do PTB, a presidente comanda um governo

¹⁴² Câmara dos Deputados, 11/04/2016.

¹⁴³ Folha de São Paulo, 11/04/2016.

‘autoritário’, ‘arrogante’ e ‘falido’”. Reportagem similar foi publicada no *Uol*¹⁴⁴, com o título “Governo é ‘arrogante e autoritário’, diz relator da comissão do impeachment”.

Outro exemplo sobre essa visão presente na Câmara Federal foi divulgado pela revista *Exame*¹⁴⁵ no dia 11 de maio de 2015, um dia antes da votação no Senado aprovar o afastamento de Dilma para iniciar as investigações sobre os crimes de responsabilidade. A matéria, que é intitulada “Os erros de Dilma que a colocaram à beira do impeachment”, defende que apesar de Dilma ser avaliada sobre seus possíveis crimes de responsabilidade, é a “inabilidade política” de Dilma que poderá “determinar o impeachment”. Um dos motivos que leva a matéria a essa conclusão foram as recorrentes reclamações da “falta de traquejo político” de Dilma proferidas por deputados no período de votação na Câmara Federal, revelando mais uma vez que, para além dos crimes de responsabilidade, o que estava em jogo era a personalidade de Dilma. Segue um trecho da matéria:

Em linhas gerais, a denúncia que pode abreviar o mandato da presidente Dilma Rousseff afirma que a petista cometeu crime de responsabilidade ao praticar as chamadas pedaladas fiscais e ao abrir créditos suplementares sem a aprovação do Congresso.

Mas, na prática, o que pode determinar o impeachment da mineira é a combinação entre sua *inabilidade política* e uma série de estratégias equivocadas para a economia.

A base esfacelada

Durante a votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados há menos de um mês, muitos parlamentares favoráveis ao fim do mandato da presidente aproveitaram o microfone do plenário para reclamar da *falta de traquejo político* que definiu os cinco anos e meio do governo

¹⁴⁴ Uol, 11/04/2016.

¹⁴⁵ Exame, 11/05/2015.

Dilma. As queixas não poderiam ser mais pertinentes.

As primeiras rachaduras na base de sustentação do mandato da presidente surgiram tão logo o governo ignorou a ideia de que a *governabilidade* no presidencialismo de coalizão pressupõe compartilhamento – de fato – do poder.

“Os aliados foram tratados quase que como meros *serviçais*. O partido foi incapaz de tratá-los como parceiros”, afirma Luiz Felipe D’Ávila, presidente do Centro de Liderança Pública (CLP).

Nessa matéria é possível perceber que a “falta de traquejo político” atribuída à Dilma se deve por ela ser interpretada como uma pessoa que trata seus “parceiros” como “serviçais” e não “compartilha o poder”. Demonstra, assim, que o comportamento de Dilma não é considerado adequado, posto que deveria ser de compartilhamento e parceria.

Crítica similar foi tecida pela *Folha de São Paulo*¹⁴⁶ em 17 de abril de 2016, pouco antes da votação na Câmara Federal autorizar a abertura das investigações pelo Senado. Sob o título “Veja os ‘sete pecados na capital’ que levaram Dilma ao inferno político”, a matéria busca elencar “os erros que levaram à ruína política” de “Dilma” e “do PT de Lula”, por meio de uma analogia entre o governo Dilma e os sete pecados capitais definidos pelo papa Gregório Magno no século 6 d.C. O texto aponta a “soberba” como o principal dos “sete pecados” cometidos por Dilma. Nas palavras do autor: “acima de todos eles [dos sete pecados capitais] está a *soberba*, que permeia os demais. O *temperamento difícil* e a *falta de urbanidade política* de Dilma cobraram um preço alto ao fim”:

A falta de *tato político* e o *temperamento irascível* de Dilma fazem parte do folclore de Brasília. Mas o que era quase anedótico virou centro de quase todas as *reclamações de aliados, agora tornado inimigos*. Além disso, práticas de governo acabaram

¹⁴⁶ Folha de São Paulo, 17/04/2016.

contaminadas pelo *mau humor* da chefe, com subordinados agindo de forma burocrática por medo de *brincas*. A *soberba* nas relações com aqueles que deviam apoiá-la levou Dilma a um *isolamento fatal*, tendo de ser socorrida no último momento e sem eficácia certa por Lula.

No trecho acima, é possível perceber que a matéria atribui à “soberba” de Dilma, caracterizada pela “fata de tato político” e “temperamento irascível”, a causa de seu “isolamento” político, o que foi “fatal” para o seu governo, levando-a ao processo de *impeachment*. Esse trecho pode ser interpretado como uma ideia de que Dilma pensa que possui poderes supremos e agindo com raiva e irritação destrata deputados que deveriam ser tratados como aliados, ou seja, seus iguais. Mais uma vez é defesa de que Dilma deveria ter se comportado de forma conciliadora e menos agressiva, características femininas, ao invés de agir de forma hierárquica e combativa, características masculinas e concernentes ao jogo político.

Esses discursos continuaram a ser reproduzidos por senadores e agentes da mídia durante as investigações sobre os crimes de responsabilidade pelo Senado. A matéria publicada pela *Época*¹⁴⁷ em 12 de maio de 2016, no dia em que o Senado afastou Dilma da Presidência para iniciar as investigações sobre os crimes de responsabilidade, é um exemplo. O título e o subtítulo da matéria são significativos, pois atribuem à Dilma toda responsabilidade pelo seu afastamento da Presidência: “O autogolpe de uma presidente: Dilma Rousseff governou *sozinha*, errou *sozinha* e criou as condições políticas para ser derrubada – *sozinha*”. A matéria, ainda, que se propõe a descrever o “nexo causal” que levou Dilma ao afastamento pelo Senado, coloca como a principal causa o “jeito como Dilma fez política”: estabelecendo a “guerra”, fazendo “inimigos”, em um “monólogo autoritário” e “sem ouvir” outras pessoas que buscavam alertá-la. Segue um trecho da matéria:

[...]. Salvo lampejos de lucidez política, [Dilma] agiu desde o começo do primeiro mandato erraticamente, sem clara noção

¹⁴⁷ *Época*, 12/05/2016b.

dos *inimigos* que fazia e dos aliados que *perdia*. Usava a força quando ardis eram necessários e ardis quando a força deveria se impor. Esperava lealdade política de todos, mas só entregava a sua a ministros próximos - e somente aqueles do PT. Mesmo assim, poucos aguentaram até o fim. Eram *destratados* e *ignorados*, vítimas de uma presidente que, embora pudesse ser capaz de gestos esporádicos de *carinho* e *atenção*, optava constantemente pelo *esporro* como método de comunicação política. Lealdade, a mais valiosa das moedas em Brasília, sem a qual nenhum político triunfa, não existe sem *diálogo* e cumprimento de acordos. A Presidência de Dilma, um *monólogo autoritário* para a maioria dos que trabalharam diretamente com ela, e, sem dúvida, para quase todo o Congresso, não permitia demonstrações de lealdade. Somente gestos vazios e promessas vãs, renovadas inutilmente a cada crise.

A matéria defende que as pessoas que trabalharam com Dilma foram “vítimas” por serem “destratados” e “ignorados” pela presidenta, conceitos colocados em oposição ao “carinho” e à “atenção”. Essa dicotomia pode ser interpretada como uma expectativa de que Dilma, enquanto presidenta, seja “carinhosa” e dê “atenção” às pessoas que trabalham com ela, que entre eles encontram-se ministros e deputados. Outra dicotomia ainda é utilizada, quando o autor defende que Dilma estabelece um “monólogo autoritário”, quando deveria construir o “diálogo”.

Poucos dias antes da destituição de Dilma pelo Senado, dois senadores falaram sobre o perfil de Dilma, defendendo sua saída da Presidência porque Dilma é autoritária e arrogante. No dia 9 de agosto de 2016, *Senado Notícias*¹⁴⁸ publicou a matéria intitulada: “Eduardo Lopez diz que governo Dilma era autoritário”, na qual o senador afirma que Dilma possui um “jeito autoritário” e “sem ouvir mais ninguém”:

¹⁴⁸ Senado Notícias, 09/08/2016b.

O senador acrescentou que, por seu partido ter ocupado cargos em ministério do governo anterior, pôde testemunhar de perto o “*jeito autoritário*” de Dilma governar. Segundo ele, a única preocupação da presidente afastada era com as pesquisas de opinião, *sem ouvir mais ninguém*.

— O eventual retorno da presidente não marcará o fim, mas o começo de uma crise com efeitos mais nefastos ainda. Por isso, digo não à ingovernabilidade e digo sim à continuidade do impeachment da senhora presidente da República — declarou.

Outro senador que afirmou que Dilma é arrogante foi o Magno Malta (PR-ES) em matéria publicada no dia 18 de agosto de 2016 pelo *Jornal Livre*¹⁴⁹ intitulada “Magno Malta lacra e diz que Dilma é “arrogante, analfabeta e nojenta”. A notícia possui um *link* que leva ao vídeo do senador Magno Malta (PR-ES) compartilhado por ele via internet em que fala “vamos devolver para Porto Alegre a presidenta inocenta, arrogante, analfabeta e em alguns momentos nojenta”. Nessa fala do senador Magno Malta ele utiliza uma referência ao termo presidenta para chamar Dilma de “arrogante” e ao mesmo tempo “analfabeta”. Isso se deve ao fato de que o termo “presidenta” foi considerado pela maioria dos políticos e agentes da mídia como inadequado e inexistente no vocabulário brasileiro, o que demonstraria que Dilma é “analfabeta”. Entretanto, é preciso salientar que o termo “presidenta” existe no dicionário. Mas a fala do senador revela novamente o uso do adjetivo “arrogante” para definir a personalidade de Dilma, buscando defender que a presidenta não dialogava com o Congresso. Aliás, esse foi o argumento utilizado pela própria sentença do *impeachment*:

O Senado Federal entendeu que a Senhora Presidente da República DILMA VANA ROUSSEFF cometeu os crimes de responsabilidade consistentes em contratar operações de crédito com instituição financeira controlada pela União e editar

¹⁴⁹ Jornal Livre, 18/08/2016.

decretos de crédito suplementar *sem* autorização do Congresso nacional [...] ¹⁵⁰.

Para finalizar os exemplos, é importante descrever o artigo publicado pelo *blog da Cristiana Lôbo*¹⁵¹ em 31 de agosto de 2016, dia em que Dilma foi destituída da presidência. Sob o título “Pouco diálogo e falta de habilidade política: as marcas do governo Dilma”, Lobo busca elencar as origens que levaram Dilma ao *impeachment* de seu mandato, apontando como as principais causas o fato de Dilma ser “autoritária” e “centralizadora”, possuir um “temperamento difícil”, ter “pouca capacidade para ouvir opiniões”, não “conversar” e não “ceder”, todas características que a levaram a “perder aliados”, se “isolar” e “transformar ex-auxiliares em adversários”. Segue um trecho da matéria:

“Vai ser assim porque eu quero. E não será do outro jeito porque eu não quero.” Esta é uma frase atribuída a Dilma Rousseff por vários de seus assessores e que justifica o *isolamento* a que ela chegou depois de cinco anos e meio de mandato.

Centralizadora, autoritária, com temperamento difícil e pouca capacidade de ouvir opiniões, ela foi *perdendo aliados* e chega ao final do processo de *impeachment* com poucos votos no Senado. Perdeu. E mandou o PT para a oposição depois de 13 anos e meio no poder.

[...]. Dilma se recusava até mesmo a *conversar*. *Ceder*, então, nem pensar...

Com esse estilo, ela começou a *coleccionar desafetos* e a *transformar ex-auxiliares em adversários*. Basta observar que ao redor de Temer existem três ex-assessores de Dilma: Eliseu Padilha, Moreira Franco e Geddel Vieira Lima. Eles ocuparam cargos no governo Dilma, saíram e passaram a articular contra ela.

¹⁵⁰ Senado Federal, 31/08/2016, p. 6.

¹⁵¹ Blog da Cristiana Lôbo, 31/08/2016.

[...]

Para petistas importantes, qualquer outro presidente conseguiria reverter a situação. Mas isso não acontece com Dilma por causa do *temperamento* dela, da forma como faz política. Um exemplo é que seis ex-ministros ficaram contra ela no plenário do Senado. Cada um tem uma queixa a fazer da ex-chefe. “Oitenta e cinco por cento deste processo é por causa dela”, afirma outro petista.

A partir dos discursos expostos anteriormente, é possível elaborar duas análises que estão inter-relacionadas e se repetem nas matérias descritas. Em primeiro lugar, os artigos revelam o grande incômodo de deputados, senadores e agentes da mídia com aspectos da personalidade de Dilma atribuídos por eles. Nessa ótica, a presidenta seria, então, uma mulher autoritária, arrogante, soberba e irascível. Como já descrito aqui, segundo Jane Freedman (1997), essa é uma crítica recorrente contra as mulheres políticas que demonstram comando, agressividade, combatividade e controle. De acordo com a autora, essas características são aspectos desejáveis em um político, mas quando se trata de mulheres, elas ganham uma descrição pejorativa, isso porque os padrões esperados para a feminilidade são os de conciliação, colaboração e amabilidade. Não por um acaso, as reivindicações desses atores versaram em pedidos de que Dilma deveria ouvir a opinião deles, dialogar mais e ceder mais. É a máxima escrita por Jane Freedman (1997, p.163): “La culture politique masculine ne peut pas comprendre les femmes que possèdent de l'autorité, du pouvoir”. Com isso, acredito que a crítica de que Dilma é arrogante e autoritária é fundada pela dificuldade desses agentes em reconhecer o poder de comando de Dilma, uma mulher na Presidência.

Em segundo lugar, deputados, senadores e agentes da mídia afirmaram que o autoritarismo de Dilma demonstrava uma falta de habilidade política, resultando em seu isolamento político, perda de apoio no Congresso e a conquista de inimigos, o que a levou à destituição. Esse discurso também foi encontrado por Jane Freedman sobre as mulheres políticas da Inglaterra e da França. Segundo a autora “cette combativité est souvent perçue comme

pouvant avoir conséquence un manque de diplomatie” (Freedman, 1997, p. 178). Isto é, as mulheres políticas combativas são percebidas como pessoas que não sabem dialogar com os demais políticos, posto que, na opinião de seus colegas, a combatividade das mulheres é percebida como discussão e desentendimento. Nesse caso, o que também opera é a ideia de que as mulheres devem ser menos combativas, mais conciliadoras, menos agressivas na busca por defender seus interesses. Mas como escreveu Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2011, p. 103), essas características de amabilidade dificultam para as mulheres, como para qualquer político, conquistar maior poder nesse espaço.

4.2.3 De autoritária à louca

Durante o processo de *impeachment*, outra imagem de Dilma Rousseff que passou a ser construída foi a de mulher louca. Essa imagem foi produzida a partir de argumentos distintos¹⁵², sendo que o principal deles partiu do desempenho da autoridade de Dilma no exercício de sua função presidencial no comando de funcionários do Governo Federal. Como descrito anteriormente, a autoridade de Rousseff, e das mulheres políticas em geral, não era reconhecida no exercício de seu mandato. Ao contrário, a busca por exercer esse requisito de sua função de dirigente do país a levou a ser interpretada, bem como ocorre com outras políticas, como uma mulher autoritária. No tópico anterior, descrevi que ser “autoritária” era produzir políticas sem “dialogar” e levar em consideração as demandas e vontades dos congressistas, do Poder Legislativo e da base aliada ao Governo. Nesse tópico, descreverei como essa outra imagem de autoritária de Dilma foi construída a partir do desempenho de sua gestão nos Palácios do Planalto e do Alvorada e buscarei demonstrar que essa imagem de autoritária foi convertida em outra: a de mulher louca.

¹⁵² Há outro argumento que, infelizmente, devido aos limites dessa dissertação, não abordarei, mas que contribuiu para construir a imagem de Dilma como louca: sua prática esportiva diária, pedalar. A partir de março de 2016 foram publicadas várias reportagens que associavam a prática esportiva de Dilma com a sugestão de que a presidenta se encontrava fora da realidade (Revista IstoÉ, 01/04/2016. Estadão, 27/06/2015. Correio Braziliense, 04/03/2016. G1, 17/03/2016. Blasting Neews, 14/05/2016. Folha Centro-Sul, 27/03/2016).

A administração do Poder Executivo, para além do planejamento e execução das políticas públicas, é composta por atividades de gestão muito parecidas com as vividas por uma presidenta de uma grande companhia. Lidar com assistentes, secretários, assessores, diretores, cerimonial, motoristas e ministros faz parte do trabalho de uma Presidenta da República. E foram nesses relacionamentos que Dilma foi tachada novamente de autoritária, tendo sua atividade de comando descrita a partir de conceitos pejorativos, como “gritos”, “explosões”, “mau humor”, “reclamações” e “repreensão”, como demonstrarei a seguir. Para iniciar a descrição dessa imagem de Dilma, segue na íntegra a matéria publicada pelo *Blog do Noblat*¹⁵³, em 08 de setembro de 2015: “O emprego mais arriscado da República”, de autoria de Ricardo Noblat.

Sabe qual é o emprego mais perigoso de Brasília?

Qualquer um que obrigue seu ocupante a conviver diretamente com a presidente Dilma Rousseff. E com uma frequência temerária.

Veja o caso de Francisco Chagas, uma espécie de administrador do Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República. É o encarregado de serviços por lá.

Chagas suporta o *mau humor* de Dilma desde que ela se elegeu pela primeira vez. Já passou por tudo.

Do caso de uma ema que bicou o cachorro de Dilma até a gripe contraída recentemente pela mãe da presidente.

Dilma culpou Chagas pela gripe. *Gritou* com ele. *Reclamou* do sistema de ar refrigerado do palácio.

¹⁵³ Blog do Noblat, 08/09/15.

Chagas enfartou há quase 30 dias. Está de licença médica.

Veja o caso de Renato Mosca, chefe do cerimonial do Palácio do Planalto. Está de licença médica há 3 meses. Teve um acidente vascular cerebral. Ganhou cinco pontes de safena.

Segundo os amigos, uma ponte por cada ano trabalhado ao lado de Dilma, que antes de ser presidente foi chefe da Casa Civil.

Mosca sempre foi um dos *sacos preferidos de pancada de Dilma*. Pagou por isso.

O interino de Mosca é o diplomata Fernando Igreja. Que outro dia foi *repreendido duramente* por Dilma diante de um monte de gente no Palácio do Planalto.

Igreja cometeu a tolice de tentar barrar a passagem de Dilma para que antes dela passassem atletas paraolímpicos reunidos em um dos salões do Planalto.

Há pouco mais de um ano e meio, Dilma não gostou da arrumação de seus vestidos. E, numa *explosão de cólera*, jogou cabides em Jane, uma das camareiras do Alvorada. Que, sem se intimidar, jogou cabides nela.

O episódio conhecido dentro do governo como ‘a guerra dos cabides’ custou o emprego a Jane. Menos mal que não lhe tenha custado também a saúde.

Essa imagem de Dilma se difundiu de tal maneira que mesmo em reportagens que buscaram tratar da trajetória dela, como é o caso do perfil produzido pela *Reuters*¹⁵⁴ em 12 de maio

¹⁵⁴ Reuters, 12/05/2016.

de 2016, constam menções às desavenças nas relações profissionais da presidenta.

Suas *explosões* costumavam ser famosas e democráticas: do garçom ao ministro. Ainda em seu primeiro mandato, pelo menos um terço dos titulares do ministério nunca havia despachado com a presidente - em alguns casos, se tinha afinidade com o secretário-executivo, normalmente um técnico, Dilma *atropelava* o ministro e chamava diretamente seu segundo para reuniões. Os *preteridos*, no entanto, nem sempre lamentavam.

As histórias de episódios como esses se tornaram lugar comum em artigos sobre Dilma, descrita como uma pessoa que “trata mal” seus funcionários. Em outra matéria, esta publicada pelo *Diário do Poder*¹⁵⁵ em 10 de abril de 2016, constam mais acusações dirigidas à Dilma. A reportagem descreve o que chama de “grosserias” de Dilma com trabalhadores do Planalto e do Alvorada.

Tratando mal quem a cerca, Dilma firmou má reputação por casos como o da ex-ajudante de ordens que abandonou o serviço no meio do dia, cansada de *grosserias*, e do médico da Presidência que virou paciente por estresse. Ou quando, *brandindo um cabide*, investiu contra uma pobre camareira, que deve estar correndo até hoje.

Essa imagem de Dilma, como uma mulher que grita, trata mal e distribui grosserias no dia-a-dia de sua gestão, continuou a se difundir mesmo após encerrado o processo de *impeachment*. No dia 17 de setembro de 2016, por exemplo, dezesseis dias após a destituição de Dilma da Presidência, a *Folha de São Paulo*¹⁵⁶ publicou: “PT faz ginástica para acomodar ex-presidente Dilma Rousseff”. A reportagem descreve que o presidente do PT, Rui Falcão, sugeriu que Dilma assumisse a presidência da Fundação Perseu Abramo, instituição de pesquisa do PT. Entretanto, segundo

¹⁵⁵ Diário do Poder, 10/04/2016.

¹⁵⁶ Folha de São Paulo, 17/09/2016.

a matéria, essa ideia não foi bem aceita por alguns membros do partido: “[...]. A reação negativa foi imediata. Dirigentes afirmaram que a petista seria *funcionária do partido* e não poderia ter o *mesmo temperamento do Planalto*”. O esforço em frisar o lugar exigido para Rousseff, como “funcionária do partido”, revela o lugar que esperam que ela ocupe, aquele em se obedece às ordens de uma pessoa ou grupo que detém o papel de decidir. Essa matéria teve 3,9 mil compartilhamentos e 45 comentários, muitos criticando a postura de Dilma. Entre esses, o mais curtido foi o do assinante Marcos Serra, que obteve 13 curtidas.

Marcos Serra: E ponham ginástica nisso. A questão não se resume a divergências políticas. O problema é o que fazer com *uma pessoa de caráter agressivo, prepotente, egocêntrico* e com mínima (quase zero) capacidade gerencial e técnica. Os "cumpanherus", mesmo a contragosto, terão que admitir a veracidade do emprego do termo "poste", que agora foi fincado não no poder, mas na calçada do seu partido. Estivesse candidatando-se a emprego em qualquer empresa privada, iria esperar eternamente na fila.

A matéria da *Folha* foi ainda reproduzida por diversos outros veículos de comunicação de menor alcance¹⁵⁷, sendo que alguns mudaram o conteúdo do texto, como foi o caso do *Blog do Josias*¹⁵⁸, que no mesmo dia 17 de setembro de 2016 publicou um texto sob o título “Petistas tratam Dilma como uma tia excêntrica”.

[...]. Até o *temperamento irascível* da ex-presidente foi listado entre os empecilhos para sua contratação [para presidência da Fundação Perseu Abramo].

É como se os petistas tivessem medo de atrair Dilma para um convívio mais próximo com sua *família política*. Admitem tolerá-la, por polidez protocolar — mais ou menos como toda *família faz com uma tia*

¹⁵⁷ Blog do Magno, 17/09/2016. Paraiba, 17/09/2016. Brasil Soberano e Livre, 17/09/2016. Blog de Benone Leão, 17/09/2016.

¹⁵⁸ Blog do Josias, 17/09/2016.

excêntrica. Mas orientam Falcão a não encorajá-la a exhibir no partido os dotes gerenciais que escandalizaram o Brasil.

A analogia da posição profissional de Dilma com a posição das mulheres na família revela mais uma vez o lugar esperado para Dilma na política. Essas analogias são recorrentes quando se trata de mulheres na política. Kathya Araujo identificou em sua pesquisa sobre Michelle Bachelet que o modelo familiar e os códigos dessa instituição são utilizados para traduzir a função das mulheres na política (Araujo, 2007, p. 10). Um dos problemas gerados por essa analogia é que o papel das mulheres na família está abaixo do poder dos homens, como foi identificado por Jane Freedman, quando uma de suas interlocutoras, Beatrix Campbell, disse:

Les femmes du parti s'occupent des hommes qui eux possèdent le pouvoir, ce qui fait que les femmes sont les mères, ou les épouses, ou les maîtresses du parti. Toutes ces catégories sont investies de pouvoir - le pouvoir de donner de la vie, de la nourrir, de garder un secret - mais ne confèrent aucun pouvoir social. Le pouvoir des femmes dans le parti s'associe aux qualités féminines de sacrifice, des qualités qui soutiennent le pouvoir des autres (Freedman, 1997, p. 141)

O discurso de que as mulheres políticas deveriam sustentar o poder dos homens políticos revela a dificuldade que essas mulheres enfrentam para fazer valer seu direito à autoridade, constitucionalmente assegurado. E como já descrito no tópico anterior, quando elas desempenham autoridade são vistas como agressivas. Sobre essa matéria, é importante, ainda, reproduzir um dos comentários presentes no artigo publicado no *Blog do Josias*¹⁵⁹, que reafirma a interpretação de que Dilma é autoritária e também já aponta para acusações de loucura, demonstrando que essa é uma opinião que ultrapassa os agentes das mídias:

Alcides Tahl “[...]. Essa *desvairada* distribuiu pão amanhecido para os seus

¹⁵⁹ Blog do Josias, 17/09/2016.

apaniguados e transformou o país em um circo quebrado. É uma trapalhona cuja estultice só é superada pela sua própria *soberba!*” (09/2016)

Na maior parte das matérias analisadas as acusações de que Dilma era “louca” não foram tecidas diretamente. Essa acusação só ganhou ampla difusão e foi dita abertamente a partir de uma matéria específica. No dia 1º de abril de 2016, quando a Revista *IstoÉ*¹⁶⁰ publicou a reportagem intitulada “Uma presidente fora de si”, a imagem de Dilma como “louca” passou a ser amplamente divulgada e debatida no espaço público, transformando-se em uma nova imagem de Dilma, a de “louca”. A reportagem, que virou a capa da revista daquela semana, foi publicada dezesseis dias antes da votação na Câmara Federal que autorizou o início das investigações pelo Senado. A matéria defendeu que Dilma estava “fora de si” e por isso não possuía mais capacidade para presidir o país. Por meio de relatos de pessoas próximas à Dilma no Planalto, sem revelar o nome dos informantes, a reportagem descreve que Dilma tinha “surtos”, durante os quais tratava seus subordinados de forma “agressiva”. A reportagem usa conceitos como “explosões nervosas”, “destempero”, “descompostura”, “irascível”, “agressiva”, “desvarios”, “desespero”, “temperamental”, “insultos”, “ameaças”, “despautério”, “retórica cretina”, “militante travestida de presidente” e “ensandecida” para qualificar as ações de Dilma. Segue abaixo um trecho da matéria:

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República *dominada por sucessivas explosões nervosas*, quando, além de *destempero*, exhibe total *desconexão com a realidade* do País.

[...]

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa

¹⁶⁰ Revista IstoÉ, 01/04/2016.

ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente *desmantelou-se emocionalmente*. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. A autoridade se esvai quando seu exercício exige *exacerbar no tom, com gritos, berros e ofensas*.

[...]

Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar.

A partir da leitura dessa matéria, bem como das anteriores e dos seus comentários, é possível perceber que a recorrente construção da imagem de Dilma como uma mulher que “grita” com seus subordinados funda a defesa de que a presidenta está em “surto”, “desmantelou-se emocionalmente”, “perdeu as estribeiras” e o “equilíbrio”, ou seja: “A presidente saiu de si”. Jane Freedman (1997, p. 178) encontrou análise similar em seu trabalho sobre as mulheres na política, defendendo que “la combativité chez des femmes politiques se trouve transformée dans les représentation journalistiques en un défaut de contrôle, une absence de logique, de raisonnement”. Essa análise de Freedman parte de algumas matérias encontradas por ela em sua pesquisa, sendo que uma delas é muito similar às acusações conferidas a Dilma pela revista *IstoÉ*. A matéria é sobre Simone Veil, política francesa que foi Presidente do Parlamento Europeu (1979-1982), na qual é representada como uma mulher que fica com “raiva” quando não obtém o que quer. É de destacar que essa matéria também foi publicada nas vésperas de uma votação importante, as eleições europeias em 1984. Sobre Simone Veil, a reportagem diz:

Ses colères sont fréquentes et légendaires. Rares sont ses collaborateurs qui n'en ont jamais fait les frais. En 1978, obligée d'attendre une voiture officielle pour rentrer

précipitamment à Paris, on l'a vue trépigner de range sur le trottoir. Quand l'émotion la submerge, il lui arrive, la fatigue aidant, de perdre son contrôle: son autorité se trouvant ainsi menacée; elle pique une colère, pour en quelque sorte rétablir l'équilibre (...) Cette femme est un bloc de passion, dit l'un de ses amis. Elle aime ou elle n'aime pas. Et dans ce dernier cas - qui n'est pas le moins fréquent -, elle peut devenir très dure, lançant ses traits là où elle sait qu'ils feront le plus mal. (Freedman, 1997, p. 177).

Tomo a liberdade de incluir aqui a íntegra da análise de Freedman sobre essa representação da parlamentar francesa Simone Veil, na qual encontrei as bases teóricas para pensar a imagem de loucura construída para Rousseff.

Des colères, une femme lutteuse, passionnée, qui se laisse guider par ses sentiment et non par la raison. L'impression nous est laissée que Simone Veil ne contrôle pas ses émotions. Elle est une battante, mais elle lutte d'une façon "féminine". En d'autres termes, elle est loin des arguments, des discussions raisonnables des hommes; elle appartient à la sphère féminine de la nature, de la passion. [...]. La vieille division établie par Aristote qui range les femmes du côté de la nature et les hommes du côté de la raison s'opère toujours. Cette féminité "nature" peut être une féminité douce et tendre, une féminité maternelle. Mais cet aspect "naturele" du caractère féminin peut aussi se traduire par une sauvagerie, des colère inspirées par une émotion non-contrôlée. Le masculin, par contre, implique le contrôle, la maîtrise de soi. Les hommes sont logiques; ils peuvent débattre sur un point dans des termes raisonnables, sans que leurs émotion s'en mêlent. (Freedman, 1997, p. 178).

Como escrito por Freedman, desde Aristóteles o conceito de “razão” foi fundado a partir da sua oposição ao conceito de

“natureza” e para preenchê-los de significados foi importado preceitos de gênero. Joan Scott (1995) em seu trabalho defendeu que a diferenciação é utilizada para atribuir significado (no caso aqui a diferença entre razão e natureza) e a diferença sexual (masculino e feminino) é a forma primária de atribuir significado à diferenciação. Os fenômenos sociais são, assim, significados a partir de sentidos emprestados do dimorfismo sexual. Nas palavras da autora: “Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (Scott, 1995, p. 88). Por isso, quando Dilma e outras mulheres são chamadas de loucas, raivosas ou descontroladas, essa acusação guarda em sua base a crença de que as ações das mulheres estão no campo da emoção, da natureza, do incontrolável e da loucura.

Assim, o principal fundamento que embasou a imagem de louca adveio da ideia que Dilma é arrogante e autoritária e, por isso, grita, ofende, ameaça, berra, reprime, insulta, vocifera e é agressiva. Apesar de a imagem de Dilma como autoritária em sua gestão ter sido recorrente desde que era Ministra do Governo Lula, como bem escreveu a *IstoÉ* na frase “A maneira *temperamental* de lidar com as situações não é nova”, apenas durante o processo de *impeachment* que essa imagem se converteu na ideia de loucura e se difundiu amplamente. Em outras palavras: apenas quando o *impeachment* precisou ser fundamentado que as ações de Dilma foram classificadas como uma prova de loucura.

Situação parecida viveu a ex-Primeira-Ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher. No decorrer dos dez anos que se manteve no cargo, Thatcher assumiu uma postura de comando considerada masculina: dominadora, dura e forte, características que a levaram a ser considerada “le meilleur homme de son cabinet”, segundo Jane Freedman (1997, p. 220). Entretanto, quando Thatcher começa a perder seu poder, essas mesmas representações que a levaram a obter sucesso na política são usadas para retirá-la do comando. Com isso, sua representação passa de “a Dama de Ferro” para “a Dama louca”, como identificou Jane Freedman (1997, p. 220-221):

Mme Thatcher était une femme qui adoptait des comportements masculins, qui occupait des un poste d’homme, et c’est cet aspect qui se trouve mis en relief par les représentations journalistiques. [...]. Mais à

la fin de sa carrière, ces représentations se sont retournées contre elle. Et elle s'est retrouvée surnommée non pas « la Dama de fer », mais « la Dame démente ».

Aqui é importante recordar que Dilma foi eleita a partir da construção da imagem de uma “gestora competente”, o que significava ter atributos e comportamentos masculinos, como mandar e ter autoridade. Essa análise pode ser encontrada no trabalho de Leila Barbara e Maria Carmen Aires Gomes (2010). Após trazerem diversos exemplos, as autoras defendem:

O cenário de Dilma Rousseff-ministra é o público: local onde a razão, o cálculo e a técnica dominam as condutas e não àquele da mulher que vive à sombra do outro, conforme o modelo binário conservador. Constitui-se aqui antes um discurso de controle, comando, do que solidariedade e compaixão. Talvez porque a prática política seja um espaço de tomada de decisões de poder e de decisão política que exija a princípio assertividades, competições e negociações/alianças, ou pela própria herança de Dilma-militante. (Barbara e Gomes, 2010, p. 81).

Entretanto, quando foi necessário retirar Rousseff do poder, as características de comando e controle foram ressaltadas para defender sua loucura e sua incapacidade de estar no comando do país. Portanto, a busca de Dilma por exercer a autoridade de seu cargo a levou a ser interpretada como uma louca, posto que uma mulher que grita e manda é percebida como uma mulher fora de controle, fora de sua razão. No próximo tópico, buscarei descrever como o poder de autoridade para falar dos assuntos públicos foi atribuído, durante o processo de *impeachment*, ao ex-presidente Lula.

4.3 O argumento da “incompetência”

Neste tópico, buscarei descrever como a falta de reconhecimento da autoridade de Dilma para decidir as políticas do Estado está relacionada ao fato de que essa autoridade é

atribuída ao ex-presidente Lula, o que demonstra que a legitimidade no uso da autoridade na política é dos homens. Argumentarei também que a concepção de que Dilma dependia da autoridade de Lula para governar está relacionada à construção da imagem da presidenta como “incompetente”.

4.3.1 “Quem manda é o Lula”: a legitimidade masculina no uso da autoridade

Pretendo já ter demonstrado até aqui que a autoridade de Dilma no uso de sua função presidencial não era reconhecida; ao contrário, suas ações de autoridade foram interpretadas como uma expressão de autoritarismo ou de loucura. Interpretei essa impossibilidade de reconhecimento da autoridade de Dilma devido às expectativas de que a presidenta, por ser mulher, deveria se comportar dentro dos padrões esperados para o seu gênero, de conciliação, colaboração e amabilidade – todos fundados no papel maternal. Nesse sentido, caberia aos homens o papel de exercer autoridade. No presente tópico, é sobre essa crença do papel masculino de comando que tratarei, buscando demonstrar como o ex-presidente Lula foi colocado como a legítima figura de poder.

No dia 11 de outubro de 2015, o *Correio Braziliense*¹⁶¹ publicou uma entrevista com a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), na qual ela conta que saiu do PT quando soube que Dilma Rousseff seria novamente a candidata presidencial do partido, nas eleições de 2014. Sua saída ocorreu porque Suplicy acreditava que Dilma ia transformar o Brasil em “uma Argentina”, o que só poderia ser mudado se Rousseff se aproximasse de Lula e “ouvisse mais” os seus conselhos. Entretanto, o melhor mesmo seria se Lula fosse o candidato presidencial. Nas palavras de Suplicy:

No fim de 2013, era ministra e percebi que a situação estava indo muito mal, principalmente a situação econômica, as trapalhadas. Comecei a achar que teria que ter algo diferente, talvez a Dilma fosse *ouvir mais o Lula ou se aproximar mais*. Poderia ter uma mudança de rumo e de governo, e até de candidato. Comecei a conversar com Lula e perguntei o que ele sentia, o que estava pensando. Foi quando

¹⁶¹ Correio Braziliense, 11/10/2015.

ele disse que ela era muito difícil, que não escutava, que o Brasil estava indo para o mau caminho.

Nesse momento, os repórteres perguntam se Lula “falava abertamente” sobre isso, demonstrando interesse pela opinião do ex-presidente. Em resposta, Suplicy diz:

Abertamente para mim, mas também para outras pessoas que o procurassem, não era segredo. E aquilo começou a vazar. Eu continuei a ter essas conversas. Um dia, em janeiro de 2014, falei com ele: “Presidente, a situação está muito ruim e a gente tem que ter atitude”. Aí ele falou: “Realmente, está ruim, os empresários estão se desgarrando, está uma situação difícil. *E ela [Dilma] continua sem dar a menor trela*”. Aí, falei: “Se você quiser, organizo um jantar com o PIB paulista, o PIB brasileiro, em casa, absolutamente discreto, sem imprensa”. E foi discreto mesmo. O Lula nunca falou na minha frente que era candidato. Agora, ele batia nela e dizia que a política estava errada. E os empresários falavam e ele dizia: “É isso mesmo”. Quando acabava, ele falava mal do Mercadante [Ministro-Chefe da Casa Civil] e todo mundo saía e dizia: “Que bom, ele vai ser candidato”.

Lula foi o principal ator colocado como “conselheiro” de Dilma, ou mais precisamente: Lula é designado como aquela pessoa que Dilma deveria ouvir, escutar e seguir seus conselhos. A ideia de que “quem manda é o Lula” ou “quem deveria mandar é o Lula” foi amplamente difundida em diferentes espaços e reproduzida nas matérias analisadas. No dia 12 de maio de 2016, por exemplo, a revista *Época*¹⁶², publicou a matéria intitulada “Meirelles, o ministro de Temer que Lula quis para Dilma”, que trata da nomeação de Henrique Meirelles como Ministro da Fazenda do Governo Temer. O destaque da reportagem é dado ao fato de que Lula já havia pedido à Dilma para nomear Meirelles

¹⁶² *Época*, 12/05/2016a.

para o mesmo Ministério, deixando a entender que esse era o caminho mais adequado.

Há pouco mais de seis meses, Henrique Meirelles, hoje Ministro da Fazenda do Governo Temer, era o nome que Lula tentava impor ao governo de Dilma Rousseff como o único capaz de promover a reviravolta na economia que ajudaria a salvá-la do impeachment. [...]. O lobby não foi suficiente – Dilma não gostava de Meirelles.

Outras matérias seguem na mesma linha, como a do *Blog do Noblat*¹⁶³, publicada em 20 de março de 2015, sob o título “Dilma ouve, mas não leva em conta a maioria dos conselhos de Lula”, na qual consta a seguinte frase: “Ele [Lula] se queixa de que Dilma não ouve seus conselhos. Até que ouve. Mas pouco os segue”. Em outra matéria, essa publicada pela *Uol*¹⁶⁴, em 03 de julho de 2015, o título revela a busca por destacar a opinião de Lula “Veja 13 conselhos que Lula já deu para Dilma desde a reeleição”.

A recorrência do interesse de jornalistas sobre a opinião de Lula revela a credibilidade dada à opinião do ex-presidente quando é necessário criticar o governo Dilma. Uma matéria que demonstra isso é a publicada pela *Exame*¹⁶⁵ em 12 de maio de 2016. O texto todo é uma comparação nos modos de fazer política de Dilma e Lula, defendendo que as conquistas de Dilma vieram de Lula. Segundo a matéria, “Em 2010, Dilma Rousseff foi eleita presidente da República na onda formada pela enorme popularidade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a imagem de gestora competente”. Em matéria publicada pela *Folha de São Paulo*¹⁶⁶ em 16 de abril de 2016, na qual se faz uma retrospectiva do governo Dilma, um dos pontos importantes da matéria é a descrição de que as conquistas econômicas e políticas foram de Lula, mas Dilma as colheu. Nesse sentido, a matéria defende que conforme os anos do governo Dilma foram passando o desempenho econômico e político do país foi caindo. Segue trecho da matéria: “as críticas ao governo não demoraram a

¹⁶³ Blog do Noblat, 20/03/2015.

¹⁶⁴ Uol, 03/07/2015.

¹⁶⁵ Exame, 12/05/2016.

¹⁶⁶ Folha da São Paulo, 16/04/2016.

aparecer. Depois dos anos de bonança do governo Lula, quando a economia chegou a crescer 7,5%, o PIB não repetiu o mesmo desempenho”.

No dia 16 de março de 2016, *Terra*¹⁶⁷ publicou “Dilma, uma presidente emérita?”. A reportagem aponta que Dilma Rousseff, apesar de ser uma “criação” de Lula, ela “nem sempre seguiu as orientações do seu padrinho político”. Ela nomeou ministros que não eram lulistas, construindo uma “autonomia”, mas “desfazendo” seu governo, já que ela não possui “habilidade” para criar alianças políticas, nem seus ministros. A reportagem tece vários comentários sobre as divergências de opinião entre Dilma e Lula sobre os melhores nomes para os ministérios:

Lula chegou a se queixar em um encontro com religiosos que a sua sucessora ‘não ouvia seus conselhos’. ‘Dilma é uma criação de Lula, foi ele que a moldou, que a incentivou e que puxou os votos. No seu primeiro mandato, Dilma se comportou como tal, mas a partir da sua reeleição ele havia conquistado mais autonomia’, afirma o cientista político Ermani Carvalho.

Mas o auge de credibilidade e poder dado à Lula pode ser identificado quando ele foi nomeado por Dilma para Chefe da Casa Civil. Nessa mesma matéria do *Terra*, consta a análise de que com a entrada de Lula na Casa-Civil, Dilma perderá seu poder e virará “figura decorativa”, pois Lula decidirá o projeto do governo. Fala também sobre uma piada veiculada pela *Folha de São Paulo*, que conta que quando Dilma era ministra de Lula, ela ocupava um escritório no quarto andar, de onde ela recebia ligações de Lula, do terceiro andar, pedindo “ministra, desce!”. Agora, o diálogo será: “presidenta, sobe!”. Assim, a reportagem do *Terra*¹⁶⁸ defende que “é de se esperar que os holofotes se virem para o ex-presidente e mentor de Dilma”, de modo que “Lula deve concentrar todo o poder de interlocução”. Ou seja, “A chegada de Lula vai esvaziar o poder de Dilma”. Segue um trecho da reportagem:

Estilo centralizador deve sofrer abalo com a entrada de Lula no governo, marcando

¹⁶⁷ Terra, 16/03/2016.

¹⁶⁸ Terra, 16/03/2016.

uma nova etapa da perda de poder político da presidente. Para especialistas, ela pode virar figura exilada em sua própria administração.

[...]

“Na prática, ela impôs uma autotutela, correndo o risco de virar uma mera rainha da Inglaterra, uma figura decorativa”, afirma Carvalho.

Para encerrar as demonstrações sobre o assunto, cito ainda como último exemplo uma matéria publicada no dia 12 de outubro de 2016, pelo *Spotniks*¹⁶⁹, que defende que quando Lula foi indicado para a Casa-Civil, havia a ideia de que “um novo tempo surgiria e o ajuste fiscal tomaria seu rumo, com Lula no comando”. Essa matéria demonstra o otimismo com que alguns partidários do governo viam a entrada de Lula para o Governo Dilma, demonstrando mais uma vez a credibilidade da opinião do ex-presidente.

Nas matérias descritas é possível perceber a importância e, em alguns casos, a credibilidade dada pelos autores à opinião de Lula. A expectativa de que Dilma “deveria escutar Lula” se revela pelas recorrentes perguntas de jornalistas sobre a opinião do ex-presidente a respeito do Governo Dilma, bem como pelas constantes descrições de suas interpretações sobre a gestão de Dilma e até mesmo por suas concordâncias sobre como a gestão deveria ocorrer. Essa forma de relação entre Dilma e Lula estabelecida pelos agentes da mídia foi percebida por Michele Bete Petry (2013) quando analisou as “expressões gráficas de humor” sobre Dilma. Nesse trabalho, a autora identificou que uma das representações predominantes de Dilma ocorreu pela “relação de dependência e *autoridade* entre Dilma e Lula”. Isto é, “Dilma é percebida como dependente de Lula e, por extensão, como uma mulher que *depende* de um homem” (Petry, 2013, p. 107, grifo meu).

Essa relação de dependência e autoridade de Dilma para com Lula é muito similar às relações que as mulheres políticas geralmente são colocadas diante de seus maridos ou pais

¹⁶⁹ Spotniks, 12/10/2016.

(Freedman, 1997. Sgarbieri, 2003). É como se elas executassem suas atividades na política a partir da opinião e decisão dos homens que estão presentes em suas vidas. Um caso importante que elucida essa opinião ocorreu com Roseana Sarney quando era Governadora do Maranhão e pré-candidata à presidência. A pesquisa realizada por Astrid Sgarbieri (2003) traz a matéria da revista *Época* de 13 de março de 2000 em que, segundo a autora,

O texto enfatiza [...] a importância e o poder da família Sarney, quando pessoas entrevistadas afirmam: *Só sei onde mora o pai dela... Roseana toma café da manhã... recebe colaboradores, dá entrevistas e despacha os assuntos de Estado na mansão do pai.* Na sequência, o artigo ressalta a relação que Roseana mantém com o pai, embora a governadora afirme: *“quem manda no governo sou eu e não o meu pai ou meu marido”.* (Sgarbieri, 2003, p. 294-295).

Na pesquisa realizada por Jane Freedman (1997), a autora encontrou resultado semelhante. Destinando dois subtítulos de seu livro ao tema (“L’épouse” e “La fille”), a autora descreve que as opiniões das mulheres políticas são percebidas como resultado da opinião de seus maridos:

Nous trouvons [...] la notion que les opinions des femmes politiques dépendent dans une certaine mesure des opinions de leur mari. [...]. L'implication ici, c'est que les femmes ne peuvent pas élaborer seules des opinions politiques; elles ont besoin d'un mari pour les aider (Freedman, 1997, p. 160)

Como é possível ler nessa análise de Freedman, a concepção de que as mulheres políticas “dependem” da opinião de seus maridos para gerir seus governos guarda uma implicação: as mulheres não conseguem elaborar sozinhas suas opiniões políticas, elas precisam de um homem. Na falta de um marido para Dilma, Lula é colocado como o homem responsável por ela. Subestimar a capacidade de análise de Dilma nos assuntos que concernem ao Estado foi uma constante no processo de *impeachment*. Como pretendo já ter demonstrado até aqui, as inúmeras matérias

recolhidas demonstram a expectativa de que um homem, um partido, enfim uma instituição legítima, intervenha na gestão política de Dilma, principalmente quando esta parece não atender aos programas de um grupo político. O exemplo mais acabado dessa perspectiva no processo de *impeachment* veio de um apoiador do PT. No dia 8 de março de 2016, o *Calle2*¹⁷⁰ publicou uma entrevista com Frei Betto¹⁷¹, na qual ele afirma que, “O PT deveria fazer uma autocrítica e apresentar um novo projeto político. Por um lado, acho que *o partido deveria* ou *enquadrar a Dilma* ou dizer que não dá pra continuar o governo dela”. Mais à frente, o repórter pergunta: “O senhor já expressou essa sua opinião ao Lula?”, pergunta que novamente reafirma a importância da opinião de Lula, ou seja, de um homem. Em resposta, Frei Betto diz:

Disse em julho do ano passado, na última vez que conversamos. Ele também não estava satisfeito, porque o PT está em conflito com a Dilma Rousseff o tempo todo nos bastidores. *Ela não segue*. O partido também está muito perdido. Não tem nem a capacidade de dizer se os seus acusados da Operação Lava-Jato são culpados ou inocentes.

Calle2: Como sair dessa?

Frei Betto: Fazendo uma autocrítica e apresentando um projeto político novo que privilegie os mais pobres. Mas para fazer isso é preciso *enquadrar a presidente Dilma*.

Calle2: O que seria enquadrar a Dilma?

Frei Betto: Pôr na linha. Ela precisa estar em sintonia com o partido. A Dilma foi eleita com um programa do PT, não por

¹⁷⁰ Calle2, 08/03/2016.

¹⁷¹ Frei Betto é um frade dominicano e militante de movimentos pastorais e sociais. Foi um dos fundadores do PT, tendo atuado como assessor do ex-presidente Lula e coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero no governo Lula.

causa dos belos olhos dela. Ela teria que ter o mínimo de coerência com as propostas partidárias. Ou *ela está fazendo uma política que é da cabeça dela* ou o PT entregou a alma ao diabo. Um dos dois. Que eu saiba, o partido está incomodado com o ajuste fiscal, com a proposta da previdência, com o apoio no Senado à questão do pré-sal. *Enquadra a mulher!*

Essa entrevista é exemplar porque expressa claramente a relação entre os dois discursos sobre Dilma que quero demonstrar nesse tópico. O primeiro: Rousseff deve ser “enquadrada” e forçada a seguir a política escolhida por Lula e por parte dos dirigentes do PT. O segundo: Rousseff deve ser enquadrada porque não sabe o que está fazendo, ela precisa de alguém para encaminhá-la na gestão do Estado Brasileiro, ela sozinha não está conseguindo. Essa última tese é revelada na entrevista de Frei Betto pela ideia de que a política governamental de Dilma é produzida a partir “da cabeça dela”, o que demonstra uma compreensão de que a política de Dilma não condiz com nenhuma base lógica, opinião reafirmada pela ideia de que ela está “perdida”, como se não soubesse o que está fazendo. Mas por que as políticas de Lula não são consideradas como retiradas da “cabeça dele”? E mais: por que até mesmo as políticas das oposições são consideradas como algo estratégico para ampliação de seus poderes – tese revelada pela frase “ou o PT entregou a alma ao diabo” - enquanto que, para Dilma, sua política só pode ser um erro de avaliação? Enfim, o que parece ocorrer aqui é que as pessoas desacreditam na capacidade de Rousseff de governar.

Até aqui já descrevi alguns exemplos que demonstraram a recorrência desse discurso, como, por exemplo, quando Marta Suplicy disse¹⁷² que Dilma iria “transformar o Brasil em uma Argentina”. Entretanto, muitas outras matérias trouxeram a palavra “incompetência” para edificar uma imagem de Dilma. Aliás, essa foi uma das categorias que mais encontrei no levantamento do material empírico, como demonstrarei a seguir.

¹⁷² Correio Braziliense, 11/10/2015.

4.3.2 Definições para a “incompetência” de Dilma

O principal campo em que Dilma teve sua imagem construída como “incompetente” foi na gestão econômica. Inúmeras foram as reportagens que falaram sobre sua “incapacidade” de gerir economicamente o Estado Brasileiro. Em muitos casos, essas matérias anunciavam uma recessão econômica catastrófica, como foi o caso da publicada pela revista *Época*¹⁷³ em 04 de abril de 2016: “Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história”. A foto que ilustra a matéria é a da queima de café na década de 1930, o subtítulo diz que desde 1930 não havia recuo do Produto Interno Bruto (PIB) por dois anos consecutivos e que as consequências serão vividas por muito tempo. Para os economistas entrevistados na matéria, a crise foi gerada no Brasil por uma política econômica do Governo “desastrosa” e “arrogante”.

Vários outros agentes da mídia defenderam que a crise econômica foi gerada pela gestão de Dilma, trazendo a palavra “incompetência” para qualificá-la. No dia 8 de março de 2015, O *Blog do Rodrigo Constantino*¹⁷⁴ fez uma análise do pronunciamento de Dilma no Dia Internacional das Mulheres, no qual ela anunciou o ajuste fiscal. Ele defendeu: “Dilma ainda prefere culpar os astros pelos problemas que sua *incompetência* produziu”. A ideia que Dilma produziu a crise econômica também foi defendida pela *Gazeta do Povo*¹⁷⁵, em matéria publicada em 04 de dezembro de 2015, sob o título: “A crise é do governo Dilma e foi ampliada pela *incompetência*”. Outra matéria foi a publicada pela *Exame*¹⁷⁶ em 23 de abril de 2017 sob o título “Gestão Dilma foi pior que Lava Jato, diz Gianetti”. É uma entrevista com o economista Eduardo Gianetti da Fonseca, na qual ele afirma que a crise econômica não foi resultado da operação Lava Jato, mas da “incompetência” de Dilma. A reportagem escreve que, “Segundo ele [Eduardo Gianetti da Fonseca], a má condução do governo Dilma Rousseff, com políticas equivocadas, colocou o Brasil nesta profunda crise, gerando a alta taxa de desemprego”. Nas palavras de Fonseca: “o custo econômico da *incompetência* do governo

¹⁷³ *Época*, 04/04/2016.

¹⁷⁴ *Blog do Rodrigo Constantino*, 08/03/2015.

¹⁷⁵ *Gazeta do Povo*, 04/12/2015.

¹⁷⁶ *Exame*, 23/04/2017.

Dilma é muito maior do que toda a corrupção brasileira”. E mais a frente, ele fala: “Dilma gerou uma nova década perdida”.

Essas avaliações se difundiram alcançando mesmo os analistas da economia brasileira, membros legítimos para falar sobre o tema. Em 3 de janeiro de 2016, o *Estadão*¹⁷⁷ lançou um “caderno de artigos” sobre a economia brasileira com textos de oito economistas, entre eles apenas uma mulher, que consta como coautora, para tratar da “depressão” econômica pela qual passava o Brasil, ou melhor: “a pior recessão em cem anos”. A apresentação do caderno aponta que, apesar de as análises serem bem distintas, “tais divergências derivam de um certo entendimento de que há muitos detalhes a corrigir na política econômica do Brasil”. Entre as oito matérias do caderno, consta o artigo de Affonso Celso Pastore¹⁷⁸. Intitulado como “A construção de um desastre” e a partir de uma densa linguagem econômica, ele defende que a “Recessão econômica é resultado de uma série de ações do governo Dilma”. Para ele, “O desastre foi cuidadosamente plantado pelo governo”, já que “ela [Rousseff] manteve o crescimento dos gastos públicos como se não houvesse amanhã em uma forma de angariar apoio entre a população, setores empresariais e o Congresso”.

Nesse mesmo caderno do *Estadão*¹⁷⁹, consta a matéria de David Kupfer, caracterizado como “Economista e professor da UFRJ”. Sob o título de “Recessão bate governo de 7 a 1”, o autor compara o jogo de futebol da seleção brasileira na Copa do Mundo, quando perdeu de 7x1 para Alemanha com a política econômica do Governo Dilma. Há uma foto de pessoas chorando e se abraçando enquanto aparentemente assistem ao jogo. “Vista da perspectiva de um final de jogo, a política econômica de 2015 foi *incompreensível*. Parece que todas as decisões foram condicionadas por uma *tentativa desesperada* [...]”. Ele continua: “Resta, então, esperar que a supressão da *esquizofrenia* que marcou a política econômica em 2015 possa melhorar o canal da previsibilidade e assim contribuir para recolocar a economia em movimento”. Também no *Estadão*¹⁸⁰, consta uma matéria publicada em 04 de janeiro de 2016 em que há uma fala do líder

¹⁷⁷ Estadão, 03/01/2016a.

¹⁷⁸ Estadão, 03/01/2016b.

¹⁷⁹ Estadão, 03/01/2016c.

¹⁸⁰ Estadão, 04/01/2016.

do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR), na qual ele defende que o governo Dilma é “incompetente”:

Assistimos durante todos esses anos, principalmente no governo Dilma, a *incapacidade* e *incompetência* gerencial desse governo. Por conta dos inúmeros erros e abusos na economia convivemos agora com a uma inflação crescente e o sucateamento das estruturas públicas brasileiras. O resultado disso é um País internacionalmente desacreditado que penaliza, principalmente, os mais pobres.

Outro político também se manifestou de forma similar, fala divulgada pelo *Jornal da Mídia*¹⁸¹, em 22 de fevereiro de 2016, sob a manchete “Hildécio Meireles diz que governo PT é ‘incapaz e incompetente’”. É a descrição de uma fala realizada pelo deputado estadual Hildécio Meireles (PMDB-BA) na plenária defendendo que a crise econômica é produto da “incompetência” e “incapacidade” do governo.

Na entrevista de Marta Suplicy ao *Correio Brasiliense*¹⁸², já citada aqui anteriormente, consta também a menção da senadora sobre a qualidade da administração de Dilma. Segundo a senadora, “Pelo discurso de posse, parecia que ela [Dilma] estava morando em outro país. Era um discurso que não tocava a realidade. [...] a situação em que estamos hoje não estava imposta. Foi acelerada pelo processo de negação”. Mais à frente, a senadora continua: “É muita *operação tabajara* junta. É muita *incompetência*”. E mais: “*Tabajara*. Estava na cara, *não tinha como dar certo. Inábil, inábil. Tudo é inábil* [...]. Falta de habilidade, *falta de competência*, falta de escutar, talvez insegurança, não sei”.

Um dos autores do processo que culminou no impeachment de Dilma, Hélio Bicudo, também expressou sua opinião sobre a capacidade de Dilma de governar em entrevista publicada na revista *Época*¹⁸³, em 01 de setembro de 2015. Sob o título, “Fundador do PT diz que Dilma é incapaz de governar”, Bicudo defende: “Ela [Dilma] é incapaz de governar. Por isso, não dá para esperar [o fim do mandato]”. E continua: “Não vejo mal

¹⁸¹ Jornal da Mídia, 22/02/2016.

¹⁸² Correio Braziliense, 11/10/2015.

¹⁸³ Época, 01/09/2015.

algum em você utilizar os mecanismos democráticos para remover aqueles que não estão governando o país, quando foram eleitos para administrar”.

Talvez a matéria mais significativa seja a que repercutiu uma fala do apresentador do Jornal da Globo, o jornalista e também cientista político William Waack, fala proferida na sétima edição do Fórum Ideias em Debate, da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC). Publicada em 9 de agosto de 2016 pelo *Diário do Brasil*¹⁸⁴, a matéria relata que “Waack analisa que a crise é o resultado de várias decisões ruins do Executivo, em especial, no primeiro mandato da petista”, trazendo a seguinte citação: “Eu subestimei a capacidade da Dilma de aprontar besteiras. A *incapacidade* dela de governar é extraordinária”. E o autor da matéria continua: “Waack admitiu que nunca entendeu porque o ex-presidente Lula a escolheu como sucessora [...]”. Essa matéria se torna altamente relevante porque Waack é um declarado opositor aos governos petistas e defensor da política liberal, entretanto, ainda assim, quando se trata de criticar o Governo Dilma, ele atribui alguma credibilidade ao Lula.

A difusão dessa imagem de Dilma como “incompetente” foi identificada por uma pesquisa da *Vox Populi* realizada entre 5 e 8 de dezembro de 2014 e reproduzida pela *CartaCapital*¹⁸⁵ em 29 de janeiro de 2015, em artigo assinado por Marcos Coimbra, caracterizado na matéria como “sociólogo” e “presidente do Instituto Vox Populi”. Segundo descrição de Coimbra, dois dos principais argumentos das oposições ao Governo Dilma lançados durante os anos de 2013 e 2014 foram as teses de que Dilma é “incompetente” e “corrupta”. Entretanto, segundo dados da pesquisa, ambas as imagens não conseguiram “persuadir” a população, formando uma “maioria”. Outra matéria que percebeu a recorrência desse discurso foi a publicada pela *Exame*¹⁸⁶ em 12 de maio de 2016 sob o título “Dilma foi de boa gestora a incompetente na opinião pública”. A matéria fala que Dilma foi afastada pelas acusações de “incompetência”, mais do que as de “corrupção”.

¹⁸⁴ Diário do Brasil, 09/08/2016. O vídeo contendo a fala do jornalista pode ser visto aqui: Ficha Social Youtube, 24/08/2015.

¹⁸⁵ CartaCapital, 29/01/2015.

¹⁸⁶ Exame, 12/05/2016.

Seis anos depois [de eleita], afastada por um processo de impeachment, Dilma vê seu mandato corroído mais por acusações de incompetência –especialmente na área econômica, que seria sua especialidade– do que pela corrupção que assola o governo.

Essa é uma das poucas matérias recolhidas, que menciona a “especialidade” de Dilma, a economia. Isso pode ser explicado pelo fato de que para que a tese de “Dilma incompetente” seja persuasiva, é importante que não se saiba sua graduação acadêmica, em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mas esse silêncio pode ser interpretado também como um reflexo das representações sobre as habilidades que as mulheres podem ter.

Como já descrito anteriormente, diversos estudos (Lima, 2011. Marques e Teixeira, 2015) demonstraram a dificuldade que as mulheres políticas enfrentam para acessar os cargos políticos enquadrados pela literatura como *hard politics*. Essa dificuldade das mulheres em compor esses espaços é explicada pela associação das mulheres aos interesses concernentes a política social, classificados como *soft politics*. Como apontou Danusa Marques e Bruno Teixeira (2015), uma das explicações para esse padrão é que o trabalho das mulheres no espaço político público é pensado como uma continuidade das atividades que as mulheres tradicionalmente desenvolveram e desenvolvem no espaço doméstico¹⁸⁷. Assim, o que essas matérias revelam é que a falta de credibilidade de Dilma na política econômica e gestão do Estado, bem como das mulheres políticas em geral, é produto da crença de que as mulheres não entendem de economia, mas sim do cuidado.

Essa análise pode ser corroborada se levarmos em consideração que duas matérias defenderam que o melhor lugar de atuação para Dilma seria no cuidado dos netos. Na matéria aqui já

¹⁸⁷ É importante lembrar destacar que Dilma Rousseff construiu sua carreira política em cargos das *hard politics*, não sendo de se espantar que ela foi a primeira mulher a assumir a maioria desses cargos: Ministra no Ministério de Minas e Energia (MME), Ministra Chefe da Casa Civil, secretária de Estado de Minas, Energia e Comunicações (SEMC) do Rio Grande do Sul (1993-1994 e 1999-2002) e secretária da Fazenda do município de Porto Alegre (1986-1988).

descrita, do *Blog do Josias*¹⁸⁸, consta a seguinte frase: “O petismo talvez considere que o melhor a fazer é manter a tia Dilma cuidando dos netos, em Porto Alegre”. Na entrevista com Frei Betto¹⁸⁹, a defesa de que Dilma não possui qualidades para ser presidente foi acompanhada da afirmação que ela deveria cuidar dos netos:

Tenho certeza que no dia em que essa mulher sair do governo, nunca mais vai se meter em política. Ela vai voltar para o Rio Grande do Sul cuidar dos netos, sei lá. Ela não tem vocação nenhuma. Foi um erro do Lula ter escolhido a Dilma para ser presidente. Ela está completamente perdida.

Esse argumento reflete a ideia de que o lugar por excelência da ação feminina é a casa. Logo, a imagem de Dilma como uma pessoa incompetente na gestão econômica do Estado é fundada pela histórica separação entre mulheres e homens dos espaços e atividades, segundo a qual as mulheres possuem qualidades essenciais para o cuidado das crianças, da casa e do marido. Mas talvez seja exatamente a recorrência desses argumentos contra Dilma que fez com que parte das mulheres se colocassem ao lado dela durante o processo de *impeachment*, podendo ser considerada a principal forma de resistência ao golpe. No próximo capítulo, é dessa outra perspectiva que tratarei.

¹⁸⁸ Blog do Josias, 17/09/2016.

¹⁸⁹ Calle2, 08/03/2016.

5. Dilma: uma mulher “honesta” e “forte”

Aos quase setenta anos de idade, não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos princípios que sempre me guiaram. Exercendo a Presidência da República tenho honrado o compromisso com o meu país, com a Democracia, com o Estado de Direito. Tenho sido intransigente na defesa da honestidade na gestão da coisa pública. Por isso, diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio. E por isso, como no passado, resisto. Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito.

Dilma Rousseff em Pronunciamento no Senado durante sua defesa contra o processo de *impeachment*, 29/08/2016¹⁹⁰

No presente capítulo, descreverei e analisarei as imagens de “honesta” e “forte” construídas a respeito da presidenta Dilma Rousseff durante o processo de *impeachment*, apresentando os argumentos e fluxos discursivos nos quais se inserem os significados de gênero que as constituem. Também será oportuno tratar do contexto de agressões às quais Dilma foi submetida nos anos de 2015 e de 2016, bem como os discursos feministas que compuseram esse debate.

5.1 Uma mulher “honesta”

A corrupção é um tema que compõe o cenário político brasileiro de modo central, ocupando grande espaço dos canais de comunicação e do debate público. Os escândalos políticos envolvendo corrupção criam “um clamor moral e um clima de caça às bruxas” (Filgueiras, 2009), mobilizando a população em volta

¹⁹⁰ Senado Federal, 29/08/2016.

do tema. Denúncias contra políticos das mais distintas ordens são englobadas nesse termo, gerando um clima de desconfiança da população com relação aos políticos, às instituições políticas e à política em geral (Moisés, 2005). Durante o processo de *impeachment*, a corrupção foi um termo amplamente utilizado para defender não diretamente a saída de Dilma Rousseff, como era de se esperar, mas a saída do PT do governo, considerado um “partido corrupto”, chefiado por um “ladrão”, o ex-presidente Lula. Nesse sentido, a imagem de Dilma saiu imune dessa etiqueta, e um dos fatores que possibilitou ou contribuiu para Dilma passar ao largo dessa classificação foi a histórica associação entre mulheres e honestidade, como pretendo demonstrar neste tópico.

Na construção do gênero, a separação entre feminino e masculino é estruturada e se estrutura pela separação de moralidades e éticas que seriam pertinentes a cada gênero (Matos, 2012). Nessa perspectiva e no que concerne ao tema da corrupção, as mulheres seriam mais honestas, enquanto os homens mais propensos a praticarem atos de corrupção. A pesquisadora Marlise Matos (2012, p. 356) identificou em pesquisas internacionais (Swamy, 2001. Gneezy, Niederle e Rustichini, 2003) a recorrente tese que defende uma “maior ‘eticidade’ das mulheres na condução da coisa pública ou de sua menor propensão às atividades corruptas”. Segundo explicou a autora sobre essa interpretação:

as mulheres teriam, mais do que os homens, um conjunto de comportamentos sociais e eticamente orientados, assim como demonstrariam maior preocupação para com o bem comum, podendo-se derivar daqui que elas seriam, então, “menos” corruptas (Matos, 2012, p. 356).

Na presente pesquisa, identifiquei diversas matérias que defenderam que Dilma é honesta, tanto diante da acusação que corria contra ela no Congresso Nacional, de crime de responsabilidade, quanto aos casos de corrupção que compuseram o cenário político brasileiro em 2016. Como era de se esperar, esse discurso foi bastante difundido por apoiadores de Dilma, que buscavam com esse argumento derrubar o *impeachment*, destacando-se aqui uma participação mais significativa das

mulheres. No *Jornal do Tocantins*¹⁹¹, por exemplo, foi publicada a seguinte manchete: “Kátia Abreu¹⁹²: presidente Dilma é honesta”, na qual há a seguinte frase: “A ministra da Agricultura, Kátia Abreu (PMDB-TO), disse que é ‘100% Dilma’ e que a presidente não se submete a chantagens”. E mais adiante: “Conforme a equipe de Kátia, ela esteve, na noite de ontem, no gabinete da Presidência, com Dilma. A ministra disse acreditar na honestidade da presidente”. Katia Abreu estaria reiterando um posicionamento que já vinha defendendo no Senado, como na Sessão Deliberativa Extraordinária de 9 de agosto de 2016, para votação do Parecer nº 726/2016 da Comissão Especial¹⁹³ que analisou a denúncia de crime de responsabilidade:

[...] a Presidente Dilma está saindo do Governo porque é um Governo corrupto. [...] Então, Sr. Presidente, há venda de MPs, há venda e compra, há venda de silêncio nas CPIs, há distribuição de cargos, como na Casa da Moeda [...]. Enfim, corrupção não é uma prerrogativa de um partido só; muito ao contrário. A Presidente Dilma foi, inúmeras vezes, atacada, agredida pelo seu próprio Partido, por membros do seu próprio Partido e de partidos da Base para que mudasse o ministro da Justiça porque ele não tinha controle sobre a Polícia Federal. E a Presidente se manteve ativa, manteve o Ministro Eduardo Cardozo e se recusou a interferir no trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Portanto, ela deixou livre para que eles trabalhassem e para que aqueles que fossem culpados pagassem pelos seus crimes.

Outro exemplo foi a entrevista com o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, reconhecido por sempre se manifestar nos meios de comunicação sobre os acontecimentos

¹⁹¹ *Jornal do Tocantins*, 02/12/2015.

¹⁹² A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que foi ministra de Agricultura no Governo Dilma (2015-2016), votou contra o *impeachment* e apoiou Dilma em falas no palanque do Senado e na imprensa.

¹⁹³ Senado Federal, 09/08/2016.

políticos contemporâneos, inclusive sobre o processo de *impeachment*. A entrevista foi publicada por *Outras Palavras*¹⁹⁴, na qual ele defende que Dilma talvez seja “a política menos corrupta da América Latina”:

O impeachment é claramente um ato que configura golpe parlamentar, sobretudo porque não se demonstrou a suposta responsabilidade em crimes que o justificassem. Mas também por razões políticas, à medida em que talvez a presidente Dilma seja *a política menos corrupta da América Latina*. Isso é grave para a democracia no Brasil e para o continente.

Como pôde ser lido nas falas anteriores, a construção da imagem de Dilma como uma mulher honesta ultrapassou o debate relativo ao crime de responsabilidade e entrou em outra esfera da honestidade, aquela que não cederia à corrupção e não enriqueceria ilicitamente – temas que não faziam parte do julgamento jurídico do *impeachment*, mas que tomaram grande parte do debate. Nesse sentido, o apelo à honestidade de Dilma foi construído juntamente com outros conceitos, como dignidade, integridade e ética. Em carta aberta escrita por Letícia Sabatella¹⁹⁵ e endereçada à presidenta, por exemplo, a atriz associou essas características à Dilma:

Exercendo *dignamente* o cargo mais importante do Brasil, você [Dilma] terá aberto as portas para que as belas saiam cada vez mais do recato do seu lar, ocupando a vida pública, política e acreditando que o poder também pode lhes

¹⁹⁴ Outras Palavras, 10/05/2016.

¹⁹⁵ Letícia Sabatella é uma atriz brasileira e foi uma das principais personalidades artísticas a se posicionar contra o golpe, tendo se pronunciado por diversos meios de comunicação defendendo Dilma Rousseff, participando inclusive do “Encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia” realizado no Palácio do Planalto no dia 31 de março de 2016. A figura de Sabatella ficou tão conhecida por se opor ao golpe, que ela chegou a sofrer agressões nos meios *on-line* e nas ruas, como quando foi agredida em Curitiba após encontrar um grupo de manifestantes *pró-impeachment* (Veja, 01/08/2016).

caber, utilizando-o com *integridade, honestidade e ética*.

Outros apoiadores de Dilma afirmaram também sobre sua honestidade, como por exemplo, a jornalista Cynara Menezes¹⁹⁶ e o deputado federal João Daniel¹⁹⁷ (PT-SE), que afirmou que Dilma é “uma mulher séria”. Mas esse discurso ultrapassou os apoiadores de Dilma e mesmo aquelas pessoas que defendiam sua queda também falaram sobre sua honestidade, como o deputado federal Carlos Bezerra¹⁹⁸ (PMDB-MT), o Ministro-chefe da Secretaria de Governo de Michel Temer, Geddel Vieira Lima¹⁹⁹, e até mesmo o senador Aécio Neves (PSDB-MG), que afirmou que Dilma é “uma mulher de bem”, como pode ser lido no trecho a seguir:

A presidente da República é uma *mulher de bem*, é proba, não há qualquer dúvida em relação ao seu *caráter*, não há nenhum questionamento em relação à sua *correção pessoal*. [...] Ela não estava preparada para assumir a responsabilidade de administrar um país da complexidade do Brasil²⁰⁰.

A capacidade de interpelação desse discurso e, principalmente, os termos utilizados para afirmar a honestidade de Dilma – como os descritos anteriormente “mulher de bem” e “mulher séria” – podem revelar aqui um campo comum em que esse discurso se assenta: a naturalização da relação das mulheres com a maternidade, que, como vimos, se desdobrou ao longo do século XIX em concepções essencializadas de ser mulher. No capítulo anterior, busquei descrever como o papel de mãe é pensado na sociedade ocidental como uma atividade que gera ou é gerada por determinadas características, como as de humildade, sensibilidade e benevolência. A dimensão dessa ideia que pretendo destacar aqui é a concepção de que as mulheres, por serem mães, possuem uma consciência de responsabilidade social e uma conduta moral inquestionável (Badinter, 1985. Vieira, 2015). Como escreveu Elisabeth Badinter (1985, p. 257) em seu estudo

¹⁹⁶ Socialista Morena, 17/04/2017.

¹⁹⁷ Blog do Max, 17/04/2016.

¹⁹⁸ Gazeta Digital, 18/04/2016.

¹⁹⁹ Brasil 247, 19/11/2016.

²⁰⁰ BBC, 18/04/2016

sobre a criação do mito do amor materno, “a educação moral é ‘a tarefa mais elevada’ da mãe, ‘sua missão providencial’, ‘sua obra-prima absoluta’”. E para transmitir essa educação moral aos filhos, a boa mãe precisa encarná-los: “ninguém poderia pretender ao título de boa mãe se não encarnasse ao mesmo tempo a virtude, a bondade, a coragem e a doçura. ‘Modelo vivo’ para o filho, a mãe deve dar a todo momento o bom exemplo” (Badinter, 1985, p. 259). Essa ideia é tão forte que chega até mesmo a permear as análises de teóricas feministas, como por exemplo as da estadunidense Carol Gilligan (1982), que argumentou que as mulheres, por desenvolverem uma *ética do cuidado* na prática de suas atividades domésticas, são menos egoístas e pensam na inclusão de todos, por isso seriam menos corruptas. Contudo, esse imaginário, ganha novos contornos no Brasil e na América Latina.

Segundo Kathya Araujo (2007, p. 9), os significados que envolvem o papel de mãe têm um peso diferente na América Latina, por ser uma “región eminentemente católica”, na qual o “modelo mariano” possui um peso maior na representação da maternidade, segundo o qual a mulher é vista como uma “guardiana moral”, que tem na figura bíblica de Maria sua referência principal. Segundo Elisabeth Badinter (1985, p. 223), a mãe é usualmente comparada à “uma santa”, criando “o hábito de pensar que toda boa mãe é uma ‘santa mulher’, de modo que “a padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria”. Acredito, assim, que a Virgem Maria foi uma das referências simbólicas para essa imagem de mulher honesta. Segundo Joan Scott (1995, p. 86), Maria é um símbolo de mulher utilizado na tradição cristã ocidental para evocar representações de “luz”, “purificação” e “inocência”. Uma fala que se aproximou muito dessa representação bíblica feminina foi a do senador Elmano Férrer (PTB-PI) em um evento na cidade de Teresina, durante o qual ele afirmou que Dilma é uma “mulher pura” e “limpa”. Segue abaixo o trecho da reportagem no qual consta a fala do senador.

“Não há nenhum crime de responsabilidade que essa *mulher pura*, essa *mulher limpa* tenha cometido. Estou aqui para reafirmar meu compromisso com a democracia. Estou com a presidente e votarei de acordo com a minha consciência e a consciência do povo piauiense. Deus a tenha!”, disse

Elmano, referindo-se à votação do impeachment no Senado²⁰¹.

Mas o deputado federal Paulo Maluf²⁰²(PP-SP) foi mais longe, dizendo que: “Dilma é uma mulher honesta, correta, uma Virgem Maria que foi contratada para ser cozinheira em um ambiente menos honesto”.

A construção da imagem de Dilma como mulher honesta também percorreu outro caminho, a comparação com os políticos homens, diferenciação que obedece a um padrão relacional na produção dos significados culturais, posto que, como escreveu Joan Scott (1995, p 89), “as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o significado”. Isto é, a construção a imagem das mulheres políticas como honestas é tecida a partir de sua relação e comparação com os homens políticos, estes considerados desonestos. Como já destacado aqui no capítulo anterior, a luta sufragista das mulheres no Brasil utilizou como argumento a conduta moral feminina para fundamentar a entrada das mulheres na política (Vieira, 2015). Esse argumento se repercutiu na atualidade, tendo sido encontrado pelas pesquisadoras Miriam Grossi e Sônia Miguel (2001) em falas de políticas brasileiras. Em pesquisa realizada no “Seminário Mulheres na Política - Mulheres no Poder” em maio de 2000 em Brasília, as autoras ouviram prefeitas, vereadoras, senadoras e deputadas estaduais, distritais e federais, encontrando na fala de parte delas o apelo para que mais mulheres compusessem a política brasileira posto que elas são mais honestas. Segundo as autoras,

A justificativa para a participação das mulheres na política, em muitas das falas vem associada ao reconhecimento de um valor ético, intrínseco às mulheres. Nesse entendimento, uma maior presença das mulheres nos espaços de poder resolveria, por si só, uma equação que associa poder = homem = corrupção. (Grossi e Miguel, 2001, p. 178).

A figura masculina mais relacionada à Dilma foi sem dúvida o ex-presidente Lula, este constantemente taxado dentro do

²⁰¹ Portal o dia, 15/07/2016.

²⁰² Estadão, 17/04/2016.

campo da desonestidade. Essa imagem de Lula foi bem expressa nas frases diversas vezes proferida por membros do Ministério Público Federal (MPF)²⁰³ e também em passeatas pró-impeachment²⁰⁴ de que Lula seria o “chefe”, o “maestro” e o “comandante máximo” da quadrilha. Nesse sentido, até mesmo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo PSDB, principal partido de oposição ao PT, defendeu a honestidade de Dilma, deixando claro que Lula seria o responsável pela corrupção. Em 31 de julho de 2015, a *Uol*²⁰⁵ publicou: “Dilma é honrada e não está envolvida em corrupção, diz FHC”:

Em entrevista à revista alemã de economia Capital, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu a presidente Dilma Rousseff, afirmando que ela não está envolvida no escândalo de corrupção na Petrobras.

“Não, não diretamente. Mas o partido dela, sim, claro”

[...]

FHC atribui ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a responsabilidade política pelo escândalo de corrupção na Petrobras. “Os escândalos começaram no governo dele”, argumenta. “Tudo começou bem antes, em 2004, com o Lula, com o escândalo do mensalão”.

Além de Lula, o cenário político brasileiro nos anos de 2015 e 2016 contava com um grande número de políticos sendo investigado por corrupção, entre eles o então presidente da Câmara

²⁰³ No dia 14 de setembro de 2016, o MPF apresentou, por meio de coletiva à imprensa, denúncia contra Lula, defendendo que: “Lula era o maestro desta grande orquestra concatenada para saquear os cofres da Petrobras e de outros órgãos públicos”. G1, 14/09/2016.

²⁰⁴ Durante a passeata pró-impeachment realizada em Florianópolis (SC) em março de 2015, da qual participei, em um dos carros que guiava a marcha de mais de 30 mil pessoas, constantemente se ouvia a frase “Queremos o chefe da quadrilha”.

²⁰⁵ Uol, 31/07/2015.

Federal, Eduardo Cunha. Em entrevista ao *Sputnik News*, a liderança feminista Talita Tanscheit, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) comparou o caráter de Dilma ao caráter do presidente da Câmara, defendendo por esse motivo, entre outros, o apoio à Dilma:

[...] acho que a gente tem que defender a Dilma Rousseff independentemente de ter votado nela ou não, de ser alinhado a ela ou não, porque defender a Dilma é defender a democracia, o voto popular e a participação para além de outros interesses de cunho privado, que são normalmente os interesses que o Eduardo Cunha tem colocado. Inclusive, porque é importante colocar que *contra a Dilma não tem nenhuma denúncia, não tem nada operando contra ela, e no caso do Cunha é totalmente o oposto disso*²⁰⁶.

Com isso, o paradoxo de uma mulher honesta ser julgada por um Congresso mergulhado em escândalos de corrupção contribuiu para a produção dessa imagem de Dilma como honesta. No dia 24 de março de 2016, por exemplo, o *Tijolaço*²⁰⁷ defendeu que Dilma é honesta em uma matéria intitulada: “matar uma mulher honesta para salvar os 300 picaretas”. Segue um trecho da matéria:

Não é remota a hipótese de que Dilma Rousseff, sobre a qual não pesa nenhuma acusação – nem mesmo fajuta, quanto as que fazem a Lula – venha a ser sacrificada para que cessem as pressões sobre os 318 políticos incluídos ontem na estranhíssima lista da Odebrecht.

A partir das matérias analisadas, é possível afirmar que a produção da imagem de Dilma como uma mulher honesta obedeceu, primeiramente, à crença de que as mulheres são moralmente corretas, princípio estabelecido pela histórica atribuição às mulheres do papel de guardiãs morais da sociedade em sua atividade materna. Em segundo lugar, essa imagem de

²⁰⁶ Sputnik News, 07/12/2015.

²⁰⁷ Tijolaço, 24/03/2016.

Dilma foi construída por meio da relação oposta com os homens políticos, interpretados na sociedade contemporânea como seres corruptos.

5.2. Uma mulher “forte”

O processo de *impeachment*, como qualquer processo jurídico, envolveu uma série de acusações, às quais a presidenta Dilma Rousseff teve que responder. Entretanto, como demonstrei no capítulo anterior, essas acusações excederam as questões relativas à gestão técnica da economia estatal, entrando em julgamentos contra a capacidade de gestão da presidenta, de maneira que inúmeras matérias defenderam que Dilma é irresponsável e incompetente. Contudo, outras hostilidades ainda foram proferidas por congressistas, manifestantes e agentes da mídia. O posicionamento de Dilma no enfrentamento dessas ofensas foi considerado por parte das matérias coletadas na pesquisa como a postura de uma mulher corajosa e forte. Antes de entrar na análise dessa imagem de Dilma, é preciso fazer uma breve descrição das ofensas, xingamentos e ataques que contextualizaram essa interpretação.

No âmbito do Congresso Nacional, muitos congressistas anunciaram sua oposição à Dilma expressando frases e palavras de ataque à presidenta, como por exemplo o senador Aloysio Nunes Ferreira²⁰⁸ (PSDB-SP) que disse em entrevista: “Não quero o impeachment, quero ver a Dilma sangrar”. Outro exemplo foi a fala do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) na sessão da Câmara do dia 17 de abril de 2015, quando dedicou seu voto a favor do *impeachment* ao chefe do *Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)* de São Paulo, Carlos Alberto Brilhante Ustra:

Perderam em 64, perderam agora em 2016.
Pela família, pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, *pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff*, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil

²⁰⁸ Valor Econômico, 09/03/2015.

acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim.

Carlos Ustra foi condenado pela justiça brasileira em 2012 por tortura e sequestro no exercício de sua função no DOI-CODI durante a década de 1970 na ditadura militar, período em que Dilma foi presa e torturada pelo governo brasileiro. Desse modo, a dedicação à Ustra feita por Bolsonaro de seu voto a favor do *impeachment* de Dilma, classificando-o de “o pavor de Dilma Rousseff”, faz referência a essa trajetória de Dilma, deixando a entender que apoia a tortura sofrida por Dilma. Essas alusões a esse período da vida de Dilma se repetiram, como quando na passeata pró-*impeachment* do dia 15 de março de 2015 foi fotografada uma pessoa carregando um cartaz com a seguinte frase: “Dilma, pena q não te enforcaram no Doi-Codi. Fora Dilma e PT²⁰⁹”. Além dos apoios à torturada sofrida por Dilma, outros ataques e xingamentos foram feitos.

No dia 8 de março de 2015, por exemplo, enquanto um pronunciamento da presidenta Dilma em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres era transmitido pelas emissoras de todo país, em alguns bairros nobres de algumas capitais do Brasil houve o que chamaram de “panelaço²¹⁰”: da sacada de seus apartamentos, as pessoas bateram em panelas, acionaram buzinas e repetiram xingamentos como “filha da puta”, “vadia”, “vaca”, “piranha”, “puta” e “vagabunda”. A partir de 2015, esse tipo de xingamento contra Dilma podia ser encontrado em vários espaços da sociedade brasileira, sendo o principal deles as passeatas a favor do *impeachment*. Na manifestação do dia 15 de março de 2015, alguns sites de notícias divulgaram cartazes de alguns manifestantes. Em matéria do *Correio Braziliense*²¹¹ há a descrição de um desses cartazes, no qual consta a seguinte frase: “Balança que essa quenga cai”. O site *Pragmatismo Político*²¹² também dedicou uma matéria com uma série de fotografias de cartazes daquele dia, seguem alguns deles: “PT só fodi [sic] o Brasil. Fora Dilma sua vadia”; “Prato do dia: vaca atolada”, juntamente com uma imagem de Dilma dentro de uma panela; “Dilma, não dobre a meta. Dobre a

²⁰⁹ Pragmatismo Político, 18/08/2015.

²¹⁰ El País, 09/03/2015.

²¹¹ Correio Braziliense, 13/03/2016.

²¹² Pragmatismo Político, 18/08/2015

mandioca e senta nela!!”. Como pode ser lido nesse último cartaz, muitas pessoas se utilizaram de analogias a atos sexuais para ofender Dilma, sendo a mais conhecida um adesivo para carros vendido na internet e divulgado nas mídias.

O adesivo, que passou a circular a partir do mês de julho de 2015, tem como objetivo ser colocado no tanque de gasolina de carro. É uma imagem do rosto de Dilma alocada juntamente com o corpo e as pernas abertas de uma mulher, de modo que a entrada da bomba de gasolina, quando abastece o carro, simula a penetração em Dilma. Segundo o site de notícias *Polêmica Paraíba*²¹³, os usuários do adesivo tinham como objetivo protestar contra o aumento da gasolina e, de acordo com a análise do autor da matéria, o adesivo simula um estupro que castigaria Dilma por ter aumentado o preço do combustível. Nas palavras do autor: “A penetração, nesse caso, é a punição contra a presidenta, que está sendo ‘castigada’ por ter subido os custos do abastecimento”. Fato similar ocorreu novamente em novembro de 2015, quando um tatuador publicou em seu *Facebook* uma tatuagem feita por ele em que retrata a presidenta Dilma Rousseff fazendo sexo oral em um pênis. Segundo o *Pragmatismo Político*²¹⁴, “na internet, vários usuários compartilharam a imagem fazendo críticas ao tatuador. Muitos julgaram que, além de se uma brincadeira de mal gosto com a presidente, ainda se trataria de uma imagem sexista. ‘Misógino, doente, porco’, escreveu uma internauta”.

Esses ataques de ódio contra a presidenta Dilma Rousseff mobilizaram muitas mulheres em sua defesa, que passaram a publicar textos revelando que essas ofensas eram pautadas em machismo, caracterizando-as como uma violência contra as mulheres. A cada novo ataque sofrido por Dilma, mais mulheres passavam a se pronunciar em sua defesa. Além dos ataques mencionados anteriormente, esse movimento ocorreu também quando a *Revista IstoÉ*²¹⁵ lançou sua reportagem “Uma presidente fora de si”, mencionada no capítulo anterior, e também quando a revista *Veja*²¹⁶ publicou a reportagem “Marcela Temer: Bela recata e ‘do lar’”. Esta última é uma descrição da vida de Marcela Temer, esposa do vice-presidente Michel Temer, nos cuidados do lar, do

²¹³ Polêmica Paraíba, 05/07/2015.

²¹⁴ Pragmatismo Político, 09/11/2015.

²¹⁵ Revista IstoÉ, 01/04/2016.

²¹⁶ Veja, 18/04/2016.

filho, do marido e da beleza, juntamente com uma efusiva expectativa de que ela se tornasse primeira-dama em breve, o que só ocorreria se Dilma saísse da presidência. Essa matéria foi recebida por parte das brasileiras como um recado sobre o lugar social esperado para elas, de primeira-dama e não de presidenta. Em resposta, mulheres passaram a postar imagens nas quais estavam bebendo e/ou em poses sensuais, juntamente com os dizeres irônicos “Bela, recata e do lar”, demonstrando que os papéis tradicionais atribuídos às mulheres não são consenso. Assim, um movimento cada vez maior de mulheres passou a ocupar sites de notícias, publicando cartas abertas à Dilma e artigos de opinião.

A partir da leitura dos textos produzidos por essas mulheres, identifiquei que muitas delas interpretaram a conduta de Dilma diante desses ataques como a postura de uma mulher forte e corajosa, que enfrenta e resiste a essas ofensivas. Stephanie Ribeiro, por exemplo, publicou um texto em 7 de dezembro de 2015 no Geledés²¹⁷, no qual, após criticar as inúmeras agressões sofridas por Dilma, ela afirmou: “Dilma está resistindo e sendo forte”. De modo similar, a estudante Julia Dworkin publicou uma carta para Dilma em seu *Facebook* no dia 1º de julho de 2015, que foi compartilhada mais de 3.700 vezes, segundo divulgou a *Revista Fórum*²¹⁸. Nessa carta, a estudante narra uma série de ofensas contra Dilma, afirmando posteriormente que “admira” a “coragem” da presidenta por enfrentá-las:

Vim aqui te dizer Dilma, que apesar das divergências políticas que tenho com o governo, eu te admiro profundamente. Admiro sua história e sua postura. *Admiro sua coragem*. E ouvir você falar me emociona, todas as vezes.

Outro exemplo foi o texto publicado por Nathali Macedo no *Diário do Centro do Mundo*²¹⁹ em 20 de abril de 2016, no qual ressalta a força e a coragem de Dilma no enfrentamento das violências que envolviam o processo de *impeachment*:

Ela [Dilma] — a mulher, mãe e avó — faz com que chegue ao meu coração, todas as

²¹⁷ Geledés, 07/12/2015.

²¹⁸ Revista Fórum, 05/07/2015.

²¹⁹ Diário do Centro do Mundo, 20/04/2016.

vezes em que a vejo, uma onda de *força*, *coragem* e sororidade.

Não deve ser fácil governar com um bando de traidores, ignorantes e golpistas no Congresso, ser xingada de sapa gorda, ver desconhecidos confabulando sobre sua vida sexual (Dilma: todas nós passamos por isso). Não deve ter sido fácil ver a própria foto estampada, de pernas abertas, em tantos carros quando do aumento do combustível. Creio que não seja mesmo fácil assumir corajosamente a postura de *mulher poderosa* em um país misógino.

[...]

Talvez por isso, a vontade de abraçar essa mulher que *se mantém de pé* diante de tantas pancadas (assim como nós) me inquiete tanto.

Sobre a postura de Dilma diante do processo de *impeachment*, ainda é importante trazer um trecho da carta aberta publicada por Hebe Mattos, Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF), em seu blog *Conversa de Historiadoras*²²⁰:

[..] nos últimos meses só tem crescido a minha admiração por sua *coragem* e apreço às instituições democráticas. Graças à serenidade e *firmeza* de sua atitude, entre os muitos cenários sombrios que a crise atual nos evoca, há um que pode ser positivo.

Outro caminho pelo qual as mulheres construíram a imagem de Dilma como uma mulher corajosa e forte foi a partir da relação com a trajetória de Dilma no combate à ditadura, enfrentamento da tortura e no processo de cura do câncer. Ou seja, alguns pontos da história de vida de Dilma foram recorrentemente lembrados e contados para ressaltar como a presidenta é uma

²²⁰ Conversa com Historiadoras, 06/05/2016.

mulher forte e corajosa. Na matéria de Sthephanie Ribeiro²²¹, ela destacou que:

Dilma passou pela tortura, venceu um câncer e está agora na sua missão mais complexa: vencer a misoginia. Seu dois mandados já são os mais revolucionários em um quesito: Eles mostram para o mundo que o Brasil odeia suas mulheres.

No artigo de Nathali Macedo²²², ela também estabelece essa relação:

[...] nós sabemos que o ódio que Dilma tem enfrentado é o mesmo que enfrentamos todos os dias. E sabemos, principalmente, que não podemos e não vamos esmorecer diante disso, assim como essa mulher jamais cedeu, nem quando foi torturada na ditadura, nem quando foi exposta e ridicularizada pela mídia, nem quando precisou ler “Tchau, querida” em plaquinhas golpistas no Congresso.

A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) publicou um artigo na *Revista Fórum*²²³ no qual também ressalta a trajetória de Dilma, dizendo que ela possui um “passado de luta”.

Estamos vendo (é um sentimento cada vez maior) uma mulher honesta e digna, com um passado de luta, sofrer um ataque misógino e moral, sofrer uma injustiça política (impeachment sem crime é golpe!) em um ambiente extremamente hostil, machista e predador e em que uma figura histriônica e corrupta de um homem como Eduardo Cunha se mantém liderando a Câmara dos Deputados comandando (com uma elite e mídia patriarcal) um golpe contra a Democracia no Brasil.

²²¹ Geledés, 07/12/2015.

²²² Diário do Centro do Mundo, 20/04/2016.

²²³ Revista Fórum, 02/04/2016.

É preciso destacar que antes do início do processo de *impeachment*, essa imagem de Dilma corajosa já era difundida pelas mulheres e grupos feministas. Durante a campanha presidencial de 2014, o *SOS Corpo*²²⁴, por exemplo, publicou um texto em apoio à eleição de Dilma, que foi assinado por mais de 1.700 mulheres, no qual consta a seguinte frase: “Estamos com Dilma porque, *por toda sua vida, esta mulher teve coragem de enfrentar esse passado de injustiça para construir um presente em que caibamos mulheres e homens livres e iguais*”. Uma explicação para a extensa difusão dessa imagem de Dilma pode ser encontrada no fato de que a campanha presidencial, bem como na campanha contra o golpe produzida por ela e sua assessoria, utilizaram amplamente esse adjetivo para se referir à presidenta.

Na eleição presidencial de 2014, a campanha de Dilma utilizou em vários materiais a foto dela quando foi presa pelo regime militar, alocada juntamente com os dizeres “coração valente”, imagem que voltou a circular durante o *impeachment*. Além disso, Dilma pautou sua defesa, durante todo o processo, afirmando que estava sofrendo uma injustiça e uma violência, muito similar à que ela havia sofrido durante a ditadura, estabelecendo a relação entre os dois processos políticos brasileiros, os golpes de 1964 e de 2016. Da mesma forma, o fato de Dilma ter lutado contra o regime militar em grupos clandestinos e depois ter sido presa e torturada em interrogatórios promovidos pelo governo brasileiro foi colocado por ela como a postura que ela teria diante do processo de *impeachment*, de resistência e luta. Falas de Dilma afirmando essa postura foram reproduzidas por alguns sites de notícias, como por exemplo, demonstra o título da matéria da *BBC*²²⁵: “‘Iremos resistir, resistir e resistir’, afirma Dilma”. Outro exemplo foi a matéria publicada pelo *Brasil 247*²²⁶ em 27 de agosto de 2018 sob o título: “Dilma: não suicido, não renuncio e não fujo”, na qual Dilma é chamada de “dama de ferro”, uma referência à Margaret Thatcher, que foi Primeira-Ministra do Reino Unido. Segue abaixo um trecho da matéria:

Desde que deixou o comando do País, há 109 dias, a “dama de ferro” do PT mantém-se firme no enfrentamento do golpe.

²²⁴ SOS Corpo, 22/10/2014.

²²⁵ BBC, 05/05/2016.

²²⁶ Brasil 247, 27/08/2016.

[...] Dilma cunhou seu grito de guerra: “Hoje eu não tenho de renunciar, não tenho de me suicidar, não tenho de fugir para o Uruguai”. Fez alusão a Jânio Quadros, Getúlio Vargas e João Goulart, antecessores que, como ela, viveram situações limites no exercício da Presidência da República Federativa do Brasil.

Em outra matéria, essa publicada pelo *SOS Corpo*²²⁷, sobre a fala de Dilma no 7 de abril de 2016 em evento “Encontro com Mulheres em Defesa da Democracia” realizado no Palácio do Planalto, consta o seguinte trecho da fala de Dilma:

Estou enfrentando, desde a minha reeleição, a sabotagem de forças reacionárias e mantenho o controle, o eixo e a esperança. Eu não perco o controle, não perco o eixo e nem a esperança porque eu sou mulher. Porque *me acostumei a lutar* por mim e pelos que amo. Amo a minha família, o meu país e o meu povo, *sempre lutei e continuarei lutando*.

Sobre esse mesmo evento, o *G1*²²⁸ publicou a fala de uma das mulheres que participaram do evento, Alessandra Costa, representante da Marcha das Margaridas. Segundo a matéria, Costa “se referiu a Dilma como uma pessoa de ‘coração valente’ e afirmou estar no evento para demonstrar ‘solidariedade’ à presidente e a ‘indignação’ com a ‘violência’ que se tem visto no país”. Em outro evento organizado por Dilma no Planalto, este no dia 31 de março de 2016, intitulado “Encontro com Artistas e Intelectuais em Defesa da Democracia”, outras duas mulheres proferiram falas parecidas. Segundo reportagem da *Folha de São Paulo*²²⁹, a cantora Beth Carvalho afirmou que Dilma “só podia ser uma *guerreira* para aguentar tanta injustiça”. Esse mesmo espanto demonstrado pela cantora foi expresso por uma colega de Dilma, a jornalista Rose Nogueira, que foi companheira de cela de Dilma

²²⁷ SOS Corpo, 07/04/2016.

²²⁸ G1, 07/04/2016.

²²⁹ Folha de São Paulo, 10/04/2016.

durante a ditadura e, atualmente, coordena o movimento *Tortura Nunca Mais*. Segue abaixo um trecho da entrevista de Nogueira à *Uol*²³⁰:

Uol: Vocês duas foram torturadas. A pressão à que a presidente Dilma está submetida hoje é comparável ao tempo em que vocês passaram na prisão?

Rose Nogueira: A tortura psicológica é tão forte e violenta quanto a física. Eu acho que ela deve estar muito pressionada. *A gente se pergunta: como uma pessoa pode aguentar tanto?* E só tem uma resposta. É quando você está disposto a se sacrificar pelo seu país.

[...]

Rose Nogueira: *Ela jamais entregaria os pontos. Quem luta pela democracia, quem lutou contra a ditadura vem da linhagem de Tiradentes. Eu penso que ela jamais vai entregar os pontos. Ela não vai desistir e vai resistir.*

Para além de interpretar a fala dessas mulheres como resultado de uma articulação política com Dilma, acredito que ela pode ser interpretada como resultado do poder de interpelação desse discurso, que faz até mesmo com que a própria campanha de Dilma a reconheça como um discurso passível de se difundir e assim o produza. Entretanto, é preciso destacar aqui que essa imagem de Dilma como uma mulher corajosa e forte foi a de difusão mais restrita que encontrei, reproduzida quase exclusivamente por mulheres e em sites de notícias que demonstravam apoio à presidenta. A maior incidência de mulheres na produção dessa imagem de Dilma talvez se explique menos pelo conceito de coragem e mais pelo de violência contra as mulheres.

Como já afirmei anteriormente, o retrato de Dilma como uma mulher corajosa é produzido a partir das violências que ela vinha sofrendo, de maneira que o conceito de violência foi amplamente utilizado pelas autoras, como pôde ser lido nas

²³⁰ Uol, 01/04/2016.

matérias que citei anteriormente, e nesse trecho do artigo de Stephanie Ribeiro²³¹: “A violência psicológica, assim como a física, mata e incapacita. Por isso vamos levar ela mais a sério!”. Assim, na maioria dos artigos encontrados por mim, as mulheres pareciam mais interessadas em denunciar a violência que Dilma vinha sofrendo como uma violência contra as mulheres, como pode ser visto na afirmação de Alessandra Lunas²³², da Marcha das Margaridas, sobre a capa da *Revista IstoÉ*: “Não é apenas contra a presidenta da República, é contra cada uma de nós”. É de se notar que muitas mulheres que defenderam Dilma diante das violências que ela vinha sofrendo iniciavam seu texto dizendo que não haviam votado nela, ou que não concordavam com as políticas de seu governo, como por exemplo Julia Dworkin²³³, que disse: “Eu não sou petista” e “nem sequer votei em você”. A capacidade de unificação e mobilização das mulheres em torno da pauta de combate à violência de gênero pode ser explicada por esta ter sido a principal luta feminista a partir da metade do século XX.

Desde a década de 1970, no Brasil, os movimentos feministas atuam na luta pela punição de homens que assinaram suas companheiras, como a campanha “quem ama não mata”, a criação de grupos gratuitos de atendimento às mulheres vítimas de violência, como o SOS Mulher e, posteriormente, a criação das Delegacias de Mulheres (Grossi, 1994). Como resultados atuais desse trabalho feminista destaco aqui a aprovação da Lei Maria da Penha em 2006 e a lei que torna o feminicídio crime hediondo em 2015. Para a produção dessas leis, mulheres de diferentes posicionamentos políticos se uniram na busca de sua aprovação, de forma que, atualmente, essa é a principal pauta que unifica as mulheres dos mais distintos matizes políticos. Quando estive no Congresso Nacional, no início de 2015, ouvi da deputada Erika Kokay (PT-DF) e do chefe de gabinete da Secretaria da Mulher na Câmara, Lin Israel Costa dos Santos, coordenada na época por deputadas da oposição ao governo do PT, em sua maioria inclusive mulheres evangélicas, que há uma unificação de todas as mulheres políticas em torno da pauta de combate à violência contra as mulheres; enquanto temas como direitos reprodutivos não se apresentam como unanimidade e não são nem comentados, devido

²³¹ Geledés, 07/12/2015.

²³² PT, 07/04/2016.

²³³ Revista Fórum, 05/07/2015.

à grande divergência que causam. Além disso, é preciso considerar que atualmente a categoria “violência contra a mulher” é “de grande aceção em todo o Brasil” tendo passado “a fazer parte do senso comum” (Grossi, 1998, p. 296). Assim, interpreto o movimento de mulheres que passaram a produzir discursos denunciando a violência que Dilma vinha sofrendo dentro desse fluxo da luta feminista. Mas mais do que isso.

Segundo Miriam Grossi (1994), o início do movimento de combate à violência contra as mulheres foi principalmente destinado a combater às violências conjugais. Disso, resultou que a Lei Maria da Penha é destinada apenas para tratar de casos de violência doméstica e familiar. No Brasil, segundo Miriam Grossi, a maioria das denúncias de violência contra a mulher são referentes às violências praticadas no âmbito de relações afetivas e conjugais, “o que faz com que, no Brasil, 'violência contra a mulher' seja uma categoria usada muito seguidamente como sinônimo de 'violência doméstica' (Grossi, 1994, p. 296). Quando essas mulheres buscam conceituar os ataques sofridos por Dilma a partir dos conceitos da Lei Maria da Penha – violência física, violência psicológica, etc. – elas estão adaptando esse arcabouço jurídico para uma nova realidade: a política, ou seja, o espaço público.

Entretanto, não foram apenas mulheres que defenderam que Dilma era forte na resistência aos ataques que estava sofrendo. Durante o processo de *impeachment*, alguns homens se pronunciaram afirmando que Dilma é uma mulher corajosa e forte, como por exemplo seu ex-marido, Carlos Araújo²³⁴: “Dilma cresce no confronto. Não vão encontrar fraqueza nunca ali”. De maneira similar, o responsável pelo *marketing* político da campanha presidencial de Dilma, João Santana²³⁵ falou durante sua delação premiada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que Dilma é “corajosa”: “Convivi com centenas de políticos de vários matizes mas pouquíssimos – ou quase nenhum – tão honestos, rígidos, *corajosos* e voluntariosos como a presidenta. Mesmo assim, ela caiu nesta rede nefasta”.

A imagem de Dilma como uma mulher forte se difundiu mais amplamente a partir de sua defesa no Senado. No dia 29 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi ao Senado se defender das acusações de crime de responsabilidade. Durante cerca de 14

²³⁴ Brasil 247, 09/12/2015.

²³⁵ Mídia Bahia, 26/04/2017.

horas, Dilma se pronunciou e respondeu às perguntas de senadoras, senadores e dos autores do pedido de *impeachment*, Janaina Paschoal e Miguel Reale Junior. O impacto desse interrogatório não se deu apenas pelo tempo em que Dilma passou respondendo às questões, mas por suas respostas terem sido interpretadas como a expressão do domínio de Dilma sobre as questões jurídicas, econômicas e políticas que envolveram seu julgamento, como pode ser visto nessa matéria publicada pelo *Pragmatismo Político*²³⁶:

Com o discurso desta segunda-feira (29) e a maneira com que conduziu as respostas aos senadores, Dilma deixa “uma grande mensagem para o Brasil”. Ela demonstra grande domínio técnico e político das questões a que foi submetida, seja em sua fala, seja nos questionamentos. “Tanto do ponto de vista jurídico quanto político, é uma aula da presidente Dilma.” A opinião é do professor e jurista Luiz Moreira, ex-membro do Conselho Nacional do Ministério Público.

A matéria ainda compara Dilma a outros presidentes, destacando que a postura de Dilma foi de enfrentar o processo de *impeachment* e ir ao Senado:

“Tanto do ponto de vista jurídico quanto político é um discurso histórico. É a primeira presidente da República a sofrer um processo de *impeachment* a ir ao Senado. Getúlio se suicidou, Collor renunciou e Jango foi impedido”. A avaliação é do professor e jurista Luiz Moreira

Nesse sentido, a imagem de coragem de Dilma se sobressaiu entre as interpretações sobre ela durante seu interrogatório no Senado. Em matéria publicada pela *Revista Fórum*²³⁷, sob título “Quase 14h de Dilma e uma defesa histórica para inspirar a resistência”, a revista defende que Dilma demonstrou “um show de coragem”: “Uma defesa que já seria

²³⁶ Pragmatismo Político, 29/08/2016.

²³⁷ Blog do Rovai, 30/08/2016.

histórica se fosse algo mais ou menos razoável, mas não foi só. Foi um show. Um show de *coragem*, de dignidade e de respeito à biografia e à democracia”. E mais a frente: “Dilma deixou hoje, no dia 30 de agosto de 2016, uma clara mensagem. Não se entregue, não desista, não seja covarde, seja leal e tenha dignidade”.

O site do PT²³⁸ fez um levantamento da repercussão do depoimento de Dilma no Senado, do qual elenquei alguns comentários publicados no *Twitter*. O Jornalista Paulo Henrique Amorim publicou: “A coragem de Dilma aniquilou os torturadores de hoje!”; enquanto a feminista Lola Aronovich escreveu: “LUTE COMO UMA MULHER: Dilma ã fugiu, ã renunciou, ã se suicidou. Ficou e luta”. O mesmo se repetiu na frase escrita pelo jornalista Xico Sá: “mais do q partidos, o q há nesse momento é mulher resistente e homem covarde entregando os pontos ou negociando de véspera. Elas são maiores”.

Após a defesa de Dilma no Senado a *Revista IstoÉ*²³⁹ publicou uma matéria em que fala que “Dilma se mostrou inquebrantável”:

Desde o início do processo, Dilma se mostrou inquebrantável, tanto em público quanto na intimidade. “Eu a vejo muito forte. O impeachment a fez crescer como política e como mulher. Ela se fortaleceu”, afirmou à AFP uma fonte ligada à Dilma. Não chegou a chorar nenhuma vez desde que assumiu o poder, mas o fez ao receber o relatório final da Comissão da Verdade, que confirmou os 434 mortos ou desaparecidos durante a ditadura militar (1964-1985).

Entretanto, o conceito de coragem atribuído à Dilma não é livre de gênero. É uma coragem e uma força para resistir e não para atacar, para aguentar a opressão e não para oprimir. Essa representação de força feminina pode ser encontrada dentro da teoria feminista sobre violência contra a mulher. Miriam Grossi descreve que uma das grandes vertentes, a mais difundida, utilizada para analisar as violências contra as mulheres guarda em sua base a teoria do patriarcado. Esse paradigma, segundo a autora,

²³⁸ PT, 30/08/2016a.

²³⁹ Revista IstoÉ, 31/08/2016.

“parte do pressuposto de que vivemos numa sociedade com valores patriarcais, na qual os homens usam da violência para controlar as mulheres e submetê-las à sua dominação” (Grossi, 1998, p. 303). Acredito que esse pressuposto guiou a formação da imagem de Dilma por essas mulheres e homens, produzindo essa divisão de papéis entre aqueles que atacam e aquelas de resistem. Um exemplo que ilustra bem essa interpretação foi a difusão de um novo vocábulo, o verbo *Dilmar*, que significa: “lutar, se fazer escutar, enfrentar, aturar, suportar, aguentar, falar sem medo, se defender incansavelmente de uma acusação. (Pop) Não fazer mi mi mi. Dilmar é o oposto de temer”. Esse vocábulo passou a ser compartilhado pelo *Facebook* um dia depois da defesa de Dilma no Senado, encontrei-o nas páginas das *Mulheres Pela Democracia*²⁴⁰, *Jornalistas Livres*²⁴¹, *Lindbergh Farias*²⁴², mas ele foi também incluído no *Dicionário Informal*²⁴³ no dia 30 de agosto de 2016. Mas há uma implicação teórica nessa divisão.

Como apontou Miriam Grossi (1998) sobre a teoria do patriarcado, esse paradigma naturaliza e essencializa o papel das mulheres e dos homens, fixando a violência em um dos polos. Talvez por isso, muitas mulheres tenham utilizado as palavras “mulher”, “mãe” e “avó”, como por exemplo Nathali Macedo²⁴⁴, para se referir à Dilma, na busca por lembrar à todas as mulheres a conexão essencial que existe entre elas. Muitos dos artigos que recolhi demonstram que suas autoras reconheciam as violências sofridas por Dilma como violências que elas mesmas sofriam em suas vidas, buscando estabelecer assim uma conexão entre as mulheres em geral e Dilma, por meio de conceito “mulher”. Julia Dworkin²⁴⁵, por exemplo, inicia sua carta falando que quer conversar com Dilma de “mulher para mulher”, para além das divergências políticas, e continua:

Quero te dizer que eu sou e choro com você todas as vezes que te atacam de forma pessoal, cruel e criminosa. Dói em mim. Toda vez que me deparo com

²⁴⁰ Mulheres Pela Democracia, Facebook, 30/08/2016.

²⁴¹ Jornalistas Livres, Facebook, 31/08/2016.

²⁴² Lindbergh Farias, Facebook, 03/09/2016.

²⁴³ Dicionário Informal, 30/08/2016.

²⁴⁴ Diário do Centro do Mundo, 20/04/2016.

²⁴⁵ Revista Fórum, 05/07/2015.

esses ataques, sempre penso em como você está se sentindo ao ver aquilo. E penso em todas as vezes que isso já aconteceu comigo e com as mulheres que eu gosto, não em nível nacional, mas ainda assim. Quando vejo os olhares que te lançam e a forma que falam de você, lembro-me de quantas vezes enquanto eu falava, homens me olhavam com aquele mesmo olhar de desprezo. E quantas vezes falaram de mim de forma desrespeitosa e cruel. Lembro da insegurança que sinto quando vou falar em público, lembro de como eu me sinto ao falar em espaços que eu sei que todos acreditam não ser meu. Eu me lembro o quanto é dolorido e difícil. E seu rosto abatido não mente.

Longe de discordar dessa interpretação, acredito mesmo que a essencialização das mulheres, que acarretam nas violências sofridas por Dilma e pela maioria das mulheres brasileiras, são respondidas por meio de um reconhecimento de que há uma conexão entre todas as mulheres e que assim elas devem se unir e produzir uma intervenção social. Esse é um paradoxo que compõe os movimentos e teorias feministas há décadas: ao mesmo tempo que as mulheres não querem ser estigmatizadas por serem mulheres, elas reivindicam o respeito social a partir da categoria “mulher”, essencializando e fixando uma identidade (Scott, 2002. Butler, 2013). Não quero aqui entrar nesse debate, pois o meu objetivo é apenas apontar *como* e *se* os significados de gênero construíram a imagem de Dilma como uma mulher forte.

Portanto, a partir da análise dos textos que reproduziram o discurso que Dilma é uma mulher forte, concluo que essa imagem de Dilma foi fundada na dicotomia entre resistência feminina e dominação masculina, historicamente construída pelas teorias e movimentos feministas brasileiros, principalmente pelas teorias e movimentos de combate às violências contra as mulheres. Logo, o conceito de força atribuído à Dilma foi um conceito pautado nos significados de feminilidade disponíveis, que são fundados na sua diferenciação dos significados de masculinidade.

Considerações finais

No Brasil, o ano de 2016 foi marcado pelo processo de *impeachment* que destituiu a primeira mulher eleita à Presidência da República desse país, Dilma Rousseff. Durante os nove meses que correu o processo no Congresso Nacional, houve disputas no campo discursivo, com o intuito de descrever, efetivar ou barrar o processo de deposição de Rousseff. A partir de pesquisa qualitativa realizada nos sites de notícias, identifiquei que, nessa disputa, foram produzidos significados fixos, essenciais e discretos sobre a personalidade de Dilma, engendrando imagens que caracterizavam a presidenta como uma mulher “autoritária”, “arrogante”, “incompetente”, mas também “honesta” e “forte”. A presente dissertação teve como objetivo central identificar e descrever como e se os significados de gênero contribuíram para a produção dessas imagens.

Para isso, utilizei como referência as teorias feministas e as pesquisas feministas sobre mulheres na política, comparando o que era dito sobre Dilma com o que é dito sobre as mulheres em geral e também especificamente sobre as mulheres políticas brasileiras e de outros países. Identifiquei que as imagens de Dilma encontram similaridades com os discursos produzidos sobre outras mulheres políticas e que esses discursos estão pautados na crença de que as pessoas estão divididas entre mulheres e homens, conjuntos distintos que teriam características comportamentais e psicológicas diferentes, opostas e naturalmente fundadas.

Como busquei demonstrar no quarto capítulo da dissertação, o papel das mulheres na política é interpretado, traduzido e pensado a partir da função que teriam na família, âmbito para o qual as mulheres são consideradas naturalmente propensas, vocacionadas e inclinadas a atuar. Nessa ótica, a habilidade das mulheres na esfera privada advém de características naturais que fazem delas seres afetivos, amorosos, benevolentes, recatados, humildes, honestos e com inclinação para cuidar, dialogar e servir. Contudo, o espaço político é regido por normas que beneficiam os agentes que possuem capacidade de mandar, liderar, disputar e demonstrar frieza, hostilidade e razão. As mulheres entram, assim, em um paradoxo: se demonstram os atributos exigidos pelo campo político, elas são consideradas como seres anormais, pois estão fora de sua natureza; mas se cumprem as expectativas para o gênero feminino elas não ascendem a cargos

de poder na política. A partir da pesquisa realizada, pude identificar que os comportamentos da presidenta Dilma Rousseff no comando da Presidência foram interpretados, durante o processo de *impeachment*, dentro da primeira linha desse paradoxo, ou seja, suas ações e atitudes foram criticadas por políticos e agentes da mídia, que as consideraram inadequadas e anormais, produzindo três imagens de Dilma: de “mulher autoritária”, de “mulher louca” e de “mulher incompetente”.

A imagem de Dilma como uma “mulher autoritária” foi formada a partir de discursos de políticos e agentes da mídia que diziam que Dilma não dialogava e não ouvia os conselhos dos demais políticos, sendo, por isso, uma gestora controladora, arrogante, obstinada, para quem faltava humildade, feminilidade e escuta. Essas classificações das ações de Dilma revelaram uma expectativa de que ela se comportasse dentro dos parâmetros esperados para o seu “sexo” e, assim, eles reivindicavam que ela deveria dialogar e escutar mais os homens políticos do Congresso. Busquei demonstrar, no quarto capítulo, que a Dilma não era conferida autoridade para atuar como presidenta, posto que um alto volume de matérias reivindicava que ela deveria se manter em uma postura de humildade, submissão e escuta. Em paralelo a esse discurso, alguns sites de notícias defenderam que a presidenta Dilma estava fora de si quando exercia sua autoridade. Concluí, então, que essas duas imagens de Dilma – “autoritária” e “louca” – revelam a dificuldade que as mulheres enfrentam para ter sua autoridade reconhecida no comando das questões públicas e políticas. Essa conclusão foi corroborada pelas recorrentes matérias que atribuíram ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva as conquistas do governo Dilma, sendo que ele foi recorrentemente chamado, durante o processo de *impeachment*, para interferir e opinar na administração do Estado brasileiro, com efusivas expectativas de que ele deveria ser o presidente. De modo relacionado, encontrei as bases para essa falta de legitimidade da presidenta em falas que afirmavam que ela não possuía capacidade para gerir o Brasil, fundando outra imagem de Dilma: “mulher incompetente”.

Ao longo de todo o processo de *impeachment* foram publicados artigos de opinião, matérias e entrevistas com políticos e economistas que afirmavam que Dilma havia conduzido o Brasil para uma crise econômica sem precedentes, o que levava esses autores a afirmar que a presidenta é incompetente, incapaz e inábil

na administração econômica do Estado. Esses agentes interpretavam as ações de Dilma como uma demonstração de que ela não sabia o que está fazendo, estava perdida, desesperada e aprontando besteiras. Algumas pessoas chegaram a dizer que, diante de sua incompetência na administração pública, o melhor lugar para Dilma atuar seria no cuidado de seus netos. Interpretei a produção dessa imagem de “mulher incompetente” como um reflexo da divisão entre atributos, habilidades e interesses que faz com que até os dias atuais as mulheres encontrem barreiras para atuar em cargos da gestão financeira do Estado, entre eles a economia. Assim, se Dilma não possui habilidade para gerir a economia do Estado, ela não pode ter autoridade para decidir sobre a política do país.

Apesar de as imagens de “autoritária” e “incompetente” terem sido produzidas por ambos os lados do processo, ou seja, por aqueles que se opunham ao golpe e aqueles que defendiam o *impeachment*, identifiquei que elas foram utilizadas para defender e justificar a deposição de Dilma Rousseff, a partir da produção de um consenso quase nunca questionado que defende que Dilma não possui capacidade para governar, por ser autoritária e incompetente. Portanto, os significados de gênero atuaram como fatores relevantes e decisivos na produção discursiva que justificou e efetivou o *impeachment*, de modo que a destituição de Dilma foi produzida por discursos que guardam em sua base o fato de Dilma ser mulher. Isso de modo algum significa que a destituição de um homem não pode ocorrer, implica antes que para efetivar a destituição de um homem outros argumentos, estes também pautados em significados de gênero, deverão ser correlacionados e difundidos. Assim, é o poder de interpelação da representação das mulheres como autoritárias e incompetentes que permitiu estabelecer um consenso dificilmente questionado sobre Dilma e a necessidade de sua saída do comando do Poder Executivo.

Outras imagens de Dilma foram produzidas durante o processo de *impeachment*, não necessariamente com o intuito de barrar o golpe, mas edificando uma percepção positiva de Dilma na gestão do Estado. Ao longo do processo de *impeachment*, muitos políticos, jornalistas e feministas defenderam que Dilma é uma “mulher honesta”, seja diante dos crimes de responsabilidade, os quais ela era acusada pelo Congresso Nacional de ter cometido, seja diante de atos de corrupção e enriquecimento ilícito, que se estabelecem como uma das principais acusações contra políticos

brasileiros. Assim, diferentes agentes falaram sobre a integridade, a ética, a dignidade, e a correção moral de Dilma, defendendo que ela é uma mulher séria, mulher de bem, mulher correta e mulher pura e limpa. Identifiquei que a produção dessa imagem de Dilma é também encontrada na reprodução de falas sobre as mulheres políticas, que são conjuntamente interpretadas como pessoas que possuem uma ética superior a dos homens, que são percebidos como seres mais propensos à corrupção. Argumentei que essa essencialização de uma ética feminina é estabelecida pela associação das mulheres ao papel de mãe, tido como responsável por guardar a moral na família e na sociedade.

A imagem de Dilma como uma “mulher forte” também foi produzida dentro dessa dicotomia entre mulheres e homens, mas guardando uma considerável diferença, posto que foi produzida dentro dos discursos feministas de combate à violência contra as mulheres. Além disso, esse foi o discurso de difusão mais restrito que encontrei, quase exclusivamente proferido apenas por mulheres. Dilma foi interpretada como uma mulher forte a partir de sua postura diante das violências que viveu durante sua vida, como a tortura no período da ditadura, e no processo de *impeachment*, ao ser xingada, ofendida, interrogada e atacada. As mulheres que se pronunciaram publicamente contra essas violências vividas por Dilma o fizeram a partir de um reconhecimento de que as mulheres sofrem violências por parte dos homens e de uma sociedade que entendem como patriarcal, motivo pelo qual devem se manter resistentes para suportar a dominação masculina, estabelecendo assim uma clara divisão entre as posturas femininas e masculinas: enquanto os homens atacam, as mulheres resistem.

A partir da pesquisa realizada e, como busquei demonstrar na escrita desta dissertação, concluí que as imagens de Dilma produzidas durante o processo de *impeachment* – de mulher autoritária, incompetente, honesta e forte – são constituídas por significados de gênero. Esses significados de gênero obedecem a separação, historicamente construída nas repúblicas democráticas, de mulheres e homens às esferas privada e pública, respectivamente. Apesar de os movimentos feministas terem contribuído para superar essa divisão, no decorrer dos séculos XX e XXI, fazendo com que cada vez mais mulheres acessassem o espaço público, no processo de *impeachment* essa divisão demonstrou ainda operar para representar os atributos e as

qualidades femininas, e a partir dessa dicotomia foram significadas as ações e os comportamentos de Dilma Rousseff na Presidência.

Referências

a) Corpus documental

Agência Patrícia Galvão. 08/02/2012. Feministas apoiam, comemoram e têm grandes expectativas sobre nova ministra de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/noticias-politica/feministas-apoiam-comemoram-e-tem-grandes-expectativas-sobre-nova-ministra-de-politicas-para-as-mulheres/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Sem data. Relação de Integrantes da 45ª Legislatura (31/01/1979-31/01/1983) - 56 cadeiras. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=zJ_AE6mRL3U%3D&tabid=3543&language=pt-BR>. Acesso em: 02 mar. 2018.

BBC. 26/03/2016. Por que o impeachment anda mais rápido que processo de Cunha? Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160323_cunha_processo_impeachment_ms_if>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BBC. 18/04/2016. De Lula a FHC: Dez frases sobre Dilma. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_frases_dilma_ab>. Acesso em: 1 fev. 2018.

BBC. 05/05/2016. 'Iremos resistir, resistir e resistir', afirma Dilma. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160505_dilma_video_wd>. Acesso em: 1 fev. 2018.

Blasting News. 14/05/2016. Dilma dá suas pedaladas em Porto Alegre, enquanto Michel Temer tenta arrumar o Brasil. Disponível em: <<http://br.blastingnews.com/brasil/2016/05/dilma-da-suas-pedaladas-em-porto-alegre-enquanto-michel-temer-tenta-arrumar-o-brasil-00920703.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Blog de Benone Leão. 17/09/2016. PT faz ginástica para acomodar ex-presidente Dilma Rousseff. Disponível em: <PT faz ginástica para acomodar Dilma>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Blog da Cristiana Lôbo. 31/08/2016. Pouco diálogo e falta de habilidade política: as marcas do governo Dilma. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/blog/cristiana-lobo/post/pouco-dialogo-e-falta-de-habilidade-politica-marcas-do-governo-dilma.html>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

Blog do Josias. 17/09/2016. Petistas tratam Dilma como uma tia excêntrica. Disponível em: <<https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2016/09/17/petistas-tratam-dilma-como-uma-tia-excentrica/>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Blog do Magno. 17/09/2016. PT faz ginástica para acomodar Dilma. Disponível em: <https://www.blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=165956&pagina=3>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Blog do Max. 17/04/2016. Retirada de Dilma é interrupção do processo democrático. Disponível em: <<http://blogdomax.net/noticias/retirada-de-dilma-e-interruptao-do-processo-democratico>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

Blog do Noblat. 20/03/2015. Dilma ouve, mas não leva em conta a maioria dos conselhos de Lula. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/meus-textos/noticia/2015/03/dilma-ouve-mas-nao-leva-em-conta-maioria-dos-conselhos-de-lula.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Blog do Noblat. 08/09/15. O emprego mais arriscado da República. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/meus-textos/noticia/2015/09/o-emprego-mais-arriscado-da-republica.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Blog do Rodrigo Constantino. 08/03/2015. A incapacidade de Dilma de reconhecer seus erros. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/historico-veja/a-incapacidade-de-dilma-de-reconhecer-seus-erros/>>. Acesso em: 08 de dez. 2017.

Blog do Rovai. 30/08/2016. Quase 14h de Dilma e uma defesa histórica para inspirar a resistência. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2016/08/30/quase-14h-de-dilma-e-uma-defesa-memoravel-e-que-deve-inspirar-a-resistencia/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Brasil 247. 08/04/2012. Ser presidenta agora é lei. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/52418/Ser-presidenta-agora-%C3%A9-lei-Ser-presidenta-agora-lei.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Brasil 247. 09/12/2015. Carlos Araújo: “Dilma cresce no confronto”. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/rs247/208715/Carlos-Ara%C3%BAjo-%E2%80%9CDilma-cresce-no-confronto%E2%80%9D.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

Brasil 247. 27/08/2016. Dilma: não suicido, não renuncio e não fujo. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/poder/252077/Dilma-n%C3%A3o-suicido-n%C3%A3o-renuncio-e-n%C3%A3o-fujo.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Brasil 247. 19/11/2016. Tiraram a mulher honesta, deu nisso... Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/poder/266205/Tiraram-a-mulher-honesta-deu-nisso.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

Brasil Soberano e Livre. 17/09/2016. PT faz ginástica para acomodar ex-presidente Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://brasilsoberanoelivre.blogspot.com.br/2016/09/pt-faz-ginastica-para-acomodar-ex.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Calle2. 08/03/2016. ‘Brasil sai do Estado de Direito para o Estado da direita’ Frei Betto, um tradicional apoiador do PT, afirma que a política saiu do racional para o emocional, o que pode permitir o surgimento de um ‘salvador da pátria’; para ele, o partido precisa enquadrar Dilma. Disponível em: <<https://calle2.com/o-brasil-sai-do-estado-de-direito-para-o-estado-da-direita/>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Câmara dos Deputados. 10/05/1950. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L1079.htm>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Câmara dos Deputados. 25/05/2010. PL 7382/2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=478462>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Câmara dos Deputados. 28/06/2011. PL 1672/2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=510199>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Câmara dos Deputados. 27/02/2013. PL 5069/2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Câmara dos Deputados. 2014. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18847>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Câmara dos Deputados. 02/12/2015. Decisão da Presidência de 02/12/2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/dpsn/2015/decisaodapresidencia-57098-2-dezembro-2015-782051-publicacaooriginal-148875-cd-presi.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Câmara dos Deputados. Youtube. 04/04/2016. CESP - DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE - Reunião - 04/04/2016 - 14:38. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tI_2IhQPxl0>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Câmara dos Deputados. 06/04/2016. Denúncia por crime de responsabilidade nº 1, de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp->

content/uploads/sites/41/2016/04/Parecer-Dep.-Jovair-Arantes.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Câmara dos Deputados. Youtube. 08/04/2016. Sessão do dia 8 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oIyFk-zb0D>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Câmara dos Deputados. Youtube. 11/04/2016. CESP - DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE - Reunião Deliberativa. - 11/04/2016 - 10:55. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g4g6s_o4EDM>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Câmara dos Deputados. 17/04/2016. Discursos e Notas Taquigráficas - Câmara dos Deputados - DETAQ. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=124&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=18:06&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=17/04/2016&txApelido=PRESIDENTE&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Câmara dos Deputados, sem data. Decisão da Presidência. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/Decis%C3%A3o_sobre_impeachment_CD.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2018.

Câmara Notícias. 17/03/2016. Confirma os deputados eleitos para a comissão especial do impeachment. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/505529-CONFIRA-OS-DEPUTADOS-ELEITOS-PARA-A-COMISSAO-ESPECIAL-DO-IMPEACHMENT.html>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

CartaCapital. 07/12/2010. Todas as mulheres da presidente. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/todas-as-mulheres-da-presidente>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

CartaCapital. 29/01/2015. Dilma, um e dois. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/834/dilma-um-e-dois-3393.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

CartaCapital. 02/12/2015. Em retaliação ao PT, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-retaliacao-ao-pt-cunha-acolhe-pedido-de-impeachment-contradilma-5647.html>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

Comissão Nacional da Verdade. 12/2014. Relatório: Volume 1. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2014/12/10/Relatorio_Final_CNV_Volume_I_Tomo_I.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Comunique-se. 03/07/2017. Paulo Nogueira, DCM e sua herança de mídia democrática no Brasil. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/paulo-nogueira-dcm-e-sua-heranca-de-midia-democratica-no-brasil/>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

Conversa com Historiadoras. 06/05/2016. Os historiadores e a Presidenta (Carta Aberta à Dilma Rousseff). Disponível em: <<https://conversadehistoriadoras.com/2016/05/06/os-historiadores-e-a-presidenta-carta-aberta-a-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Correio Braziliense. 11/10/2015. "É uma crise aguda. Dilma nunca se viu tão acuada", afirma Marta Suplicy. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica-brasil-economia/63,65,63,14/2015/10/11/internas_polbraeco,502073/e-uma-crise-aguda-dilma-nunca-se-viu-tao-acuada-afirma-marta-supli.shtml>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Correio Braziliense. 04/03/2016. Dilma pedalava enquanto PF cumpria mandado de condução contra Lula. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/03/04/internas_polbraeco,520503/dilma-pedalava-enquanto-pf-cumpria-mandado-de-conducao-contralula.shtml>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Correio Braziliense. 13/03/2016. Organizadores dizem que 150 mil foram às ruas no Recife; PM não faz balanço. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/03/13/internas_polbraeco,521884/organizadores-dizem-que-150-mil-foram-as-ruas-no-recife-pm-nao-faz-ba.shtml>. Acesso em: 4 fev. 2018.

Correio Popular. 21/03/2016. Uma Pessoa pra Namorar a Dilma. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/03/colunistas/joaquim_motta/419380-uma-pessoa-pra-namorar-a-dilma.html>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Diário do Brasil. 09/08/2016. William Waack: “Eu subestimei a capacidade da Dilma de aprontar besteiras”. Disponível em: <<https://www.diariodobrasil.org/william-waack-eu-subestimei-a-capacidade-da-dilma-de-aprontar-besteiras2017/>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Diário do Centro do Mundo. 20/04/2016. Eu também abraço a Dilma. Por Nathali Macedo. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/eu-tambem-abraco-a-dilma-por-nathali-macedo/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Diário do Centro do Mundo. 03/05/2016. Nova heroína da direita, a senadora golpista Simone Tebet teve os bens bloqueados. Por Kiko Nogueira. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/nova-heroina-da-direita-a-senadora-golpista-simone-tebet-teve-os-bens-bloqueados-por-kiko-nogueira/>>. Acesso em: 04 abr. 2018

Diário do Poder. 10/04/2016. Estilo Dilma revolta e também diverte auxiliares. Disponível em: <<http://www.diariodopoder.com.br/noticia.php?i=53198283972>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Dicionário Informal. 30/08/2016. Dilmar. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/dilmar/14809/>>. Acesso em 06 fev. 2018.

EBC na Rede. Youtube. 02/12/2015. Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff sobre autorização de abertura do processo de impeachment. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pWgyY5oeV3Q>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

El País. 09/03/2015. "Vaca" até quando? Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politica/1425911342_272443.html>. Acesso em: 4 fev. 2018.

El País. 15/09/2015. Hélio Bicudo: “Vamos trabalhar para que o Lula não volte em 2018”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/politica/1442255537_828146.html>. Acesso em: 27 fev. 2018.

El País. 19/10/2015. A CPI da Câmara que, sem querer, fisgou o deputado Eduardo Cunha. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/19/politica/1445277874_934367.html>. Acesso em: 27 fev. 2018.

El País. 13/05/2016. Dilma: “Nós vamos lutar para voltar”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/13/politica/1463169769_513952.html>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Época. 01/09/2015. Fundador do PT diz que Dilma é incapaz de governar. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2015/09/fundador-do-pt-diz-que-dilma-e-incapaz-de-governar.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Época. 04/04/2016. Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/04/como-o-brasil-entrou-sozinho-na-pior-crise-da-historia.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Época. 12/05/2016a. Meirelles, o ministro de Temer que Lula quis para Dilma. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/meirelles-o->

ministro-de-temer-que-lula-quis-para-dilma.html>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Época. 12/05/2016b. O auto golpe de uma presidente. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/o-autogolpe-de-uma-presidente.html>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

Época. 09/06/2016. Depois de avião, Temer corta clipping de notícias de Dilma. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/06/epoca-negocios-depois-de-aviao-temer-corta-clipping-de-noticias-de-dilma.html>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Estadão. 20/02/2010. Íntegra do discurso de Dilma Rousseff no Congresso do PT. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-no-congresso-do-pt,513842>>. Acesso em: 28/02/2018.

Estadão. 30/10/2014. PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Estadão. 27/06/2015. Antes de reunião sobre crise, Dilma pedala pelas ruas de Brasília. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,antes-de-reuniao-sobre-crise--dilma-pedala-pelas-ruas-de-brasil,1714749>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Estadão. 11/10/2015. Auditoria do PSDB conclui que não houve fraude em eleição de 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,auditoria-do-psdb-conclui-que-nao-houve-fraude-na-eleicao--imp,1777811>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Estadão. 02/12/2015. Bancada do PT na Câmara anuncia voto contra Cunha no Conselho de Ética. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-do-pt-na>

camara-anuncia-voto-contra-cunha-no-conselho-de-etica,10000003630>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Estadão. 03/01/2016a. Economistas apontam soluções para o Brasil sair do atoleiro econômico. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,economistas-apontam-solucoes-para-brasil-sair-do-atoeiro-economico,10000006084>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Estadão. 03/01/2016b. A construção de um desastre. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-construcao-de-um-desastre,10000006105>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Estadão. 03/01/2016c. Recessão bate governo de 7 a 1. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,recessao-bate-governo-de-7-a-1,10000006109>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Estadão. 04/01/2016. Wagner diz que governo reconhece erros na economia e está confiante sobre impeachment. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,wagner-diz-que-governo-reconhece-erros-na-economia-e-esta-confiante-sobre-impeachment,10000006156>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Estadão. 17/04/2016. Após declarar voto a favor do impeachment, Paulo Maluf compara Dilma à Virgem Maria. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,maluf-compara-dilma-a-virgem-maria-e-elogia-lula,10000026576>>. Acesso em 1 fev. 2018.

Estadão. 17/08/2016. Dilma diz que não tem "nenhum temor" da conduta dos senadores durante sua defesa. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-diz-que-nao-tem-nenhum-temor-da-conduta-dos-senadores-durante-sua-defesa,10000070258>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Exame. 31/03/2016. Artistas saem em defesa de Dilma e contra impeachment; veja. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/artistas-saem-em-defesa-de-dilma-e-contra-impeachment-veja/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Exame. 11/05/2015. Os erros de Dilma que a colocaram à beira do impeachment. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-erros-de-dilma-que-a-colocaram-a-beira-do-impeachment/>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

Exame. 12/05/2016. Dilma foi de boa gestora a incompetente na opinião pública. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/depois-de-fama-de-boa-gestora-dilma-deixa-planalto-sob-ataques-de-incompetencia/>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Exame. 23/04/2017. Gestão Dilma foi pior que Lava Jato, diz Gianetti. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/gestao-dilma-foi-pior-que-lava-jato-diz-gianetti/>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Facebook. 19/04/2016. 102 milhões de brasileiros compartilham seus momentos no Facebook todos os meses. Disponível em: <<https://www.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>>. Acesso em 2 fev. 2018.

Ficha Social. Youtube. 24/08/2015. William Waack humilha Dilma: ‘Subestimei a capacidade dela de fazer besteiras, a incompetência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZpR7P_CQ0Q0>. Acesso em: 02 mar. 2018.

Folha Centro-Sul. 27/03/2016. Enquanto o país afunda, Dilma pedala em Porto Alegre. Disponível em: <<http://folhacentrosul.com.br/post-politica/10422/enquanto-o-pais-afunda-dilma-pedala-em-porto-alegre>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Folha de São Paulo. 27/04/2012. Presidenta por decreto. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/39481-presidenta-por-decreto.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Folha de São Paulo. 08/08/2014. A evangélicos Dilma diz que todo dirigente precisa 'da graça de Deus'. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1497593-em-encontro-de-evangelicos-dilma-faz-discurso-repleto-de-citacoes-religiosas.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Folha de São Paulo. 01/12/2015. Cunha ameaça impeachment, e petistas discutem salvá-lo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713215-cunha-ameaca-impeachment-e-petistas-discutem-salva-lo.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Folha de São Paulo. 02/12/2015. PT decide votar contra Cunha, que pode deflagrar impeachment de Dilma. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713918-bancada-petista-decide-votar-contracunha-no-conselho-de-etica-dacamara.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Folha de São Paulo. 30/03/2016. Movimentos sociais fazem atos contra impeachment em 25 capitais na quinta. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755673-movimentos-sociais-fazem-atos-contraimpeachment-em-25-capitais-na-quinta.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Folha de São Paulo. 10/04/2016. Não vai te golpe de novo, reage, meu povo”, canta Beth Carvalho em samba. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2016/04/10001465-nao-vai-ter-golpe-de-novo-reage-meu-povo-canta-beth-carvalho-em-samba.shtml>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

Folha de São Paulo. 11/04/2016. Relator diz que 'não há mais clima para 'arrogante' governo Dilma. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759672-relator-diz-que-nao-ha-mais-clima-para-arrogante-governo-dilma.shtml>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Folha da São Paulo. 16/04/2016. Da 'faxina ética' ao impeachment: relembre os dois mandatos de Dilma. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761735-da-faxina-etica-ao-impeachment-relembre-os-dois-mandatos-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Folha de São Paulo. 17/04/2016. Veja os 'sete pecados na capital' que levaram Dilma ao inferno político. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761905-veja-os-sete-pecados-na-capital-que-levaram-dilma-ao-inferno-politico.shtml>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

Folha de São Paulo. 17/09/2016. PT faz ginástica para acomodar ex-presidente Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1814178-pt-faz-ginastica-para-acomodar-ex-presidente-dilma-rousseff.shtml>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Folha de São Paulo. 19/02/2017. Como funciona a engrenagem das notícias falsas no Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859808-como-funciona-a-engrenagem-das-noticias-falsas-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Folha de São Paulo. 13/06/2017. Miguel Reale Jr. pede desfiliação após PSDB decidir ficar no governo Temer. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1892650-miguel-reale-jr-pede-desfiliao-apos-psdb-decidir-ficar-no-governo-temer.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Fundação de Economia e Estatística. Sem data. Galeria dos ex-presidentes. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sobre-a-fee/galeria-dos-ex-presidentes/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

G1. 31/10/2010. Leia a íntegra do pronunciamento da presidente eleita Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/leia-integra-do-pronunciamento-da-presidente-eleita-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

G1. 22/11/2013. Portal brasileiro do 'El País' entra no ar na próxima semana. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2013/11/portal-brasileiro-do-el-pais-entra-no-ar-na-proxima-semana.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

G1. 01/01/2015. Roupas de Dilma Rousseff na posse de segundo mandato vira piada na web. Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2015/01/roupa-de-dilma-rousseff-na-posse-de-2-mandato-vira-piada-na-web.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

G1. 02/12/2015. Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

G1. 07/12/2015. Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

G1. 17/03/2016. Dilma Rousseff anda de bicicleta no DF horas antes de dar posse a Lula. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/dilma-rousseff-anda-de-bicicleta-no-df-horas-antes-de-dar-posse-lula.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

G1. 07/04/2016. Dilma recebe no Planalto apoio de mulheres contra o impeachment. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/dilma-recebe-no-planalto-apoio-de-mulheres-contr-o-impeachment.html>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

G1. 10/06/2016. Dilma ingressa na Justiça contra restrição do uso de aviões da FAB. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/06/dilma-ingressa-na-justica-contr-a-restricao-do-uso-de-avioes-da-fab.html>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

G1. 14/09/2016. Lula era o 'comandante máximo' do esquema da Lava Jato, diz MPF. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/09/mpf-denuncia-lula-marisa-e-mais-seis-na-operacao-lava-jato.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Gazeta Digital. 18/04/2016. Dilma é honesta, só não tem articulação política. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/152/og/1/materia/476277/t/dilma-e-honesta-so-nao-tem-articulacao-politica->>. Acesso em: 1 fev. 2018.

Gazeta do Povo. 04/12/2015. A crise é do governo Dilma e foi ampliada pela incompetência. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/a-crise-e-do-governo-dilma-e-foi-ampliada-pela-incompetencia-4u6epfhruzxuy4d5fil412an>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Geledés. 07/12/2015. Dilma, estamos cansadas. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/dilma-estamos-cansadas/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Huffpost. 17/04/2016. Jean Wyllys tenta cuspir em Bolsonaro no plenário e diz que reagiu a ofensas homofóbicas. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/04/17/jean-wyllys-tenta-cuspir-em-bolsonaro-no-plenario-e-diz-que-reag_a_21692797/>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Inter-Parliamentary Union. Sem data. Disponível em: <http://www.ipu.org/pdf/publications/wmmmap15_en.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2018.

Jornal da Mídia. 22/02/2016. Hildécio Meireles diz que governo do PT é ‘incapaz e incompetente’. Disponível em: <<http://www.jornaldamidia.com.br/2016/02/22/hildecio-meireles-diz-que-governo-do-pt-e-incapaz-e-incompetente/>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Jornal do Tocantins. 02/12/2015. Kátia Abreu: presidente Dilma é honesta. Disponível em: <<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/noticias/politica/k%C3%A1tia-abreu-presidente-dilma-%C3%A9-honesta-1.999474>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

Jornal Livre. 18/08/2016. Magno Malta lacra e diz que Dilma é “arroguenta, analfabenta e nojenta”. Disponível em:

<<https://jornalivre.com/2016/08/18/magno-malta-diz-que-dilma-e-arroguenta-analfabenta-e-nojenta/>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Jornalistas Livres. Facebook. 31/08/2016. Dilmar. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornalistaslivres/photos/pb.292074710916413.-2207520000.1472651123./400082010115682/?type=1&theater>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

Lindbergh Farias. Facebook. 03/09/2016. Dilmar. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lindbergh.farias/photos/a.278600718817897.78135.223382044339765/1291614887516470/?type=3&theater>>. Acesso em 06 fev. 2018.

Meio&Mensagem. 25/04/2017. Exame comemora 50 anos ressaltando legado. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2017/04/25/exame-comemora-50-anos-ressaltando-legado.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Meio&Mensagem, 11/05/2016. Entenda como o "tchau, querida!" ganhou as redes. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2016/05/11/criadores-comemoram-viralizacao-do-tchau-querida.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Meio&Mensagem. 13/09/2016. Globo e Folha criaram ícone econômico. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/09/13/globo-e-folha-criaram-icone-da-midia-economica.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Mídia Bahia. 26/04/2017. João Santana diz que Dilma é 'honesta e corajosa'. Disponível em: <<http://midiabahia.com.br/cidades/2017/04/26/joao-santana-diz-que-dilma-e-honesta-e-corajosa/>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

Mulheres Pela Democracia. Facebook). 30/08/2016. Dilmar. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mulherespelademocraciabr/posts/1687737544884735>>. Acesso em 06 fev. 2018.

Observatório da Imprensa. 2018. Perfil: Claudio Humberto. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq30052001991.htm>>. Acesso em: 27 de fev. 2018.

O Globo. 11/06/2016. Gestão Temer dá prazo para Dilma devolver 20 assessores. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/gestao-temer-da-prazo-para-dilma-devolver-20-assesores-19485620>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

O Globo. 01/12/2016. Deputado petista diz que governo sofre chantagem de Cunha. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/deputado-petista-diz-que-governo-sofre-chantagem-de-cunha-18194722>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

O Globo. 17/06/2017. Dono da JBS grava Temer dando aval para compra de silêncio de Cunha. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dono-da-jbs-grava-temer-dando-aval-para-compra-de-silencio-de-cunha-21353935#ixzz57wu0FH0U>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Outras Palavras. 10/05/2016. Boaventura: “chegou a hora de uma nova esquerda”. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/boaventura-chegou-a-hora-de-uma-nova-esquerda/>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

Paraíba. 17/09/2016. PT faz ginástica para acomodar ex-presidente Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www.paraiba.com.br/2016/09/17/37689-pt-faz-ginastica-para-acomodar-ex-presidente-dilma-rousseff>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

PDT. Sem data. Ata de criação da Ação da Mulher Trabalhista (AMT). Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/mulher/wp-content/uploads/2012/08/Dilma-Rousseff-AMT1.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

Planalto. 13/05/2016. Agenda do Presidente Michel Temer. Disponível em: <<https://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/agenda-do-presidente/agenda-do-presidente-michel-temer/2016-05-13?month:int=5&year:int=2016>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Plantão Brasil. 08/06/2016. Temer corta a luz de Dilma no Palácio do Alvorada. Disponível em: <<http://www.plantaobrasil.net/news.asp?nID=94649>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Polêmica Paraíba. 05/07/2015. POLÊMICA: Adesivos machistas são a nova moda contra Dilma = Por Jarid Arraes Questão de Gênero. Disponível em: <<http://www.polemicaparaiba.com.br/polemicas/polemica-adesivos-machistas-sao-a-nova-moda-contradilma-por-jarid-arraes-questao-de-genero/>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

Portal Imprensa. 19/02/2016. Documentário retrata resistência à censura imposta pela ditadura ao Estadão. Disponível em: <<http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/76167/documentario-retrata-resistencia-a-censura-imposta-pela-ditadura-ao-estadao>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Portal o dia. 15/07/2016. Dilma diz que tem gratidão pelo Piauí e promete voltar para inaugurar obras. Disponível em: <<https://www.portalodia.com/noticias/politica/dilma-rousseff-chega-em-teresina-e-discursa-na-praca-pedro-ii-276564.html>> Acesso em: 1 fev. 2018.

Pragmatismo Político. 18/08/2015. As imagens que mais chamaram a atenção dos protestos de domingo. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/imagens-marcantes-protestos-de-domingo.html>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

Pragmatismo Político. 09/11/2015. Homem tatua imagem ofensiva à Dilma e gera discussão. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/11/homem-tatua-imagem-ofensiva-a-dilma-e-gera-discussao.html>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

Pragmatismo Político. 29/08/2016. Jurista avalia como 'histórico' o discurso de Dilma no Senado Federal. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/08/jurista-avalia-como-historico-o-discurso-de-dilma-no-senado-federal.html>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Presidência da República. 04/05/2000. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 27 fev. 2018.

PT. 07/04/2016. “Somos todas Dilma”, afirmam mulheres em defesa da democracia. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/somos-todas-dilma-afirmam-mulheres-em-defesa-da-democracia/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

PT. 30/08/2016a. Discurso de Dilma no Senado é elogiado internacionalmente. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/discurso-de-dilma-no-senado-e-elogiado-internacionalmente/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

PT. 30/08/2016b. Gleisi destaca machismo e misoginia do golpe contra Dilma. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/gleisi-destaca-machismo-e-misoginia-do-golpe-contradilma/>>. Acesso em: 04/04/2018.

Rede Brasil Atual. 05/05/2017. Submundo da internet já se tornou formador de opinião, diz Leonardo Sakamoto. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/05/submundo-internet-ja-se-tornou-formador-de-opinio-diz-leonardo-sakamoto>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Reuters. 12/05/2016. PERFIL-Depois de fama de boa gestora, Dilma deixa Planalto sob ataques de incompetência. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKCN0Y314Z>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Revista Fórum. 05/07/2015. Carta aberta de uma jovem a Dilma Rousseff. Disponível em:

<<https://www.revistaforum.com.br/2015/07/05/carta-aberta-de-uma-jovem-a-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Revista Fórum. 02/04/2016. Ivana Bentes: IstoÉ usa estereótipos machistas e misóginos para tentar desqualificar Dilma. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2016/04/02/ivana-bentes-istoe-usa-estereotipos-machistas-e-misoginos-para-tentar-desqualificar-dilma/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Revista Fórum. 25/04/2016. Janaína Paschoal admite ter recebido R\$ 45 mil do PSDB para elaborar pedido de impeachment. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/janaina-paschoal-confessa-ter-recebido-r45-mil-do-psdb-para-elaborar-pedido-de-impeachment>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Revista IstoÉ. 01/04/2016. Uma presidente fora de si. Disponível em: <https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Revista IstoÉ. 31/08/2016. Dilma é afastada da Presidência resistindo até o fim. Disponível em: <<https://istoe.com.br/dilma-e-afastada-da-presidencia-resistindo-ate-o-fim/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Senado Federal. Sem Data. Impeachment. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/impeachment>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

Senado Federal. 28/04/2016. Notas Taquigráficas - 28/04/2016 - 3ª - Comissão Especial do Impeachment 2016. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/4838>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Senado Federal. 05/05/2016. Notas Taquigráficas - 05/05/2016 - 8ª - Comissão Especial do Impeachment 2016. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/4874>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Senado Federal. 10/05/2016. Notas Taquigráficas - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA.

Disponível em:
<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/3785>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Senado Federal. 09/08/2016. Notas taquigráficas. Disponível em:
<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/3873>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Senado Federal. 29/08/2016. Veja a íntegra do discurso de defesa de Dilma no Senado. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

Senado Federal. 31/08/2016. Sentença. Disponível em:
<<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/31/veja-a-sentenca-de-impeachment-contradilma-rousseff>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

Senado Notícias. 19/04/2016. Veja a composição da Comissão Especial do Impeachment. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/19/veja-composicao-da-comissao-do-impeachment>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

Senado Notícias, 09/08/2016a. Discursos do impeachment: Simone Tebet (PMDB-MS). Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/08/discursos-do-impeachment-simone-tebet-pmdb-ms>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

Senado Notícias. 09/08/2016b. Eduardo Lopes diz que governo Dilma era autoritário. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/09/eduardo-lopes-diz-que-governo-dilma-era-autoritario>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

Socialista Morena. 17/04/2017. Um ano depois, onde estão os principais defensores do impeachment e onde está Dilma? Disponível em: <<http://www.socialistamorena.com.br/onde-estao>>

agora-os-principais-defensores-do-impeachment/>. Acesso em: 1 fev. 2018.

SOS Corpo. 22/10/2014. Porque nós, mulheres, estamos com Dilma. Disponível em: <<http://soscorpo.org/porque-nos-mulheres-estamos-com-dilma/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

SOS Corpo. 07/04/2016. Dilma: Não discutiremos pacto sem o respeito às urnas e a democracia. Disponível em: <<http://soscorpo.org/dilma-nao-discutiremos-pacto-sem-o-respeito-as-urnas-e-a-democracia/>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Spotniks. 12/10/2016. 8 perguntas que você precisa saber responder antes de sair por aí falando da PEC dos gastos. Disponível em: <<https://spotniks.com/8-perguntas-que-voce-precisa-saber-responder-antes-de-sair-por-ai-falando-da-pec-dos-gastos/>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Sputnik News. 07/12/2015. Mulheres assumem a linha de frente contra Cunha e contra o impeachment. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/brasil/201512072992963-mulheres-assumem-linha-de-frente-contracunha-impeachment/>>. Acesso em 1 fev. 2018.

Terra. 16/03/2016. Dilma, uma presidente emérita? Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/dilma-uma-presidente-emerita,009aae262055a2978040630927e82683pxcemar3.html>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Tijoloço, 24/03/2016. Kennedy Alencar: matar uma mulher honesta para salvar os 300 picaretas. Disponível em: <<http://www.tijolaco.com.br/blog/kennedy-alencar-cabeca-de-uma-honesta-para-salvar-os-300-picaretas/>>. Acesso em 1 fev. 2018.

Tribunal Superior Eleitoral. Sem data. Estatísticas de eleitorado por sexo e faixa etária. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

TVNBR. YouTube. 22/03/16. Presidenta Dilma Rousseff fala em evento que não irá renunciar. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=53q9jf9D2O0&t=2456s>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

Uol. 03/07/2015. Veja 13 conselhos que Lula já deu para Dilma desde a reeleição. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/listas/veja-13-conselhos-que-lula-ja-deu-para-dilma-no-segundo-mandato.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Uol. 31/07/2015. Dilma é honrada e não está envolvida em corrupção, diz FHC. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2015/07/31/dilma-e-honrada-e-nao-esta-envolvida-em-corrupcao-diz-fhc.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

Uol. 02/12/2015. Eduardo Cunha aceita pedido de impeachment da oposição contra Dilma. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/02/eduardo-cunha-impeachment.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

Uol. 01/04/2016. "Ela jamais entregaria os pontos", diz ex-companheira de cela de Dilma. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/01/ela-jamais-entregaria-os-pontos-diz-ex-companheira-de-cela-de-dilma.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 1 fev. 2018.

Uol. 11/04/2016. Governo é 'arrogante e autoritário', diz relator da comissão do impeachment. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/11/relator-diz-que-ataques-contras-ele-sao-tatica-de-quem-nao-tem-razae.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Uol. 04/06/2016. Temer corta comida de Dilma no Palácio da Alvorada. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1776205-temer-corta-comida-de-dilma-no-palacio-da-alvorada>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Valor Econômico. 09/03/2015. "Não quero o impeachment, quero ver a Dilma sangrar", diz tucano. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3944096/nao-quiero-o-impeachment-quiero-ver-dilma-sangrar-diz-tucano>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

Valor Econômico. 02/12/2015. Deputados do PT decidem votar contra Cunha no Conselho de Ética. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4339578/deputados-do-pt-decidem-votar-contracunha-no-conselho-de-etica>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

Veja. 18/04/2016. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em 06 fev. 2018.

Veja. 01/08/2016. Letícia Sabatella é agredida durante protesto pró-impeachment. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/leticia-sabatella-e-agredida-durante-protesto-pro-impeachment/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

Veja. 09/02/2017. Gravação confirma: Lula pauta editor da Carta Capital. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/gravacao-confirma-lula-pauta-editor-da-carta-capital/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Viomundo. 06/02/2012. Feministas comemoram escolha de nova ministra das Mulheres. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/feministas-aplaudem-escolha-de-nova-ministra-da-secretaria-de-mulheres.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

b) Referências teóricas

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Braziliense, 2007.

AMARAL, Ricardo Batista. A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

ARAUJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n.24, p. 193-215, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a13n24.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

ARAUJO, Kathya. Significaciones y representaciones imaginarias sobre las mujeres en el espacio público político chileno (1999-2000). *Revista de la Academia*, Santiago, Chile, n. 11, p. 43-63, primavera 2006.

ARAUJO, Kathya. Representaciones simbólicas de lo femenino y la esfera política chilena: el caso de Bachelet. In: CONGRESO EUROPEO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, 5., 2007, Bruselas. *Anais eletrônicos... Bruselas: CEISAL, 2007*. Disponível em: <<http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/ESyP/ESyP-4-ARAUJO.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985

BARBARA, Leila. GOMES, Maria Carmen Aires. A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. *Letras*, Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 67-92, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12026>>. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

BARREIRA, Irllys. Lideranças femininas no congresso nacional: performances, valores e habitus. XXX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2006. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt11-11/3311-ibarreira-liderancas/file>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BELTRAMIM, Alessandra Oliveira dos Santos. Representações de mulher na coleção menina e moça e em best sellers juvenis contemporâneos: a formação de leitoras mirins. 2013. 253 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível em: <<http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/aosbeltramim.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

BUTLER, Judith. Sujeito de sexo/gênero/desejo. In: _____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 17-60.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia. Revista Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 21, p. 133-157, jul. 1988.

CARVALHO, Marcos Castro; SÍVORI, Horacio Federico. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. Revista Cadenos Pagu, n.50, Dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500017>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

CASTRO, José Augusto de Araújo. O poder nacional: limitações de ordem interna e externa. Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 6, p. 216-240, mar. 1999. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/65/57>. Acesso em: 26 dez. 2016.

CONDE, Mariana Guedes. SEIXAS, Lia. A hipertextualidade no texto jornalístico digital: uma análise de o globo online e de o globo a mais. In: MARTINS, Elaine. PALACIOS, Marcos. (Orgs.). Ferramentas para Análise de Qualidade no Ciberjornalismo. Volume 2: Aplicações. Portugal: Editora

LabCom.IFP, 2016. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20111202-201110_marcos_palacios.pdf>
Acesso em: 1 fev. 2018.

CURADO, Marcelo. Por que o governo Dilma não pode ser classificado como novo-desenvolvimentista? Revista de Economia Política, v. 37, n. 1, p. 130-146, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v37n1/1809-4538-rep-37-01-00130.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

Datafolha. Manifestação avenida Paulista: 13/03/16. 2016a. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

Datafolha. Manifestação avenida Paulista: 18/03/2016. 2016b. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/21/manifestacao-18-03-2016.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010). 2011. 420 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. Revista Opinião Pública, Campinas, v. 15, n. 2, p.386-421, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200005>. Acesso em: 31 jan. 2018.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, abr. 1999.

FREEDMAN, Jane. Femmes politiques: mythes et symboles. Paris: L'Harmattan, 1997.

GHIORZI, Alessandra. TARNOVSKI, Flávio. A homossexualidade na manutenção dos vínculos familiares. Revista Novos Debates, Brasília, v. 1, p. 40-46, 2014.

GILLIGAN, Carol. Uma voz diferente. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1982.

GNEEZY, Uri; NIEDERLE, Muriel; RUSTICHINI, Aldo. Performance in competitive environments: gender differences. Quarterly Journal of Economics, v. 118, n. 3, p. 1049-1074, 2003.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ano2, n. especial, p. 473-483, 2. sem. 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16179/14730>>. Acesso em 06 fev. 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar Grossi (Orgs.). Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 293-312.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. Revista Estudos feministas, Florianópolis, ano 9, p. 167-206, 2001.

HAGE, José Alexandre Altahyde. A política energética brasileira na era da globalização: energia e conflitos de um Estado em desenvolvimento. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 75-91, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n41/a06v20n41.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

HAHNER, June Edith. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. (Org.). Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA-IMS-UERJ, 1996. p. 136-145.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LIMA, Cleiton Euzébio de. As nomeações para o poder executivo no Brasil partir de uma perspectiva de gênero. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10003/1/2011_CleitonEuz%C3%A9bioLima.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. COSTA, Ana Paula do Nascimento. A singularidade do feminino nas eleições de 2010. Revista de Antropologia Vivência, Natal, n. 39, p. 11-35, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/download/1932/1372>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

LOVENDUSKI, Joni. Introduction: State Feminism and Political Representation. In: _____. State Feminism and Political Representation. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LUBLINER, Theo Martins. A Esquerda da Ordem: da defesa da industrialização à inserção subalterna na ordem global - estudo sobre o currículo do Instituto de Economia da Unicamp. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322758/1/Lubliner_TheoMartins_M.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

MACHADO, Igor José de Renó. A antropologia, a diferença e a entropia monotípica. Revista de Antropologia da UFSCar, São Carlos, v. 8, n. 2, Dossiê Antropologia do Impeachment, p. 61-65, julho-dezembro 2016. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/12/Vol8no2_06_Igor.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2018.

MACHADO, Rosana Pinheiro. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise. Revista de Antropologia da UFSCar, São

Carlos, v. 8, n. 2, Dossiê Antropologia do Impeachment, p. 21-28, julho-dezembro 2016. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/12/Vol8no2_02_lins.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

MARQUES, Danusa. TEIXEIRA, Bruno. Estranhas no ninho: uma análise comparativa da atuação parlamentar de homens e mulheres na Câmara dos Deputados do Brasil. In: 8º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2015, Lima. 8º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2015. Disponível em: <<http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2015/01/marques-e-teixeira-paper-alacip-2015.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

MATOS, Marlise. Gênero. In: Avritzer, Leonardo; Bignotto, Newton; Guimarães, Juarez. Starling, Heloisa. Corrupção: Ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 355-360.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. Cadernos Pagu, Campinas, n. 43, p. 57-118, dez. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430057>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a03.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-107.

MOISÉS, José Alvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. Revista Lua Nova, São Paulo, n. 65, p. 71-94, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n65/a04n65.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. In: INGOLD, Tim (ed.). Companion Encyclopedia of Anthropology. London: Routledge, 1997. p. 813-830.

MOTA, Fernanda Ferreira. BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. Revista Cadernos Pagu, Campinas, n.43, p.197-231, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430197>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 179-193.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, mai/ago. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PEIRANO, Mariza. O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PETRY, Michele Bete. O corpo nas expressões gráficas de humor: Dilma Rousseff e a política brasileira contemporânea. Curitiba: Editora CRV, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DE DISCURSO POLÍTICO. Justiça Cidadã, Núcleo de

Investigação em Métodos não Violentos de Resolução de Conflitos e Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <<http://gajop.org.br/justicacitada/wp-content/uploads/analise-do-discurso.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma mulher "recatada": a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). *Topoi*, Rio de Janeiro, v.15, n.29, p. 565-587, July/Dec. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X015029007>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Gramsci, Turner e Geertz – O Fim da Hegemonia do PT e o Golpe. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 11-19, Dossiê Antropologia do Impeachment, julho-dezembro 2016. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/12/Vol8no2_02_lins.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

SAKAMOTO, Leonardo. *O que aprendi sendo xingado na internet*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SANTOS, Silvio Coelho. Notas sobre ética e ciência. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Ética e Estética na Antropologia*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998. p. 83-88.

SARMENTO, Rayza. Estereótipos de mulheres políticas na mídia: quadros de análise com base em entrevista de Dilma Rousseff a Patrícia Poeta. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Brasília, v. 15, n. 23, p. 3-21, jan./jun. 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SCOTTO, Gabriela. As (difusas) fronteiras entre a política e o mercado. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004

SECCO, Lincoln. História do PT. 4. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2015.

SEGATA, Jean. A Etnografia como Promessa e o “Efeito Latour” no Campo da Cibercultura. Revista Ilha, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 68-87, ago./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/viewFile/2175-8034.2014v16n2p69/29166>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

SGARBIERI, Astrid Nilsson. Mulher Brasileira na Política: Preconceitos e Evoluções - Representações na Mídia. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 44, p. 291-299, jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637083/4805>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

SILVA, Hélio. A situação etnográfica: andar e ver. Revista Horizontes antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200008>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

SILVA, Marcia Veiga da. Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

SOMOGYI, Mariana Valenzuela. Las bases epistémicas de la concepción feminista de la ciudadanía. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p31>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

STRATHERN, Marilyn. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? In: _____. O efeito etnográfico. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

SWAMY, A. et al. Gender and corruption. Journal of Development Economics, v. 64, n. 1, p. 25-55, 2001.

VIEIRA, Claudia Andrade. História das Mulheres: feminismo e política na Bahia. Simões Filho: Editora Kalango, 2015.

TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. “Uma Escola sem muros”: Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1964). 2011. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8GAGQB/tese__uma_escola_sem_muros.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 fev. 2018.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Ática, 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.23 n.3, p. 975-989, sep./dec. 2015.

Apêndice – Descrição dos sites de notícias

Agência Patrícia Galvão

Endereço eletrônico: <http://agenciapatriciagalvao.org.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: Vinculada ao Instituto Patrícia Galvão, agência sem fins lucrativos que atua no campo dos direitos das mulheres, a *Agência Patrícia Galvão* foi criada em 2009 para produzir conteúdo sobre a temática. Elabora também sugestões de pautas para veículos de comunicação da grande mídia incorporarem abordagens mais aprofundadas e qualificadas sobre as questões referentes aos direitos das mulheres. O nome Patrícia Galvão é uma homenagem à escritora e ativista feminista Pagu (1910-1962). Informações retiradas do próprio site da agência, na seção “Quem somos”.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Blasting News

Endereço eletrônico: <http://br.blastingnews.com>

Local: Suíça

Descrição: É uma revista digital internacional criada em 2013 que se classifica por produzir um “jornalismo social”, a partir do qual qualquer voluntário amador ou profissional pode enviar artigos de opinião ou notícias, que passarão por uma avaliação podendo ou não serem aprovados. O *Blasting News* define-se como uma “comunidade aberta de repórteres, blogueiros independentes, escritores e contadores de histórias de todo o mundo”.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Blog do Josias

Endereço eletrônico: <https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição do blog: Segundo informações retiradas do blog, seu autor é Josias de Souza, jornalista paulistano que trabalhou na *Folha de S. Paulo* por cerca de 25 anos, atuando como repórter, diretor de sucursal, articulista e secretário de redação. O conteúdo do seu blog, vinculado ao portal *Uol*, versa sobre os acontecimentos atuais da política.

Grupo de comunicação responsável: Grupo Folha.

Blog do Magno

Endereço eletrônico: <http://www.blogdomagno.com.br>

Local: Pernambuco (PE)

Descrição do blog: O blog foi criado em 2007 por Magno Martins, jornalista pernambucano que trabalhou em vários veículos de comunicação em Brasília, entre eles Correio Braziliense, Última Hora, Jornal de Brasília e O Globo. Trabalhou também nas campanhas eleitorais de Joaquim Francisco (PSDB) para governador do Estado de Pernambuco (1990) e de Marco Maciel (Partido democrático Social - PDS) para Presidente da República (1984). Seu blog se propõe a informar sobre os bastidores da política, possuindo conteúdos que versam sobre a política nacional e de Pernambuco.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Blog do Noblat

Endereço eletrônico: <http://noblat.oglobo.globo.com>

Local: Brasília (DF)

Descrição do blog: Criado em 2004 por Ricardo José Delgado Noblat, jornalista pernambucano, que também é colunista em O Globo. Trabalhou na revista Manchete, Veja, Jornal do Brasil, Correio Braziliense e Jornal A Tarde, atuando como repórter e diretor de redação. Foi um dos estudantes presos durante a ditadura militar no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1968. Seu blog contém textos de sua autoria e de outros jornalistas, versando sobre a política nacional.

Grupo de comunicação responsável: Grupo Globo.

Blog do Rodrigo Constantino

Endereço eletrônico: <http://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino>

Local: Estados Unidos da América

Descrição do blog: Rodrigo Constantino, economista carioca, que se caracteriza por ser liberal, polêmico e que não se preocupa com a “patrulha da esquerda”. Atualmente, também possui uma coluna na revista IstoÉ e já contribuiu para Veja, Valor Econômico, O Globo e Mídia sem Máscara, este último um site coordenado pelo filósofo Olavo de Carvalho. O blog é vinculado à Gazeta do Povo.

Grupo de comunicação responsável: Grupo Paranaense de Comunicação.

Calle2

Endereço eletrônico: <https://calle2.com>

Local: Não informado.

Descrição: É uma revista digital semanal brasileira que versa sobre a cultura da América Latina, desde a culinária, o turismo, o esporte e a política, buscando abordar esses aspectos do continente de uma perspectiva que não são apresentados pela imprensa brasileira. Posiciona-se contra o preconceito, as fronteiras e a favor da tolerância. Produz o “jornalismo narrativo” que se caracteriza por um trabalho de campo mais demorado e uma descrição mais detalhada. Informações do próprio site da revista.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

CartaCapital

Endereço eletrônico: <https://www.cartacapital.com.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: A proposta da publicação é realizar “jornalismo crítico e transparente”, segundo informa o site oficial da revista. A edição impressa, atualmente com periodicidade semanal, circulou pela primeira vez em 1994. É criação do jornalista e escritor Demetrio Carta, mais conhecido como Mino Carta, que também atuou na fundação de outras publicações importantes na história da imprensa brasileira, como Veja, IstoÉ e Quatro Rodas. Apesar de criticar o governo petista, Mino Carta foi um ferrenho opositor do *impeachment* de Dilma, tendo sido citado por Lula em uma gravação de 2016 a partir da qual o ex-presidente foi acusado de encomendar uma reportagem contra o autoritarismo do juiz Sergio Moro²⁴⁶.

Grupo de comunicação responsável: Editora Confiança.

Correio Braziliense

Endereço eletrônico: <http://www.correiobraziliense.com.br>

Local: Brasília (DF)

Descrição: Fundado em 1960 pelo paraibano magnata da comunicação Assis Chateaubriand (1892-1968), um dos introdutores da televisão no Brasil e membro da Academia Brasileira de Letras. Chateaubriand também é conhecido por sua

²⁴⁶ Veja, 09/02/2017.

carreira política como senador pela Paraíba e pelo Maranhão, na década de 1950, e por sua oposição ao governo de Getúlio Vargas. O Correio leva o nome do primeiro jornal a circular no Brasil, publicado pelo jornalista português Hipólito da Costa entre 1808 e 1822. Integra o conjunto de publicações dos Diários Associados, também fundado por Chateaubriand, um dos maiores grupos de comunicação do Brasil. Informações retiradas do site dos Diários Associados.

Grupo de comunicação responsável: Diários Associados.

Correio Popular

Endereço eletrônico: <http://correio.rac.com.br>

Local: Campinas (SP)

Descrição: Define-se como o principal jornal de Campinas e região, em circulação desde 1927. Tem formato tabloide e subdivisão em editorias de esportes, variedades, mundo, serviços e opinião. Informações do próprio site do jornal.

Grupo de comunicação responsável: Rede Anhanguera de Comunicação.

Diário do Brasil

Endereço eletrônico: <https://www.diariodobrasil.org>

Local: Poços de Caldas (MG)

Descrição: É um dos principais sites de *fake news* do Brasil²⁴⁷. Divulga notícias com conteúdo sensacionalista, de autoria anônima e com muitos anúncios Google AdSense, pelos quais o site recebe por visitação de usuários ou por cliques. As notícias são retiradas de sites de grandes grupos de comunica o e editadas para atrair o maior número de leitores possível.

Grupo de comunica o responsável: Independente.

Diário do Centro do Mundo

Endereço eletrônico: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br>

Local: Não informado.

Descri o do blog: Criado em 2009 pelo jornalista Paulo Nogueira (1956-2017), que chegou a ser chamado de “Reinaldo Azevedo esquerdista” por seu claro posicionamento em favor de Lula,

²⁴⁷ Folha de São Paulo, 19/02/2017.

Dilma e das políticas públicas implementadas pelo PT²⁴⁸. Propõe-se a fazer “análises com a mais absoluta independência editorial e ideológica”, segundo define-se na seção “Sobre nós”. Repercutiu os principais conteúdos publicados pela grande mídia comercial e por veículos de comunicação de esquerda, além de análises críticas dos fatos noticiados.

Grupo de comunicação responsável: Atualmente é parceiro do Portal iG, que pertence ao grupo de telecomunicações português Ongoing.

Diário do Poder

Endereço eletrônico: <http://www.diariodopoder.com.br>

Local: Alagoas

Descrição do blog: Criado em 1998 pelo jornalista Cláudio Humberto, que foi assessor de imprensa de Fernando Collor de Mello durante sua ascensão à presidência e seu principal porta-voz até a renúncia durante o processo de *impeachment* em 1992. O veículo, e particularmente a coluna de Humberto, caracteriza-se por publicar “furos” relacionados aos bastidores da política, os quais já lhe renderam diversos processos judiciais²⁴⁹. A coluna é reproduzida em jornais por todo o país.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Época

Endereço eletrônico: <http://epoca.globo.com>

Local: Rio de Janeiro (RJ)

Descrição: Revista lançada em 1998, com periodicidade semanal. Vinculada ao Grupo Globo, que integra a Rede Globo de televisão e diversos outros veículos impressos, de rádio e emissoras afiliadas locais, foi uma das publicações de grande porte mais ativa na produção de reportagens antes e durante o processo de *impeachment* de Dilma. Ainda em 2015, por exemplo, publicou o editorial “Dilma e o sexo”, que repercutiu negativamente para a publicação, dado o seu conteúdo explicitamente sexista, e levou ao afastamento do editor responsável.

Grupo de comunicação responsável: Grupo Globo.

²⁴⁸ Comunique-se, 03/07/2017.

²⁴⁹ Observatório da Imprensa, 2018.

El País

Endereço eletrônico: <https://brasil.elpais.com/brasil>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: Portal brasileiro online do principal jornal espanhol na contemporaneidade, fundado em 1976. A edição brasileira está online desde 2013 e, além de replicar traduções em português de reportagens produzidas pela equipe de 350 jornalistas vinculados ao El País nos 22 países nos quais o jornal tem atuação, conta com uma equipe de redação sediada em São Paulo²⁵⁰.

Grupo de comunicação responsável: Grupo PRISA.

Estadão

Endereço eletrônico: www.estadao.com.br

Local: São Paulo (SP)

Descrição: Fundado em 1875, desde o início do século XX é propriedade da família Mesquita e um dos maiores jornais de São Paulo e do Brasil, com tiragem de 157.761 exemplares impressos em 2015, segundo dados da Associação Nacional de Jornais²⁵¹. Durante o período da ditadura, foi um dos jornais que se recusou à autocensura e sofreu a imposição de conviver com a presença de censores da Polícia Federal na redação²⁵².

Grupo de comunicação responsável: Grupo Estado

Exame

Endereço eletrônico: <https://exame.abril.com.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: Fundada em 1967, originalmente como um encarte da revista Veja, Exame é uma publicação quinzenal especializada em economia. É direcionada a um público alvo de executivos e empresários. Em entrevista ao site Meio&Mensagem por ocasião dos 50 anos da revista, o diretor de redação André Lahóz declarou que “A Exame é uma revista que acredita no liberalismo econômico, que acredita no papel preponderante das empresas, mas que o governo é fundamental para a sociedade.”²⁵³

²⁵⁰ G1, 22/11/2013.

²⁵¹ Para mais informações, ver <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>.

²⁵² Portal Imprensa, 19/02/2016.

²⁵³ Meio&Mensagem, 25/04/2017.

Grupo de comunicação responsável: Grupo Abril.

Folha de São Paulo

Endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: Jornal de maior tiragem de São Paulo e terceiro maior do Brasil, com 189.254 exemplares impressos, segundo dados da Associação Nacional de Jornais em 2015. Foi fundado em 1921, originalmente como Folha da Noite. Ao longo de sua história, passou por diversos proprietários e adotou posicionamentos políticos distintos até chegar à família Frias, em 1962. É um dos jornais conhecido por ter declaradamente apoiado o golpe militar de 1964. Desde os anos 1980 adota o modelo de “jornalismo moderno”, que se propõe pluralista e apartidário. Informações retiradas do site da Folha.

Grupo de comunicação responsável: Grupo Folha.

Geledés – Instituto Mulher Negra

Endereço eletrônico: <https://www.geledes.org.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: Fundada em 1988, esta é uma organização da sociedade civil voltada à defesa das mulheres negras, ao combate ao racismo e a outras formas de discriminação – como a homofobia, a xenofobia e os preconceitos de classe – que atingem determinados grupos da população. No campo da comunicação, além de produzir e replicar conteúdos produzidos sobre esses temas e por mulheres negras, atua na capacitação destas para a mídia e o advocacy por meio da rede Comunicadoras Negras. Informações retiradas do site do Geledés.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Gazeta do Povo

Endereço eletrônico:

Local: Curitiba (PR)

Descrição: Maior e mais antigo jornal do Paraná, em circulação desde 1919. Desde 2017 abandonou o formato de jornal diário e passou a circular como revista semanal, investindo principalmente em conteúdo on-line e mobile. É um jornal de linha editorial conservadora em assuntos relacionados às temáticas de gênero e sexualidade, publicando reportagens como “Por que a América

está farta do ativismo LGBT” e diversas outras contra a “Ideologia de Gênero”. Informações retiradas do site da Gazeta do Povo.

Grupo de comunicação responsável: Grupo Paraense de Comunicação.

G1

Endereço eletrônico: www.g1.globo.com

Local: Rio de Janeiro (RJ)

Descrição: Lançado em 2006, é um portal de notícias que reúne matérias de diferentes veículos de comunicação pertencentes ao Grupo Globo, com conteúdo gerido pela Central Globo de Jornalismo. Se propõe à alimentação constante de notícias e conteúdo multimídia para os usuários.

Grupo de comunicação responsável: Grupo Globo.

IstoÉ

Endereço eletrônico: <https://istoe.com.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: Fundada em 1976 por ex-empresários e jornalistas do Grupo Abril, incluindo o jornalista Mino Carta. É uma revista de circulação semanal. Durante o processo de *impeachment*, publicou reportagens como “Uma presidente fora de si”, que afirmava que Dilma estaria em estado de surto e medicada com rivotril e olanzapina, este um remédio para esquizofrenia.

Grupo de comunicação responsável: Editora Três.

Jornal da Mídia

Endereço eletrônico: <http://www.jornaldamidia.com.br>

Local: Salvador (BA)

Descrição: Online desde 2001, declara-se o primeiro portal de notícias em tempo real da Bahia. Publica conteúdo próprio e material de agências de notícias como a Agência Brasil e outras internacionais, com as quais mantém parceria. Replica também a coluna do jornalista Claudio Humberto, do Diário do Poder. Afirma-se na capa do site como um veículo “independente de agentes políticos, o que tem resultado em perseguições, inclusive com relação à publicidade oficial.”

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Jornal Livre

Endereço eletrônico: <http://jornalivre.com/>

Local: Não informado.

Descrição: É um blog publicado na plataforma Wordpress. Traz notícias sobre política e posiciona-se contra partidos de esquerda e extrema direita. Define-se como “Mídia com liberdade de expressão, sem amarras do poder estatal”, na seção “Sobre” da página que mantém paralelamente ao blog no Facebook.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Meio&Mensagem

Endereço eletrônico: <http://www.meioemensagem.com.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: Site especializado em notícias e conteúdos sobre comunicação, marketing e mídia. On-line desde 2010. Informações retiradas do próprio site.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Notícias de Política

Endereço eletrônico: <http://www.noticiasdepolitica.com>

Local: Não informado.

Descrição: É um blog declaradamente voltado à crítica ao PT. Na seção “Quem Somos”, definem-se como “mais de 120 milhões de brasileiros contra um governo corruPTo, mentiroso e incompetente”.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

SOS Corpo

Endereço eletrônico: <http://soscorpo.org>

Local: Recife (PE)

Descrição: Organização feminista sem fins lucrativos fundada em 1981, em Pernambuco, na capital Recife. Define-se como uma entidade que “luta pela emancipação das mulheres”, partindo do pressuposto que “a luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano.”. Informações retiradas da seção “Quem somos” do site do SOS Corpo.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Spotniks

Endereço eletrônico: <https://spotniks.com>

Local: Não informado.

Descrição: Trata-se de um site de notícias de orientação ideológica liberal, fundado em 2014. Visa “produzir informação e análise jornalística política e econômica com transparência e credibilidade, capaz de colaborar para a construção de um ambiente mais aberto às ideias de mercado e de respeito às liberdades individuais em nosso país”, segundo informa na seção “Princípios editoriais”.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Tijoloço

Endereço eletrônico: <http://www.tijolaco.com.br/blog>

Local: Não informado.

Descrição: Blog de esquerda que repercute análises sobre notícias difundidas na grande mídia com um viés crítico e polêmico, definindo-se como um grupo de “blogueiros progressistas” que se define por atuar “travando a democrática e esclarecedora atividade de polemizar com o coro uníssono da grande mídia empresarial”. Informações retiradas da seção “Voltamos” do blog.

Grupo de comunicação responsável: Independente.

Terra

Endereço eletrônico: <https://www.terra.com.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: Portal que integra os produtos da empresa provedora de serviços de internet Terra, pertencente à Telefonica, companhia de telefonia espanhola. O portal Terra é o 64º site mais acessado do Brasil, de acordo com dados de 2018 do Alexa Internet, vinculado à Amazon, que fornece dados de tráfego de websites.

Grupo de comunicação responsável: Telefonica.

Uol

Endereço eletrônico: <http://www.uol.com.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: É um portal de conteúdo fundado pelo Grupo Folha em 1996. É o 8º site mais acessado do Brasil, de acordo com dados do Alexa Internet.

Grupo de comunicação responsável: Grupo Folha.

Valor Econômico

Endereço eletrônico: <http://www.valor.com.br>

Local: São Paulo (SP)

Descrição: Jornal especializado em economia, finanças e negócios, originalmente fruto de uma parceria entre os grupos Globo e Folha, quando lançado em 2000. Desde 2016 é propriedade do Grupo Globo, desde que o Grupo Folha vendeu a sua participação²⁵⁴. O público alvo do Valor Econômico são leitores de classes A e B, com alto poder aquisitivo. Além da sede em São Paulo, mantém sucursais em Brasília e Rio de Janeiro.

Grupo de comunicação responsável: Grupo Globo.

²⁵⁴ Meio&Mensagem, 13/09/2016.